



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

DÉBORA GOES URANO

**TURISMO E REDES DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: ANÁLISE DAS
RELAÇÕES DOS ATORES SOCIAIS DA REDE TUCUM, ESTADO DO
CEARÁ, NO PERÍODO DE 2008 A 2016**

NATAL/RN

2016

DÉBORA GOES URANO

**TURISMO E REDES DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: ANÁLISE DAS
RELAÇÕES DOS ATORES SOCIAIS DA REDE TUCUM, ESTADO DO
CEARÁ, NO PERÍODO DE 2008 A 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre em Turismo, na linha de pesquisa de Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

NATAL/RN

2016

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Urano, Débora Goes.

Turismo e redes de participação comunitária: análise das relações dos atores sociais da Rede Tucum, estado do Ceará, no período de 2008 a 2016/ Débora Goes Urano. - Natal, 2017.

135f: il.

Orientador: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

1. Turismo comunitário – Dissertação. 2. Atores Sociais – Dissertação. 3. Rede Tucum - Dissertação. 4. Redes - Dissertação. I. Nóbrega, Wilker Ricardo de Mendonça. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.48-44

DÉBORA GOES URANO

**TURISMO E REDES DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: ANÁLISE DAS
RELAÇÕES DOS ATORES SOCIAIS DA REDE TUCUM, ESTADO DO
CEARÁ, NO PERÍODO DE 2008 A 2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre em Turismo, na linha de pesquisa de Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

APROVADA EM ____ / ____ / ____

Dr. SILVIO JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO, UFPA
Examinador Externo à Instituição

Dr. KERLEI ENIELE SONAGLIO, UFRN
Examinador Interno

Dr. WILKER RICARDO DE MENDONCA NOBREGA, UFRN
Presidente

Ao meu filho, Noah Urano, pessoa tão especial que me fez perceber a vida de outra maneira.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois é essa energia superior que me conduz em todos os momentos da minha vida, sejam estes bons ou mais difíceis.

Aos meus pais, que sempre me deram todo o apoio necessário em todos os momentos da minha vida. Ao meu esposo Felipe Siqueira, quem mais incentivou para que eu tentasse o mestrado e que não mediu esforços para que eu tivesse o suporte necessário para poder concluir este trabalho. Ao meu filho, Noah Gabriel, que compreendeu, do seu jeito, toda a distância e os momentos em que eu não estava disponível para ficar com ele.

Ao meu professor orientador, Wilker Nóbrega, pela paciência na orientação, pelo incentivo que tornaram possível a conclusão desta dissertação e por sua dedicação para o amadurecimento dos meus conhecimentos, que foram essenciais para a conclusão desta pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR-UFRN) pelos conhecimentos e experiências passados a todos os alunos durante os anos do mestrado.

À querida Juliane da coordenação do PPGTUR - UFRN, pela paciência e apoio durante esses anos.

A todos meus amigos da turma *Templates*, pelos momentos de aprendizagem não só acadêmica e profissional, mas de amadurecimento pessoal, e, principalmente, pela união que construiu uma energia boa que fez com que as dificuldades fossem superadas com mais leveza e harmonia.

A CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – pela concessão de bolsa de estudos durante todo o mestrado.

Por fim, agradeço, especialmente, a todos as pessoas que aceitaram participar e contribuir para a minha pesquisa, principalmente, os integrantes da Rede Tucum e das comunidades, que me receberam de braços abertos. Espero que os resultados aqui apresentados possam ajudar de alguma forma a construção do turismo comunitário nas iniciativas pertencentes à Tucum, e que o trabalho da Rede possa se fortalecer cada vez mais.

URANO, D. G. (2016). *Turismo e redes de participação comunitária: análise das relações dos atores sociais da Rede Tucum, Estado do Ceará, no período de 2008 a 2016*. 136f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – PPGTUR - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

RESUMO

Experiências de turismo de base comunitária vêm despontando em todo o mundo e se caracterizam por ser um modelo de organização do turismo situado no eixo alternativo ao convencional e que tem como principal elemento chave a organização e participação comunitária no planejamento, na gestão e no desenvolvimento da atividade turística. Estas iniciativas buscam como mecanismo de fortalecimento a construção de redes. O presente trabalho tem, portanto, como objetivo geral analisar as relações entre os atores sociais envolvidos com o desenvolvimento do turismo na Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum). Para tanto, apoia-se no entendimento sobre redes de autores como Capra (2002); Castells (2013); Rovere (1999); Tolkach, King & Pearlman (2013). Foi realizado um estudo exploratório, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo em quatro comunidades participantes da Rede. O método de abordagem foi qualitativo e os dados obtidos foram analisados por meio da análise de conteúdo. Os resultados indicaram que as relações entre os diversos pontos da rede se dá pela existência de processos de comunicação estabelecidos por meio de elos em comum como a luta pelo território, a afirmação de suas identidades e o desenvolvimento do turismo comunitário. Observou-se, no entanto, que o processo de colaboração entre as iniciativas participantes encontra-se enfraquecido, principalmente, devido às barreiras nesse processo de comunicação e à falta de recursos enfrentados pela Rede e pelas comunidades.

Palavras-chave: Atores Sociais. Redes. Rede Tucum. Turismo de base comunitária.

URANO, D. G. (2014). *Tourism and networks of community participation: analysis of the social actors relations of the Tucum Network, State of Ceará, in the period between 2008 and 2016*. 136f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – PPGTUR - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

ABSTRACT

Community based tourism experiences are emerging all over the world and are characterized by being a tourism organization model located in the axis alternative to the conventional, which has as main key the community organization and participation in planning, management and development of tourism. These initiatives seek as mechanisms of strengthening to build networks. This work, therefore, has as main objective to analyze the relations between the actors involved with the development of tourism in the Cearense Network of Community Tourism (Tucum Network). For this purpose, it relies on the network understanding of authors like Capra (2002); Castells (2013); Rovere (1999); and Tolkach, King & Pearlman (2013). An exploratory study was carried out through literature, documentary and field research in four communities participants of the network. The method of approach was qualitative and the data were analyzed using content analysis. The results indicated that the relations between the various points of the network is given by the existence of communication processes established through common links as the struggle for territory, the affirmation of their identity and the development of community tourism. It was noted, however, that the process of collaboration between the participating initiatives is weakened, mainly, due to barriers in this process of communication and to the lack of resources faced by the network and the communities.

Keywords: Social actors. Networks. Tucum Network. Community based tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 - Distribuição geográfica das iniciativas integrantes da Rede Tucum	68
Mapa 02 - Recorte espacial da pesquisa	69
Figura 01 - Página na <i>internet</i> da Rede Tucum	83
Figura 02 - Pousada e Restaurante Jenipapo-Kanindé	89
Figura 03 - Escola Indígena - Jenipapo-Kanindé	89
Figura 04 – Casa de Farinha Comunitária - Jenipapo-Kanindé	90
Figura 05 – Vista parcial - Prainha do Canto Verde	92
Figura 06 – Pousada Sol e Mar – Prainha do Canto Verde	94
Figura 07 – Chalés – Assentamento Coqueirinho	98
Figura 08 – Margarida Café – Assentamento Coqueirinho	99
Figura 09 – Trilha – Assentamento Coqueirinho	99
Figura 10 – Faixa de praia – Ponta Grossa	103
Figura 11 – Pousada Canaã – Ponta Grossa	104
Figura 12 – Barracas da Praia - Ponta Grossa	105

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 - Níveis de construção das redes	48
Quadro 02 - Grau de influência da comunidade	51
Quadro 03 - Guiding principles of CBT networks and their alternative approaches	57
Quadro 04 - The governance attributes of CBT networks	59
Quadro 05 - The management attributes of CBT networks	60
Quadro 06 - Possible functions of CBT networks	61
Quadro 07 - External relation of the network	62
Quadro 08 - Attributes that constitute network morphology	63
Quadro 09 - Iniciativas integrantes da Rede Tucum	66
Tabela 01 – Quantidade de entrevistados	71
Quadro 10 - Quadro geral de metodologia	74
Quadro 11 – Quem constrói a Rede Tucum?	77
Quadro 12 – Benefícios do TBC percebidos pela comunidade de Jenipapo-Kanindé	91
Quadro 13 – Benefícios do TBC percebidos pela comunidade de Ponta Grossa	106
Quadro 14 – Papel das assessorias na Rede Tucum	109
Quadro 15 – Ações da administração municipal voltadas ao turismo	111
Quadro 16 – Sugestões de ações a serem efetivadas por nível de colaboração	125

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CBT – Community Based Tourism
GTL – Grupo de Turismo Local
FEM – Fórum Econômico Mundial
FITS - Fórum Internacional de Turismo Solidário
FSM – Fórum Social Mundial
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MST – Movimento Sem Terra
MTUR – Ministério do Turismo
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR - NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo
REDE TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário
REDTURS – Rede de Turismo Comunitário da América Latina
RESEX – Reserva Extrativista
TBC – Turismo de Base Comunitária
TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Solidário
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	17
2.2 DESENVOLVIMENTO DO LITORAL NORDESTINO, TURISMO E RESISTÊNCIAS	28
2.3 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE COMUNIDADE	34
2.4 TURISMO COMUNITÁRIO: CONCEPÇÕES E DIMENSÕES	39
2.5 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE REDES	43
2.6 A ABORDAGEM DE REDES NO TURISMO	49
2.7 REDES DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	53
3 METODOLOGIA	65
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	76
4.1 FORMAÇÃO DA REDE TUCUM	76
4.2 PRIMEIRO NÍVEL DE COLABORAÇÃO – RELAÇÕES DENTRO DA COMUNIDADE	87
4.2.1 Aldeia Indígena do Jenipapo-Kanindé	87
4.2.2 Prainha do Canto Verde	92
4.2.3 Assentamento Coqueirinho	97
4.2.4 Comunidade de Ponta Grossa	102
4.3 SEGUNDO NÍVEL DE COLABORAÇÃO – RELAÇÃO COM ASSESSORIAS	107
4.4 SEGUNDO NÍVEL DE COLABORAÇÃO – RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO	110
4.5 TERCEIRO NÍVEL DE COLABORAÇÃO – RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADES	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICES	131

1 INTRODUÇÃO

O turismo é apresentado por diversos autores como um fenômeno que se expande na sociedade capitalista, a partir do século XVIII, em meio ao desenvolvimento científico e tecnológico que marca a Revolução Industrial, com o avanço dos meios de transporte e dos meios de comunicação, assim como pelo surgimento da concepção de tempo livre em oposição ao tempo de trabalho e das conquistas trabalhistas.

Durante a década de 1970, no auge do que ficou denominado “turismo de massa”, começam a ser evidenciados os impactos gerados por essa atividade até então pautada nas relações de mercado e na acumulação de capital, deixando à margem do processo as questões sociais, culturais e ambientais tais como: a expropriação e a ocupação desordenada do território pelo capital exógeno, a especulação imobiliária, o afastamento da população local, o enfraquecimento da cultura local, a degradação ambiental e o desaparecimento de atividades econômicas tradicionais como a pesca e agricultura. Os impactos advindos com a atividade turística tornaram-se temas de debates, estudos e encontros internacionais, inclusive fazendo parte da pauta de eventos oficiais como a Conferência da Organização Mundial de Turismo (OMT), em 1980. Ao mesmo tempo, posturas contrárias ao “turismo de massa” e as consequências negativas deste surgem nas comunidades receptoras, que começam a refletir e pensar em um turismo alternativo ao modelo vigente à época (Pires, 2002).

As críticas ao turismo de massa e a emergência da necessidade de um turismo alternativo é influenciada por um contexto social e político marcado pelos movimentos de contracultura (década de 1960 e 1970), de manifestações estudantis (1968) e por direitos civis, que questionavam a sociedade capitalista, baseada no avanço tecnológico, na acumulação de riqueza e no aumento da produtividade e do consumo, que limitava as liberdades individuais, homogeneizava culturas locais e degradava o meio ambiente. Além desses fatores, o surgimento de novas concepções de desenvolvimento, que saíam do reducionismo do crescimento econômico e incorporava aspectos subjetivos como qualidade de vida, liberdade, segurança e proteção ambiental, serviram como base para a apreensão de

novos conceitos dentro da atividade turística. Emergem, então, novas formas de turismo alternativo ao “turismo de massa”, como o ecoturismo, turismo rural, cultural, além de novos conceitos como o de turismo sustentável, responsável e comunitário.

No final do século XX e início do século XXI, os movimentos antiglobalização contra o imperialismo econômico e as políticas neoliberais, marcados por protestos contra os encontros da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fórum Econômico Mundial (FEM) foram determinantes para a articulação de comunidades, movimentos e organizações para a reflexão e desenvolvimento do turismo comunitário, especialmente durante o Fórum Social Mundial (FSM), de 2004, ocorrido em Mumbai (Índia), e o FSM ocorrido em Porto Alegre, em 2005. As declarações produzidas durante esses Fóruns, “De Mumbai para Porto Alegre – Quem realmente se beneficia com o turismo” (2004), e a “Declaração de Porto Alegre: um outro turismo é possível” (2005), tiveram grande repercussão em diversas comunidade e organizações e foram essenciais ao fortalecimento do turismo comunitário. Vários outros encontros internacionais podem ser citados na contribuição para a reflexão e articulação de comunidades como o Fórum Internacional de Turismo Solidário (FITS) de 2003, em Marsella (França); de 2006, em Tuxtla Gutierrez (México) e de 2008, em Bamaco (Mali), além do Seminário Internacional de Turismo Sustentável, nos anos de 2003 e 2008, ocorridos ambos em Fortaleza (Brasil).

No Brasil, o turismo é impulsionado pela postura neoliberal adotada pelo Estado a partir da década de 1990, sendo posto como mecanismo para dinamizar o desenvolvimento na região Nordeste, vista até então como uma região pobre e escassa de recursos. Nessa visão, é priorizada a abertura ao mercado global, por meio de incentivos a investimentos internacionais em equipamentos turísticos com garantias de infraestruturas como abertura de estradas, instalação de saneamento básico, abastecimento de água e energia, além de construção de aeroportos, financiadas por organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial. Programas como o PRODETUR/NE buscaram dotar as regiões de infraestrutura necessária para atrair investimentos externos e

submetê-las aos padrões da competição internacional (Fonseca, 2005; Araújo & Moura, 2007).

Nesse processo de investimentos, a região litorânea começa a ganhar uma nova configuração por meio da construção de segundas residências, hotéis, *resorts*, e complexos turísticos, como os hotéis da Via Costeira em Natal (RN), o *Beach Park* (CE) e a Costa do Sauípe (BA), para citar alguns exemplos. Isso gerou um considerável crescimento do fluxo de turismo na região e uma intensa especulação imobiliária. Comunidades litorâneas, cuja economia antes era baseada na pesca, no extrativismo e na agricultura de subsistência sofrem profundas transformações. Como exemplo, pode-se citar a Praia da Pipa, no Rio Grande do Norte; Canoa Quebrada, Jericoacoara e Porto das Dunas, no Ceará; Porto Seguro, na Bahia; entre tantas outras que sofreram e vêm sofrendo com a forte intervenção da atividade turística no curso de seu desenvolvimento.

Esse desenvolvimento pautado na concepção de crescimento econômico e modernização, através do discurso de geração de emprego, renda e entrada de divisas, imposto pelo poder público, priorizou a acumulação de capital pela iniciativa privada, muitas vezes estrangeira e marginalizou a população local que, apesar de alguns benefícios adquiridos na questão de infraestrutura local, não obteve ganhos reais no que se refere à melhoria da qualidade de vida e nem à potencialização de suas capacidades endógenas, como pode ser observado em estudos como o de Cruz (2006), Araújo & Moura (2007), Coriolano (2009), Dantas (2003).

No Estado do Ceará, esse processo de urbanização do espaço litorâneo advindo, principalmente, do desenvolvimento do turismo acarretou um forte processo de urbanização por meio de investimentos em infraestrutura, principalmente com o PRODETUR/NE, o que levou a uma intensa especulação imobiliária gerando conflitos e resistências em várias comunidades. Essas tiveram, e ainda têm, seus territórios ameaçados pela apropriação dos espaços vistos como potencialmente turísticos, pela *carcicultura* e pela iniciativa privada em geral. Nesse processo de expansão turística do litoral cearense, algumas comunidades viram seus territórios serem completamente transformados com a entrada de capital

exógeno, ocupação dos espaços por equipamentos turísticos e casas de veraneio e investimentos do poder público, como os casos de Canoa Quebrada, Jericoacoara e Porto das Dunas. Outras tentam resistir a essa ocupação através da organização comunitária, buscando no turismo comunitário se inserir na cadeia produtiva do turismo de forma sustentável, evitando, assim, possíveis danos irreversíveis à comunidade, além de promover benefícios diretos aos residentes.

Autores como Coriolano (2007, 2008, 2009), Maldonado (2009), Sampaio (2005) e Irving (2009) vêm trabalhando no sentido de compreender essa nova forma de organização da atividade turística que vem ocorrendo em algumas comunidades brasileiras, como a Acolhida na Colônia, localizada na Encosta da Serra Geral (SC); a Fundação Casa Grande, em Nova Olinda (CE); Pousada Aldeia dos Lagos em Silves (AM); Projeto Saúde e Alegria, em Santarém (PA); e Pousada Uacari (RDS Mamirauá), em Tefé (AM), além das comunidades participantes da Rede Tucum, como a Prainha do Canto Verde, Ponta Grossa e Tatajuba, no Ceará.

Ressalta-se, porém, que os Planos de Turismo instituídos no Brasil não apresentam, até então, políticas para o eixo do turismo comunitário. Somente através de pressões instituídas pelas comunidades, organizações não-governamentais e pesquisadores da área, que o Ministério do Turismo (Mtur) lançou o Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur nº001/2008, para apoiar através de auxílio financeiro, projetos de turismo de base comunitária, sendo aprovados 50 projetos distribuídos em todas as regiões do país.

Como estratégia de articulação e fortalecimento, essas iniciativas têm buscado a formação de redes de participação comunitária, com exemplos em vários países na América Latina e no Brasil. Nesse contexto, vale salientar o papel da REDTURS, da TURISOL e da Rede de Turismo Comunitário do Ceará (Rede Tucum). As redes criadas a partir de iniciativas de turismo comunitário constituem uma nova configuração da atividade turística, os atores sociais envolvidos nesse processo agem e reagem de forma diferente e constroem relações e vínculos distintos do turismo convencional. Nesse sentido, tendo como objeto de estudo as comunidades participantes da Rede Tucum, busca-se responder o seguinte

questionamento: *Como os diversos atores sociais do turismo se relacionam a partir da constituição de redes de participação comunitária?*

A Rede Tucum, dentro do cenário apresentado, destaca-se por ser o resultado das articulações de várias iniciativas de turismo comunitário que surgiram nas últimas décadas no litoral cearense. Essas iniciativas buscam novas formas de organização do turismo que se diferenciam do turismo convencional, por colocar a comunidade como protagonista do desenvolvimento e de gestão da atividade turística. Busca, dessa forma, fazer com que a atividade turística promova benefícios reais de melhoria na qualidade de vida da população local, através da diversificação da economia, da complementação da renda das famílias, da melhoria de infraestruturas, além do fortalecimento da identidade e da valorização da cultura local e da defesa do território.

A motivação inicial para a escolha deste tema e objeto de estudo deve-se a um trabalho realizado pela autora desta pesquisa durante os anos de 2008 e 2010 em parceria com a Rede Tucum. Nesse período, pode-se perceber e sentir algumas dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento da atividade turística comunitária nas comunidades como: a comunicação entre os participantes da Rede; o diálogo com o Estado; a continuidade dos processos de formação, a organização e a articulação; os desafios para a comercialização dos pacotes desenvolvidos; e a sustentabilidade financeira da Rede. Assim, surgiu o anseio de realizar uma pesquisa que possibilitasse uma compreensão mais profunda de como ocorrem as relações entre os atores sociais envolvidos nas redes de turismo comunitário, tendo em vista que a reflexão sobre essas relações poderá identificar entraves a serem solucionados e acertos a serem potencializados, o que pode contribuir para o fortalecimento do turismo nessas comunidades. Além disso, a pesquisa pode fornecer embasamento para o desenvolvimento de novas iniciativas em outras comunidades no Brasil.

Ressalta-se, também, a escassez de estudo sobre o tema, ainda relativamente recente, e que precisa de constante investigação e monitoramento para uma melhor compreensão e maturação teórica. Nesse sentido, espera-se que esse trabalho venha de certa forma colaborar com a

produção acadêmica acerca da temática, buscando preencher algumas lacunas existentes no que se refere aos atores sociais envolvidos nesse processo. Contribuindo, assim, para que órgãos públicos, profissionais e pesquisadores da área a utilizem como base para novos estudos e consolidação teórica.

A pesquisa tem, portanto, como objetivo geral, analisar as relações desempenhadas entre os atores sociais envolvidos com o desenvolvimento do turismo nas comunidades participantes da Rede Tucum. Para alcançá-lo, foram traçados alguns objetivos específicos, a saber:

- a) Analisar as características da Rede Cearense de Turismo Comunitário;
- b) Avaliar a relação da comunidade local no desenvolvimento do turismo de base comunitária;
- c) Compreender o papel das organizações não-governamentais no desenvolvimento do turismo de base comunitária;
- d) Compreender o papel do Poder Público no desenvolvimento do turismo de base comunitária.
- e) Averiguar a relação entre as comunidades participantes da Rede Tucum;

Dessa forma, o trabalho apresenta-se em cinco capítulos. Na introdução é exposto o tema central do estudo, assim como as motivações e os objetivos a serem alcançados. O segundo capítulo é destinado à apresentação das bases teóricas que fundamentaram o trabalho de pesquisa. Assim, são realizadas discussões acerca da construção do pensamento em torno do turismo de base comunitária (TBC) e do processo de desenvolvimento do litoral do Nordeste brasileiro e do Estado do Ceará, que resultou no surgimento das iniciativas de TBC, objeto de estudo deste trabalho. É discutido, ainda, o sentido de comunidade, os preceitos nos quais se fundamentam o turismo de base comunitária, bem como a relação entre redes sociais e turismo de base comunitária. No terceiro capítulo é apresentado o percurso metodológico da pesquisa. Posteriormente, são analisados e discutidos os resultados coletados. E no quinto capítulo são apresentadas as conclusões .

A pesquisa se torna relevante por trazer subsídios que ampliam a compreensão no que se refere às relações construídas entre os diversos atores envolvidos no processo de construção de redes de turismo de base comunitária e as consequências dessas relações para o desenvolvimento da atividade turística nas comunidades. Logo, espera-se que os resultados aqui apresentados possam contribuir para a melhoria na organização e participação comunitária da população local; para a cooperação entre iniciativas de TBC; para o estreitamento do diálogo entre o poder público e as redes de turismo de base comunitária; e o trabalho das organizações não governamentais no desenvolvimento do TBC.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

A expansão do turismo na sociedade moderna está atrelada ao início do capitalismo industrial no século XIX. É durante esse período que ocorrem a substituição do trabalho manual pelo maquinário, a criação de novos desejos e necessidades na sociedade, a produção de mercadorias e uma intensa relação de troca. É a partir da modernização capitalista que as viagens motivadas para o lazer vão ganhando a forma do turismo contemporâneo. Para Boyer, o turismo é:

O conjunto de fenômenos resultantes da viagem e da estada temporária de pessoas fora do seu domicílio, na medida em que este deslocamento satisfaz, no lazer, uma necessidade cultural da civilização industrial (Boyer, 2003, p. 16).

Assim, uma parcela das viagens é denominada turística, quando se trata de satisfazer necessidades criadas para uma sociedade que visa à acumulação de capital. O autor resgata alguns fatos históricos sobre viagens a partir do século XVI, época que ele denomina de “antecipações”. Destaca o século XVIII como sendo a época das Revoluções, do *Grand Tour*, das viagens culturais pelo continente europeu, realizadas por jovens aristocratas. Ressalta, ainda, o prazer pelas águas, e a busca pelas bordas e as montanhas, até então, vistos como assustadores e tenebrosos. A partir daí, tem-se cada vez mais realizações de viagens a lazer por uma minoria aristocrática, com tempo e dinheiro para conhecer e desfrutar de outros lugares fora do seu habitual. É no século XIX, com a Revolução Industrial e todas as transformações decorrentes desta Revolução como o desenvolvimento científico e tecnológico, a construção de estradas, ferrovias, a modernização dos meios de transportes e a mudança nas relações de trabalho que o turismo moderno se estrutura (Figueiredo & Ruschmann, 2004).

Nesse período, emerge a concepção de tempo livre, em oposição ao tempo de trabalho destinado ao descanso e ao lazer. Surgem as primeiras conquistas dos trabalhadores no que se refere aos direitos trabalhistas como redução da jornada de trabalho, férias e descanso semanal. A sociedade capitalista passa a valorizar o lazer, não como preocupação com o trabalhador,

mas como meio de aumentar o consumo e o lucro dos empresários. Para Figueiredo & Ruschmann (2004, p. 169) “o turismo – viagem moderna - inscreve-se na lógica dual trabalho/tempo livre. Ele é sinônimo de férias e transformou-se no uso maximizado do tempo livre”.

Até metade do século XX, o turismo era uma atividade predominantemente elitista, possível apenas para uma minoria privilegiada com condições econômicas favoráveis para realizar viagens de lazer. Depois o lazer e a cultura passam a se tornarem acessíveis à classe trabalhadora dos países desenvolvidos, principalmente no período pós-Segunda Guerra (1950-1980), o que incentivou o “turismo de massa”, mesmo que conservando um “importante não-público” (Boyer, 2003, p. 165), tendo em vista que é uma atividade de lazer, ainda restrita àqueles que possuem uma razoável condição financeira.

A atividade turística baseia-se na produção e no consumo de mercadorias, (ou serviços), e nas relações de mercado (Aramberri, 2001). Transforma a imagem, a cultura e o espaço em atrativos, pois passa a ser incorporado além do valor de uso desses elementos, um “valor de troca” (Marx, 2008), ganhando status de mercadoria. Como mercadoria, esta precisa ser moldada e adequada para satisfazer a necessidade de seus consumidores, os turistas. Como forma de prover os anseios, ou melhor, as necessidades dos turistas, são construídas infraestruturas de acesso e equipamentos de meios de hospedagem, alimentação e lazer, nas comunidades receptoras, de modo a atender a uma demanda potencialmente atraída pelas imagens criadas pelo capital. Para David Harvey:

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humano, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera problemas de superacumulação para quais há apenas um número limitado de soluções possíveis (Harvey, 2013, p. 307).

Nesse processo, o turismo transforma lugares em destinos turísticos, vendendo imagens por meio da mídia, criando necessidades e desejos de

consumos na sociedade. Passa a ser expressão de uma “globalização perversa” (Santos, 2010), que não consegue promover a unicidade e a homogeneização a qual foi atribuída, ao contrário, acentua as disparidades, a segregação espacial e a exclusão social.

A globalização tanto divide como une; divide enquanto une – e as causas da divisão são idênticas às que promoveram a uniformidade do globo. Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo de localização, de fixação no espaço. Conjuntamente os dois processos intimamente relacionados diferenciam nitidamente as condições existenciais de populações inteiras e de vários segmentos de cada população. O que para alguns parece globalização, para outros parece localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel (Bauman, 1999, p. 8).

A mobilidade do capital permite que este esteja livre da responsabilidade pelas consequências da exploração e de seus ganhos. Dessa forma, várias comunidades ao redor do mundo sofreram com a expansão do turismo globalizado, caracterizado pela inserção de capital exógeno à comunidade, pela apropriação dos espaços e pela exploração da população e dos recursos naturais locais. Os benefícios da atividade se concentravam nas mãos de poucos e principalmente de pessoas de fora, enquanto a população local sofria com as consequências da exploração.

Pires (2002, p. 35) aponta alguns dos problemas gerados pela massificação do turismo:

- expropriação e ocupação violenta do território por parte das forças e agentes turísticos;
- especulação imobiliária e da terra;
- expulsão e marginalização de populações locais;
- ruptura dos valores culturais e desequilíbrio da economia local;
- degradação de culturas tradicionais;
- manipulação da memória e da herança coletiva;
- violação de lugares sagrados;
- segregação étnica;
- formação de guetos turísticos;
- desvios de comportamentos e prostituição de mulheres e adolescentes;

- comportamento grosseiro e insensível de turistas nos destinos;
- poluição e destruição do meio natural;
- imperialismo econômico de corporações transnacionais, neocolonialismo;
- evasão de divisas para o exterior

Durante esse período, essas consequências negativas começam a ser evidenciadas por algumas instituições e por organismo mais conscientes ligados ao turismo, por personalidades, observadores e estudiosos da área. Começam a ser divulgadas reflexões e críticas ao desenvolvimento desordenado do turismo de massa, as quais se tornam tema de diversos eventos internacionais e regionais, e pauta de eventos oficiais como a Conferência da Organização Mundial de Turismo (OMT) de 1980, em Manila. Questionamentos e posturas contrárias aos impactos negativos causados pelo turismo de massa emergem, também, dentro das comunidades receptoras. Estas começam a se organizar para discutir e pensar novas práticas de turismo alternativo ao de massa, tendo em vista que o turismo pode também trazer benefícios à comunidade receptora, como o aumento da oferta de trabalho, o incremento da renda, a valorização e a preservação dos patrimônios histórico, cultural e ambiental. Pires ressalta que:

As posturas e atitudes de repulsa e desaprovação ao “turismo de massa”, assumidas por muitas comunidades das regiões turísticas por ele atingidas, não negavam nem descartavam a importância do turismo como fator de desenvolvimento econômico e de promoção de seu bem-estar social, havendo por parte dessas mesmas comunidades manifestações para a viabilização de um desenvolvimento turístico saudável e benéfico (Pires, 2002, p. 39).

A emergência do pensamento do turismo alternativo é influenciada por acontecimentos no contexto social e político global, como os movimentos de contracultura, pela liberdade político-ideológica, que levantavam bandeiras ambientalistas, antimilitaristas, pacifistas, e de direitos da minoria; que culminaram nas manifestações estudantis de 1968 nos Estados Unidos e na Europa, que criticavam a sociedade tecnológica-industrial, com as limitações às liberdades individuais, a homogeneização das culturas e a destruição da natureza (Pires, 2002).

Outro aspecto de forte influência nas discussões sobre a necessidade de um turismo alternativo ao turismo de massa, foram as reflexões acerca de novas concepções de desenvolvimento, que surgem a partir do Pós-Guerra.

As questões de desenvolvimento, até então, eram pautadas no crescimento econômico e na diminuição das desigualdades entre as nações, tendo como principal instrumento de medição dos valores do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda per capita. Surgiram então diversas teorias que buscavam explicar e solucionar essas disparidades. Com o tempo, essa noção de desenvolvimento regulada pelo crescimento econômico acabou por se tornar limitada mediante a complexidade e multiplicidade desse fenômeno, o que levou ao surgimento de novas abordagens que trouxeram novos aspectos para a compreensão de desenvolvimento (Moreira & Crespo, 2012). De acordo com Furtado:

A incapacidade dos modelos de crescimento para captar as transformações estruturais – ou seja, a interação do “econômico” com o não-econômico - e para registrar as complexas reações que ocorrem nas fronteiras do sistema econômico - relações com outros sistemas e com o ecossistema -, deriva da mesma forma como é apreendida a realidade econômica que lhes é subjacente. Quanto mais sofisticados, mais afastados se encontram tais modelos da multidimensionalidade da realidade social (Furtado, 1980, p. 13).

Para o autor, o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado em dois sentidos distintos na história contemporânea. O primeiro refere-se à melhoria do sistema social de produção, por meio da acumulação e do progresso das técnicas, visando aumentar a eficácia da produtividade do conjunto da força de trabalho. O segundo relaciona-se ao grau de atendimento às necessidades humanas, que exige a construção de um sistema de valor que torna subjetivos os critérios utilizados como indicadores do processo de desenvolvimento. No entanto, “o aumento da eficácia do sistema de produção (...) não é condição suficiente para que sejam melhor satisfeitas as necessidades elementares da população” (Furtado, 1980, p. 17). O que se tem observado, na verdade, é que a modernização das técnicas e o aumento da produtividade leva muitas vezes à degradação das condições de vida da população marginalizada e a danos ambientais irreversíveis.

Assim, o progresso das técnicas e a evolução dos sistemas de produção aprofundam as desigualdades sociais à medida que tem que assegurar a expansão do consumo. Para o autor “foi em função dos valores dessa civilização material que se formou a consciência das desigualdades internacionais de níveis de vida, do atraso acumulado, do subdesenvolvimento” (Furtado, 1980, p. 18). É nesse contexto que novas concepções de desenvolvimento emergem.

Segundo Boisier (1999), a concepção de desenvolvimento passa por um processo de subjetivação, principalmente, a partir da década de 1970, saindo de um caráter reducionista econômico e passando a ser reconhecido como um “concepto complejo, profundamente axiológico, multidimensional, constructivista, cualitativo em sua esencia e intangible por consecuencia” (Boisier, 1999, p. 5). Passa a incorporar aspectos subjetivos e intangíveis que se referem ao atendimento das múltiplas necessidades humanas, o que faz surgir, assim, novas concepções para o desenvolvimento.

A ideia de que o desenvolvimento deve ter seu critério principal de aferição na satisfação das necessidades básicas da população leva à construção da concepção de Desenvolvimento Humano, estimulada pelos trabalhos de teóricos como Seers (1970 apud Boisier, 1999), que segundo Boisier trouxe uma revolução no conceito de desenvolvimento quando introduziu aspectos como pobreza, emprego e igualdade; e Sen (2000), através da noção de desenvolvimento como liberdade, que introduz aspectos como liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Com base nessas concepções de desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) introduz uma nova forma de medir o desenvolvimento por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baseado em três componentes considerados essenciais ao desenvolvimento humano: longevidade, qualidade de vida e níveis de conhecimento. Atualmente, além desses três componentes o conceito de desenvolvimento humano integra aspectos como igualdade de oportunidades, liberdade, sustentabilidade e segurança (Boisier, 1999).

Surge, também, na década de 1970, a concepção de ecodesenvolvimento, que vê o desenvolvimento e o meio ambiente como

intrinsecamente conectados, no qual três aspectos são fundamentais: a equidade social, a prudência ecológica e a eficiência econômica. O conceito surgiu em 1972, na Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), no período em que as questões ambientais emergiram com mais intensidade e a relação desenvolvimento/meio ambiente começa a ser discutida (Sachs, 1993).

No ano de 1983, é criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, fundada pela ONU e presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid. Essa comissão publica, em 1987, o relatório “Our Common Future”, que intensifica o debate sobre a interligação entre questões ambientais e desenvolvimento, também conhecido como Relatório Brundtland.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta, legitimando o termo desenvolvimento sustentável, que foi absorvido pela comunidade ambiental e científica mundial (Ruschmann, 1997).

Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e a natureza. Percebe-se, então, que tal conceito não diz respeito apenas ao impacto da atividade econômica no meio ambiente. Desenvolvimento sustentável se refere principalmente às consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura, e se apoia no tripé básico formado pela atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade.

A concepção de codesenvolvimento que, posteriormente, influenciou a ideia de desenvolvimento sustentável, busca um caminho intermediário entre o crescimento econômico necessário para a redução da pobreza e a reversão do declínio ambiental, através da gestão racional dos recursos. O equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o respeito à natureza acontece quando ocorre a preocupação em formular e implementar uma política econômica centrada na continuidade da atividade humana e no desenvolvimento. Isso implica a existência de diálogo e parceria real de todos os atores sociais e na repartição de responsabilidades equitativas e claramente definidas.

Sachs (1993) aponta cinco dimensões de sustentabilidade que devem ser consideradas simultaneamente quando se planeja o desenvolvimento: a sustentabilidade social, que busca a equidade na distribuição de renda, reduzindo as desigualdades sociais; sustentabilidade econômica, através de uma gestão mais eficiente dos recursos e fluxos regulares de investimentos públicos e privados; a sustentabilidade ecológica, na qual devem ser observados, entre outros aspectos, o aumento da capacidade de carga do planeta, limitação do consumo de combustíveis fósseis e outros recursos naturais, além da redução do volume de resíduos e de poluição; a sustentabilidade espacial, a qual se refere a uma melhor e mais equilibrada distribuição territorial rural e urbana; por fim, a sustentabilidade cultural, baseada no respeito às especificidades de cada cultura, de cada ecossistema e de cada local.

Ainda, como resposta ao modelo de desenvolvimento vigente, baseado na modernização e no crescimento econômico das nações, surge o conceito de desenvolvimento local baseado em teorias territorialistas que percebem uma diversidade de territórios existentes em âmbito infranacional. Estes diversos territórios necessitam de formas de desenvolvimento que atendam às necessidades de cada local, a partir das suas especificidades.

Nessa perspectiva, um dos principais aspectos do desenvolvimento local é o envolvimento da população, tendo em vista que o mesmo ocorre por meio da participação da comunidade, a qual orientará os rumos a serem seguidos.

O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias, etc), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento (Martins, 2002, p. 52).

O desenvolvimento local implica, portanto, uma postura participativa da população. Com base em uma efetiva participação popular que a comunidade poderá conduzir o processo de desenvolvimento, de forma democrática e protagonista, a fim de atender às necessidades coletivas. Outro aspecto importante é a valorização dos recursos locais e apesar dessa concepção de desenvolvimento não ter um caráter autossuficiente, o

mesmo busca a superação das carências através dos recursos disponíveis no seu território.

Vale ressaltar que, no mesmo período do Pós-Guerra, em que surgem os movimentos de contracultura, os movimentos estudantis e de direitos civis, que questionavam o modelo econômico vigente, quando também iniciam os debates acerca de novas concepções de desenvolvimento capazes de integrar elementos subjetivos de igualdade social, qualidade de vida, segurança e liberdade; inicia-se um levante de políticas neoliberais. Surgem governos neoliberais, inicialmente, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, expandindo-se, em seguida, para vários outros países, inclusive para o Brasil, na década de 1990.

Segundo Harvey (2008), as políticas neoliberais, na teoria, devem favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada; a empresa privada e os empreendedores são essenciais para a inovação e para a criação de riqueza; a eliminação da pobreza se dá através do livre mercado e comércio e a competição internacional é saudável, pois reduz os preços, controla a inflação e melhora a eficiência e a produtividade, entre vários outros aspectos. Na prática, o Estado liberal típico, em caso de conflitos, “tende a ficar do lado do clima de negócio favorável em detrimento seja dos direitos (e de qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de regeneração do ambiente” e, além disso, “favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem estar da população ou a qualidade ambiental” (Harvey, 2008, p. 81).

O fenômeno turístico segue, portanto, o modelo de desenvolvimento econômico implantado a partir do século XVIII, baseado no sistema capitalista de concentração de renda e de riqueza, cuja ênfase maior era no aspecto quantitativo, ao invés do qualitativo, provocando desigualdades e uma seleção natural entre classes sociais. Acompanha, também, as políticas neoliberais que surgem na década de 1970. Até a década de 1990, esse modelo de desenvolvimento do turismo é amplamente difundido, sendo pautado pelos Estados como mecanismo para dinamizar a economia local, por meio da geração de emprego e renda, principalmente, de localidades com escassez de recursos econômicos (Zuñiga, Habert, & Sampaio, 2012). A longo prazo, a

aplicação desse modelo resultou em prejuízos não só econômico, mas sociais, ambientais e culturais.

Com a eclosão do “turismo de massa” no período do Pós-guerra e as crescentes inquietações com as questões ambientais, iniciou-se uma preocupação com os impactos causados pela atividade turística. A partir da década de 1970, novas formas de turismo começaram a ser pensadas, tendo como base as novas concepções de desenvolvimento, a fim de amenizar os impactos negativos da atividade turística, buscando a sustentabilidade socioespacial e priorizando a valorização da cultura, do meio natural e da comunidade receptora. Começaram, então, a surgir várias publicações que abordavam esses impactos.

No final dos anos 1980, começam a ser consideradas as implicações do Relatório de Brundtland na área do turismo, quando surge a expressão turismo sustentável. Em 1987, a “World Commission of Environment and Development” considerou como desenvolvimento sustentável do turismo “aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras” (Ruschmann, 1997, p. 10).

A partir dos anos 1990, a expressão turismo sustentável passou a ser utilizada com frequência, abordando um conceito de turismo que reconhece o papel da comunidade local, a forma com que as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade. O “turismo sustentável” tornou-se pauta de diversos encontros internacionais, fortalecendo, assim a articulação dos diversos atores, em todo o mundo, que buscavam novas formas de organização do turismo.

As concepções de desenvolvimento local, regional e endógeno, também, tem forte influência nos programas e planos de turismo, a partir de então, tanto em âmbito internacional como nacional. Já nos últimos anos do século XX e início do século XXI, os movimentos antiglobalização que consistiram em diversos protestos contra o sistema capitalista vigente e as políticas neoliberais, abrangendo diversos grupos sociais, ocorridos em âmbito mundial, tiveram grande influência na concepção do turismo comunitário.

O Fórum Social Mundial (FSM), fruto desses movimentos, foi essencial para o amadurecimento e para o fortalecimento da discussão. Especialmente durante o FSM de 2004, ocorrido em Mumbai (Índia), o turismo ganha um

grupo de trabalho específico, que compôs a agenda do FSM e produziu a Declaração “De Mumbai para Porto Alegre – Quem realmente se beneficia com o turismo”, reforçando o compromisso de comunidades e entidades de transformar o caráter do turismo global para um que seja justo e equitativo para a população local. Essa Declaração afirma a importância de destacar assuntos de turismo dentro dos movimentos antiglobalização e de direitos humanos como forma de fortalecer “as lutas locais e as iniciativas comunitárias daqueles que sofrem os impactos do turismo” (De Mumbai a Porto Alegre - Quem realmente se beneficia com o turismo, 2004, p. 1). Além disso, aponta a articulação em rede como estratégia “para identificar áreas de preocupação comum, construir alianças com indivíduos, organizações e movimentos que dividem este pensamento, e influenciar agendas de política de turismo” (De Mumbai a Porto Alegre - Quem realmente se beneficia com o turismo, 2004, p. 1).

Durante o FSM de 2005, ocorrido em Porto Alegre (Brasil), os debates ganharam grande repercussão com a elaboração da “Declaração de Porto Alegre: um outro turismo é possível”, a qual defendia um novo modelo de turismo desejável pelas comunidades (Araújo, 2011), evidenciando a construção do turismo comunitário em alguns lugares do Brasil e do mundo como forma de se contrapor à realidade do turismo globalizado, “que tenha como pressupostos o envolvimento da população local, a valorização da cultura e diversidade local e a proteção ambiental” (Declaração de Porto Alegre 2005 - Um outro turismo é possível, 2005, p. 1).

Durante esse período, vários outros encontros internacionais abordaram a temática e contribuíram para a reflexão e para a articulação de comunidades na construção de novas formas de organização da atividade, como o Fórum Internacional de Turismo Solidário (FITS) de 2003, em Marsella (França); de 2006, em Tuxtla Gutierrez (México) e de 2008, em Bamaco (Mali), o Seminário Internacional de Turismo Sustentável de 2003 e 2008, ocorridos ambos em Fortaleza (Brasil), e o próprio Fórum Social Mundial. Pode-se citar, também, em âmbito nacional o Encontro Nacional de Turismo de Base Local, que ocorre desde 1997, tendo o último encontro ocorrido em 2014, na cidade de Juiz de Fora-MG.

Nesse sentido, pode-se distinguir dois eixos para a atividade turística: o convencional ou hegemônico, e o alternativo (Coriolano & Sampaio, 2008). O eixo hegemônico é caracterizado pelo desenvolvimento globalizado do turismo que visa à homogeneização dos lugares para atender ao mercado global. Prioriza a iniciativa privada, dentro de uma visão neoliberal da atividade, deixando à margem do processo aqueles hegemônizados, que muitas vezes são expulsos de suas localidades ou tentam se inserir de qualquer forma no processo. O eixo do turismo alternativo, por sua vez, baseia-se nessas novas concepções de desenvolvimento que valorizam as peculiaridades e especificidades de cada lugar, e que prioriza a sustentabilidade em suas diversas dimensões.

2.2 DESENVOLVIMENTO DO LITORAL NORDESTINO, TURISMO E RESISTÊNCIAS

No processo histórico de desenvolvimento da atividade turística no Brasil, percebe-se, inicialmente, uma intensa busca pelo litoral, acompanhando um movimento global que se iniciou a partir da modernidade, quando foi descoberto o desejo pela beira-mar, intensificado na contemporaneidade (Corbin, 1989). É por volta de 1750, que emergem a moda de banho terapêutico, sendo o banho de mar prescrito pelos médicos da época para fins de saúde. Posteriormente, os banhos no mar foram relacionados ao lazer, pois havia também a possibilidade de interação social nesse espaço. O litoral passa, então, a ser objeto de consumo e destino de milhões de pessoas.

É a partir do final da década de 1960, que há uma intensa busca do litoral brasileiro para a construção de segundas residências o que acarretou um processo de transformações ao longo da costa brasileira. Nesse período foram construídos vários loteamentos, condomínios fechados e balneários pela iniciativa privada, que levou a uma nova configuração na orla marítima (Dantas, 2003).

Até o final da década de 1970, a atividade turística no Nordeste brasileiro se concentrava nas capitais, e os espaços entre elas eram ocupados ainda por espaços naturais, antigos povoados e pequenos núcleos urbanos tradicionais. O turismo passa a ser visto como alternativa econômica para essa região, a partir da década de 1980, que possibilitaria a

minimização das disparidades regionais e promoveria o desenvolvimento regional (Fonseca, 2005). Intensifica-se, então, a atividade turística, tendo ainda, como o foco, as capitais e os espaços em seu entorno, onde se concentravam a infraestrutura viária e turística (Araújo & Moura, 2007).

Sendo o turismo considerado um meio para impulsionar o crescimento econômico do país e dos estados do Nordeste, a partir dos anos de 1990, inicia-se uma abertura aos investimentos estrangeiros e às grandes cadeias hoteleiras, visando à entrada de divisas por meio do aumento do fluxo de turistas internacionais. Na busca por essa expansão turística é criado o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), para prover a região nordestina de infraestrutura básica e atrair investimentos privados. O PRODETUR-NE foi implantado com apoio de financiamentos internacionais, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que definia critérios específicos para a condução da atividade. Dessa forma, supria-se a autonomia e a liberdade tanto do poder público quanto da comunidade local como aponta Fonseca (2005):

A aprovação do financiamento do PRODETUR/NE, por exemplo, esteve atrelada aos critérios adotados pelo BID. Essa é, aliás, uma das formas pelas quais as instituições globais podem definir conteúdos ou características assumidas pelo espaço de âmbito local, no contexto da globalização (Fonseca, 2005, p. 74).

O turismo no Brasil se torna cada vez mais globalizado, homogeneizando os espaços e suprimindo a cultura e a vida de comunidades litorâneas. Essa política neoliberal instalada no turismo deixa de lado aspectos importantes de desenvolvimento, como o meio ambiente, a cultura e a qualidade de vida da comunidade receptora.

Nesse momento, inicia-se uma internacionalização da região, com base na submissão de áreas estratégicas do litoral à organização espacial ditada por interesses exógenos. Esse processo pode ser caracterizado pela implantação de grandes empreendimentos hoteleiros como o Complexo Sauípe (BA) (Araújo & Moura, 2007).

O turismo globalizado, com a presença dos megaempreendimentos, chega aos países considerados em desenvolvimento, oferecendo poucas oportunidades e vantagens às comunidades receptoras. Estas são, normalmente, excluídas dos seus projetos, que seguem modelos

concentradores de capital, representando desigualdade socioeconômica, desvalorização das culturas locais e geração de impactos negativos frente aos recursos naturais e humanos existentes nos núcleos onde se instalam.

Araújo & Moura (2007), apontam, ainda, outra forma de internacionalização do litoral nordestino através da apropriação dos espaços por estrangeiros, principalmente europeus, que compram casas e terrenos a fim de construir hotéis, pousadas e restaurantes. Ressalta-se, no entanto, que essa ocupação exógena não é só por estrangeiros, mas também, por pessoas oriundas de outras regiões do Brasil, principalmente, Sul e Sudeste. Essa ocupação por parte de pessoas vindas de outros estados, de outros países e dos empreendimentos turísticos, muitas vezes, afasta a população da sua localidade e anula sua capacidade e competência endógena para o desenvolvimento como aponta Araújo & Moura:

A ocupação das áreas costeiras tem penalizado essas populações, seja pela restrição de acesso aos recursos naturais e a terra, seja pela dificuldade de inclusão dessas populações de forma significativa nas atividades turísticas emergentes (Araújo & Moura, 2007, p. 102).

Dessa forma, a região litorânea do Nordeste brasileiro se tornou alvo de uma intensa urbanização nas últimas décadas, inicialmente pelo movimento de segundas residências e de forma mais intensa com a atividade turística, apontada como solução para a diminuição das disparidades entre as regiões do Brasil.

Assim, o processo de expansão da atividade turística foi estimulado por políticas públicas de turismo baseadas numa visão neoliberal de acumulação de capital, que via o turismo como alternativa econômica para o desenvolvimento regional. Através de programas como o PRODETUR, buscou-se atrair investimentos privados a partir do provimento de infraestrutura em diversas regiões.

No entanto, Cruz (2006) afirma que a distribuição de riqueza dentro do espaço turístico não ocorre de forma igualitária. Muitas vezes, as transformações ocasionadas nesses espaços, devido ao turismo, não necessariamente, acarretaram uma melhoria nas condições de vida e de renda. O que acontece em decorrência do processo de valorização turística do litoral é

uma apropriação de espaços, antes utilizados pela comunidade local, agora, também, apropriado pelo capital privado. Ocorre, então, o afastamento da comunidade local que assiste às transformações no uso e na ocupação do espaço, sem participar efetivamente das decisões e das ações referentes à construção da atividade turística na localidade.

No Estado do Ceará, esse processo de intervenção do turismo no litoral não ocorreu de forma diferente. O litoral cearense, localizado na costa do Atlântico sul, logo abaixo da linha do Equador é constituído de 573 km de praias, que vai desde a fronteira com o Estado do Rio Grande do Norte até a fronteira com o Estado do Piauí.

Antes da introdução do turismo, a zona costeira do Ceará era um espaço no qual predominavam atividades produtivas relacionadas à subsistência da população, representadas pela pesca, pelo extrativismo vegetal e pela agricultura de subsistência. Com a chegada dessa nova atividade econômica, o litoral passou a apresentar estabelecimentos comerciais e de serviços para o atendimento da demanda turística, o que provocou transformações tanto econômicas quanto sociais e culturais.

O processo de urbanização e ocupação das áreas do litoral cearense para a prática do lazer e do turismo acompanha o processo ocorrido no litoral do Nordeste e tem início no final da década de 1960 e começo da década de 1970. Vasconcelos (2005) distingue três momentos diferentes quando se refere ao desenvolvimento do turismo nas comunidades da zona litorânea cearense.

O *primeiro momento* é caracterizado pelo veraneio, do final dos anos 1960 até a década de 1980. Nesse período há uma valorização do litoral cearense como espaço de lazer e férias com a construção de diversos clubes, colônias de férias e segundas residências, o que acarretou uma intensa especulação imobiliária e as primeiras transformações nas comunidades litorâneas. Ao mesmo tempo em que dinamizou a economia local, provocou uma ocupação desordenada e conflitos de posse de terra com a comunidade residente.

No *segundo momento*, inicia-se a construção de equipamentos turísticos tais como hotéis, bares e parques aquáticos. A instalação desses equipamentos é garantida com base na infraestrutura proporcionada pelas ações do PRODETUR/NE, a partir da década de 1990. Por meio deste

programa, o Estado do Ceará contou com ações de construção e melhoria de rodovias, serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água, além da ampliação e modernização do Aeroporto Internacional Pinto Martins. É a partir dos anos de 1990, marcado em âmbito nacional, por um modelo de acumulação capitalista neoliberal e de abertura de fronteira para o capital externo, que o Estado do Ceará, volta suas políticas de turismo para o mercado global, estimulando a entrada de investimentos estrangeiros, bem como a construção de grandes equipamentos turísticos internacionais, deixando à margem desse processo a população local.

No *terceiro momento*, com o aumento do número de visitantes, há uma intensificação no interesse por parte dos mesmos em comprar terras e construir residências e equipamentos turísticos, principalmente estrangeiros e provenientes de outros estados, que por possuírem um poder aquisitivo maior acabam por dominar a atividade turística local.

Se, por um lado, o desenvolvimento da atividade turística promove investimentos públicos em melhorias na infraestrutura como a construção de estradas, a instalação das redes de eletricidade, de água e de saneamento básico, e construção de aeroportos, por outro, as comunidades litorâneas foram bastante afetadas, tendo sua identidade alterada e sofrendo profundas transformações culturais. Uma parte da população vende suas terras dando espaço aos grupos hegemônicos. Uma grande argumentação desses grupos elitistas e do próprio governo é a geração de empregos. No entanto, normalmente esses trabalhadores locais recebem uma parcela mínima da geração de divisas e são explorados com elevadas cargas de trabalho.

Matos, Araújo & Teixeira (2013) em estudo sobre o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Ceará, cita o caso de algumas localidades litorâneas no Ceará como Canoa Quebrada, Jericoacoara, Praia das Fontes e Porto das Dunas, que tiveram seus territórios completamente transformados pela atividade turística, com perda das atividades tradicionais, afastamento e exclusão da comunidade local, conflitos por posse de terra, entre outros impactos negativos. Nesse sentido, apontam que o desenvolvimento do turismo no litoral cearense ofereceu poucas opções para as comunidades locais: ou elas abandonavam suas terras; ou buscavam se inserir na atividade turística

como mão-de-obra ou com abertura de pequenos negócios; ou, então, resistiam à ocupação.

Na tentativa de resistir à apropriação de seus territórios, seja por grupos hoteleiros, por equipamentos turísticos, por viveiros de camarões ou por outras iniciativas privadas exógenas, algumas comunidades começam a se organizar na luta pelo direito à terra, pela afirmação da autodeterminação dos povos e na construção de propostas de turismo comunitário. Surgem, então, diversas iniciativas de organização comunitária do turismo ao longo do litoral cearense, compreendendo comunidades litorâneas, ribeirinhas, assentamentos agrícolas, tribos indígenas e Reservas Extrativistas, cada qual com a sua especificidade e autenticidade.

Com a intensificação dos debates e encontros internacionais acerca dos efeitos do turismo globalizado e a necessidade de um novo modelo de organização da atividade que priorizasse o comércio justo e os benefícios reais para a população residente, houve um fortalecimento das articulações entre estas comunidades, organizações do terceiro setor que atuam na zona costeira do Ceará e pesquisadores da área para a construção de uma rede de turismo comunitário.

É criada, então, a Rede Tucum – sendo, esta, o resultado da articulação e da conexão de iniciativas de desenvolvimento de turismo comunitário em várias comunidades localizadas no litoral cearense. Tem seu início oficializado no ano de 2008, no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS) , realizado no município de Fortaleza, durante o período de 12 a 15 de maio.

Apesar do surgimento de várias experiências, não só no Estado do Ceará, mas em todo o Brasil, os Planos de Turismo instituídos no país não apresentam, até então, políticas para o eixo do turismo comunitário. Foi a partir da articulação e de pressões instituída pelas comunidades, organizações não governamentais e pesquisadores da área, que o Ministério do Turismo (MTur) lançou, apenas em 2008, o Edital de Chamada Pública de Projetos MTur nº001/2008, para apoiar através de auxílio financeiro, projetos de turismo de base comunitária. O edital do MTur teve como objetivo fomentar projetos e iniciativas organizadas e identificadas como turismo comunitário, tendo em vista o fortalecimento de roteiros com foco em territórios que buscam

desenvolvimento local e inclusão social. Através do edital foi disponibilizado apoio financeiro entre R\$ 100 mil e R\$ 150 mil por iniciativa, em um prazo para execução dos projetos de até 18 meses. Sendo recebidas mais de 500 propostas de todo Brasil, 50 foram selecionados (Brasil, 2008).

O Estado do Ceará foi contemplado com a aprovação de 6 projetos: 1) Promoção do Turismo Social e Cultural de Base Comunitária no Sertão do Cariri; 2) Turismo Comunitário: Afirmando Identidades e construindo sustentabilidade (Rede Tucum); 3) Turismo rural comunitário do assentamento rural Tijuca Boa Vista; 4) Rede de ecoturismo para a vida!; 5) Turismo Comunitário e Solidário no Assaré de Patativa; 6) AYTU - Turismo de base comunitária do povo Tapeba.

2.3 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE COMUNIDADE

Entender a essência do turismo comunitário requer, também, uma discussão sobre o significado de comunidade. Comunidade é um importante conceito e uma das ideias centrais das teorias sociológicas utilizado na compreensão das estruturas sociais e nos arranjos de sociabilidade existentes entre os indivíduos. Uma das mais clássicas formulações da concepção de comunidade foi feita por Ferdinand Tönnies, sociólogo alemão, que discutiu a dicotomia entre comunidade e sociedade, dois termos constantemente confundidos e utilizados aleatoriamente sem nenhuma distinção, mas que são essencialmente diferentes (Tönnies, 2004). Para o autor, a comunidade (a qual chama de *Gemeinschaft*) é uma vida em conjunto, real e orgânica, íntima e privada, construída com base em uma condição natural da união das vontades humanas.

(...) the theory of *Gemeinschaft* starts from the assumption of perfect unity of human wills as an original or natural condition which is preserved in spite of actual separation. This natural condition is found in manifold forms because of dependence on the nature of the relationship between individuals who are differently conditioned (Tönnies, 2004, p. 37).

Tönnies postulou ainda o que chama de leis principais da Comunidade:

We may now establish the great main laws of *Gemeinschaft*: (1) relatives and married couples love each other or easily adjust

themselves to each other. They speak together and think along similar lines. Likewise do neighbors and other friends. (2) There is understanding between people who love each other. (3) Those who love and understand each other remain and dwell together and organize their common life (Tönnies, 2004, p. 48)

Os indivíduos, nessa visão, se amam ou se habitam uns com os outros, nutrindo um vínculo recíproco de compreensão/entendimento que os mantém conectados. À forma complexa de uma vontade comum determinante, que consiste nos múltiplos vínculos de compreensão, o autor chama de “concordia”, a qual regulará a vida em comunidade.

Tönnies aponta como forma embrionária dessa condição natural de união das vontades do indivíduo três espécies de relações: (1) a relação entre uma mãe e seu filho; (2) a relação entre homem e mulher, compreendida de forma natural ou animal; e (3) a relação entre irmãos e irmãs, que se reconhecem como descendentes de uma mesma mãe. Estas relações seriam as formas mais fortes capazes de desenvolvimento de uma comunidade, cada uma sendo importante de uma maneira específica, sem, no entanto, serem as únicas. Muitas outras relações menos íntimas estão associadas a estas espécies fundamentais e familiares. Vale ressaltar que, as relações são entendidas pelo autor como uma ação mútua, na qual um lado é ativo e outro passivo, e podem ser tanto positivas quanto negativas. A comunidade, dentro da sua concepção, ocorre com base nas relações humanas positivas que cria uma vida comum, verdadeira e durável entre os indivíduos.

De acordo com o autor, a comunidade pode se desenvolver em três instâncias distintas: por laços sanguíneos, por aproximação espacial e por aproximação intelectual. Na comunidade por laços sanguíneos (*Gemeinschaft by blood*), pessoas de uma mesma família constroem relações orgânicas de amor e compreensão pelo fato de possuírem laços de sangue, uma relação comum de compartilhamento do ser em si. Na comunidade por aproximação espacial (*Gemeinschaft of locality*), pessoas que convivem em um mesmo espaço criam relações de companheirismo e de compreensão por dividirem um *habitat* comum. Apesar desse tipo de comunidade estar baseado na aproximação espacial, ela pode persistir apesar da separação da localidade, se tiver como alicerce, hábitos bem

definido de reuniões e de costumes. E por último, na comunidade por aproximação intelectual (*Gemeinschaft of mind*), as relações são criadas a partir de laços de amizade, de interesse em comum ou de crença comum. Essa união é criada e só consegue ser mantida através de uma frequência de proximidade física. Esta forma de comunidade, em comparação com as outras formas, possui uma natureza mental, ao invés de uma natureza física, é menos instintiva e é construída com base na livre escolha e por isso deve encontrar um equilíbrio entre a vontade comum e um alto grau de liberdade individual.

Todos esses três tipos estão, no entanto, estreitamente inter-relacionados no tempo e no espaço. Para Tönnies (2004, p. 42) “wherever human beings are related through their wills in an organic manner and affirm each other, we find one or another of the three types of *Gemeinschaft*”, ou seja, para o autor essas três instâncias permitem compreender as raízes de todas as relações orgânicas entre os seres humanos.

A sociedade (denominada de *Gesellschaft*), por sua vez, é a relação entre as pessoas enquanto estrutura imaginária e mecânica. É uma construção artificial de um conjunto de indivíduos que são independentes entre si. Na sociedade, os indivíduos são isolados e existe uma tensão entre eles. Não existe uma vontade natural de se relacionar com o outro, mas sim, uma vontade racional de construir relações por meio de acordos e trocas, ou seja, uma necessidade de se relacionar devido a interesses específicos. Assim, Tönnies a define: “in the *Gemeinschaft* they remain essentially United in spite of all separating factors, whereas *Gesellschaft* they are essentially separated in spite of all uniting factors” (Tönnies, 2004, p. 64).

Outra concepção de comunidade, mais contemporânea, é apresentada por Bauman, na obra “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual”, na qual busca avaliar algumas soluções já propostas e tentadas para superar o dilema da dicotomia entre segurança e liberdade, entre comunidade e individualidade, mesmo entendendo que este dilema provavelmente nunca será resolvido.

A liberdade e a segurança, ambas igualmente urgentes e indispensáveis, são difíceis de conciliar sem atrito – e atrito considerável na maior parte do tempo. Estas duas qualidades são, ao mesmo tempo, complementares e incompatíveis; a chance de

entrarem em conflito sempre foi e sempre será tão grande quanto a necessidade de sua conciliação. Embora muitas formas de união humana tenham sido tentadas no curso da história, nenhuma logrou encontrar solução perfeita para uma tarefa do tipo da 'quadratura do círculo' (Bauman, 2003, p. 24).

Bauman segue o pensamento de Tönnies, de que a comunidade na sua forma mais original, ocorre fundamentada em um entendimento natural e tácito compartilhado por seus membros; "o entendimento ao estilo comunitário casual, não precisa ser procurado, e muito menos construído: esse entendimento já 'está lá', completo e pronto para ser usado" (Bauman, 2003, p. 15). Ainda, concorda, que existe um movimento de substituição de um "entendimento natural" da vida em comunidade para relações artificiais, impostas e monitoradas, encontradas nas sociedades modernas e contemporâneas.

Para Bauman a unidade/naturalidade do entendimento comunitário possui uma mesma base: a homogeneidade. Essa homogeneidade começa a desfalecer com o aparecimento e o avanço dos meios de transporte e ainda com o advento da informática. E se fortalece com o que o autor chama de modernidade líquida. A modernidade líquida se caracteriza pela fluidez das relações tanto afetivas quanto profissionais e no conseqüente sentimento de insegurança sentido pelo homem. Na modernidade líquida ocorre uma decadência dessa vida em comunidade, o ambiente fluído desintegra os vínculos construídos entre as pessoas nas mais diferentes formas e enfraquece a formação de uma vontade comum.

Toda unidade, começa então, a ser necessariamente construída. O entendimento natural passa a ser um acordo 'artificialmente produzido'. Na contemporaneidade, a comunidade realmente existente não será aquela comunidade dos seus sonhos, formada a partir de entendimento tácito, natural e comum, que traz um sentimento bom de segurança; ao contrário, aumentará os temores e a insegurança. Desse modo, o sentimento de comunidade só conseguirá ser mantido e só existirá por meio de uma busca imposta cotidianamente.

A comunidade realmente existente é construída por uma luta constante pela identidade individual. "A construção da identidade é um processo sem fim e para sempre incompleto" (Bauman, 2003, p. 61), e pode

se desfazer com uma enorme facilidade quando esta deixa de ser satisfatória. O indivíduo na constante busca de sua identidade procura a companhia de outros indivíduos que se encontram na mesma situação de medo e de ansiedade na construção de suas identidades, constituindo o que ele denomina de 'comunidades-cabides'. Essas comunidades servem para confirmar suas escolhas e lhes conferem 'aprovação social' da sua identidade. São comunidades fáceis de compor e de destruir, os vínculos constituídos são frágeis e não devem prejudicar escolhas diferentes. Essas comunidade-cabides podem ser denominadas também de comunidades estéticas, cuja característica comum é:

A natureza superficial, perfunctória e transitória dos laços que surgem entre seus participantes. Os laços são descartáveis e poucos duradouros. Como está entendido e foi acertado de antemão que esses laços podem ser desmanchados, eles provocam poucas inconveniências e não são temidos (Bauman, 2003, p. 67).

No mundo globalizado, os indivíduos se tornam cada vez mais interdependentes, e por isso existem inúmeras situações que são impossíveis de lidar individualmente, condição que leva à necessidade de construções coletivas. As comunidades estéticas, porém não são as comunidades buscadas por indivíduos que, por meio do coletivo, buscam algo de que sentem falta e que não conseguiriam conquistar isoladamente. Este tipo de comunidade é denominado de ética, que seria em quase tudo o oposto da estética. Elas seriam tecidas "de compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis" (Bauman, 2003, p. 68). Os indivíduos buscam nas comunidades éticas a garantia de certeza, segurança e proteção.

A comunidade no mundo dos indivíduos perdeu a sua essência natural, mas se vier a existir, precisa ser tecida "em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo, uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos" (Bauman, 2003, p. 134).

Contudo, com base no que foi exposto, é possível refletir acerca de algumas dificuldades na concepção e execução de projetos comunitários

nas sociedades contemporâneas. Muitos são enfraquecidos com o aparecimento de entraves, com o esvaziamento dos seus membros e com conflitos internos. Eles precisam de constante trabalho de defesa contra influências externas, de afirmação dos seus compromissos internos e de reforço da necessidade de se manterem unidos.

2.4 TURISMO COMUNITÁRIO: CONCEPÇÕES E DIMENSÕES

O turismo comunitário encontra-se dentro do eixo alternativo ao turismo convencional e não deve ser visto nem classificado como um segmento ou mais um tipo de turismo, mas sim como uma forma de organização, uma metodologia de trabalho ou um modo de desenvolver esta atividade. É, na verdade, um modelo de gestão do turismo pautado na sustentabilidade ecológica, cultural e econômica e na valorização das peculiaridades e heterogeneidades do local (Castro & Pinto, 2013).

O surgimento de diversas iniciativas pelo mundo e a abertura para a discussão da temática, promoveram o construção de várias interpretações acerca do que seria o turismo comunitário. No entanto, todas elas derivam de características e princípios em comum. Alguns autores, todavia, vêm trabalhando a temática há um bom tempo, sendo seus conceitos tomados aqui como aporte para a discussão. Para Maldonado (2009) turismo comunitário é:

Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (Maldonado, 2009, p. 31).

Dessa forma, o turismo comunitário promove uma maior participação das pessoas locais no desenvolvimento da comunidade por meio da cooperação, do associativismo e da economia solidária. Os benefícios gerados pela atividade turística permanecem na comunidade, podendo ser utilizados para a melhoria na infraestrutura, em capacitação, educação e saúde.

Para Coriolano (2009, p. 282) o turismo comunitário é “aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais,

possuindo o controle efetivo das terras e das atividades associadas à exploração do turismo”. Assim, apresenta-se, como um modelo de turismo autogestionário, no qual a comunidade é proprietária e gestora dos equipamentos turísticos, planeja e desenvolve a atividade turística. Na maioria das vezes, a atividade turística não é a principal atividade econômica, mas contribui na complementação da renda.

Essas comunidades, geralmente, estão localizadas em áreas naturais bastante frágeis, próximas ou inseridas em unidades de conservação. Nesse sentido, o turismo comunitário respeita os ecossistemas em que se desenvolve e luta pela preservação e pela conservação dessas áreas, propiciando uma nova relação entre a atividade e o espaço natural em que se insere (Sampaio, 2005).

O turismo comunitário proporciona, ainda, uma maior interação entre a comunidade e o turista, baseada no turismo responsável de respeito aos costumes de cada um e a troca de valores e aprendizagem mútua (Irving, 2009). Os turistas são motivados a conhecer esses lugares para obter um maior conhecimento e envolvimento com os modos de vida local, de atividades econômicas, de costumes, de projetos e de lutas comunitárias.

Todavia, compreende-se que estes são preceitos teóricos que devem ser buscados, mas que nem sempre são refletidos na prática, devido a diversos fatores que estão fora do alcance das comunidades e que influenciam bastante o desenvolvimento dessas iniciativas como: apoio do poder público, investimento em infraestrutura (estradas de acesso, iluminação pública, saneamento básico, comunicação) e acesso a recursos financeiros.

Entende-se, contudo, que o turismo comunitário tem como premissa básica a participação popular e a organização comunitária, buscando assim um desenvolvimento local que atenda às necessidades de cada comunidade, a partir de suas especificidades. Um dos principais aspectos do desenvolvimento local é a efetiva participação da população, assegurando que a comunidade possa conduzir o processo de desenvolvimento de forma democrática e protagonista, atendendo assim às necessidades coletivas (Martins, 2002).

Segundo Bordenave (2007), a participação popular não se refere ao usufruto dos benefícios por parte da população marginalizada, mas sim à

intervenção ativa dessa população na construção da sociedade. Participação é um processo coletivo transformador da realidade social. O processo participativo tem como objetivo final a autogestão, ou seja, “uma relativa autonomia dos grupos populares organizados em relação aos poderes do Estado e das classes dominantes” (Bordenave, 2007, p. 20). A autogestão seria o grau mais avançado de participação, no qual um grupo ou comunidade tem pleno controle sobre os objetivos, sobre o planejamento e sobre a execução das decisões e ações.

Para que haja uma efetiva participação social é necessário, portanto, que a população “tenha parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa” (Bordenave, 2007, p. 25). Desse modo, no que se refere ao desenvolvimento do turismo, mecanismos de participação popular, controlados pelo Estado, nos quais a população local é apenas informada, consultada, conscientizada, ou ainda que, receba alguns benefícios advindos com a atividade, não configura uma real participação social. A participação social requer um processo emancipatório no qual a população se aproprie do controle das ações e estratégias que vão guiar o seu desenvolvimento.

Bordenave (2007) ressalta, ainda, que a participação é uma necessidade humana que cresce, naturalmente, quando surgem oportunidades de praticá-la e pode ser aperfeiçoada até chegar ao grau máximo da autogestão. Contudo, esta não é uma tarefa fácil e, muitas vezes, precisa ser estimulada e organizada em determinadas comunidades, o que acontece frequentemente nas iniciativas de turismo comunitário. Mecanismos de coordenação, comunicação e representação organizados de forma justa e democrática são essenciais para o bom funcionamento de uma sociedade participativa.

Como visto anteriormente, o turismo comunitário emerge de um contexto em que comunidades tem seu território ameaçado pelo capital exógeno e veem na organização e na luta comunitária um meio de resistência. O turismo comunitário não é por si só o motor dessa resistência, mas uma de várias estratégias de oposição a um modelo globalizado de acumulação de capital.

A concretização do turismo comunitário, no entanto, dá-se através do desenvolvimento de uma “vontade social, coletiva”, por meio da qual é possível criar uma nova realidade social, uma “reforma intelectual e moral”, uma nova hegemonia. Na concepção de Gramsci, a vontade social, coletiva é:

Uma vontade racional, não arbitrária, que se realiza na medida em que corresponde a necessidades objetivas históricas, isto é, em que é a própria história universal no momento da sua realização progressiva. Se essa vontade é inicialmente representada por um indivíduo singular, a sua racionalidade é atestada pelo fato de ser ela acolhida por um grande número, e acolhida permanentemente, isto é de se tornar uma cultura, um bom senso, uma concepção de mundo, com uma ética conforme à sua estrutura (Gramsci, 2002, p. 202).

Assim, o turismo comunitário vai além do domínio de propriedade dos equipamentos e dos serviços turísticos pela própria comunidade e perpassa pela existência de condições para que surja e se desenvolva a vontade social, coletiva, na criação de uma nova realidade social. No caso, a resistência ao capital globalizado, a luta pelo território e a afirmação dos povos pelas comunidades tradicionais permitiu que emergisse uma vontade coletiva que buscasse a criação de um novo modelo de organização da atividade turística.

O turismo comunitário está, dessa forma, intrinsecamente ligado ao grau de organização e formação coletiva de determinada comunidade e ao nível de aceitação dessa comunidade a essa “reforma intelectual e moral”. Iniciativas de turismo comunitário dificilmente persistirão ao longo do tempo se forem impostas por instituições e políticas externas às comunidades. Elas devem emergir da vontade das próprias comunidades e na compreensão da necessidade de desenvolver um outro modelo de turismo.

No Brasil surgiram diversas iniciativas de turismo comunitário nos últimos anos. Como exemplos pode-se citar a Acolhida na Colônia, localizada na Encosta da Serra Geral (SC); a Fundação Casa Grande, em Nova Olinda (CE); a Pousada Aldeia dos Lagos em Silves (AM); Projeto Saúde e Alegria, em Santarém (PA); e Pousada Uacari (RDS Mamirauá), em Tefé (AM). E a Rede Tucum, objeto de estudo deste trabalho, que abrange comunidades que desenvolvem o turismo comunitário no litoral cearense.

2.5 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE REDES

A noção de rede vem sendo ressignificada ao longo dos anos e utilizada em várias áreas do conhecimento para explicar e compreender inúmeras estruturas, sejam estas biológicas, territoriais, sociais, entre outras. Dentro do campo das ciências sociais, a abordagem de rede vem sendo empregada para explicar estruturas sociais e descrever as diferentes formas de vínculos que emergem na sociedade.

A construção do conceito de rede social segue uma trajetória de múltiplas dimensões que vão englobar as variadas formas de relações sociais como parentescos, vizinhança, religião, associativismo, movimentos sociais, além de abranger diversos enfoques analíticos e pressupostos teóricos metodológicos. Para Capra (2002, p. 108) “a análise das redes sociais alçou-se ao grau de uma nova disciplina sociológica e é empregada por diversos cientistas, para o estudo das relações sociais e da natureza das comunidades”. Capra (1996; 2002) desenvolveu uma compreensão de um padrão básico unificado da vida que integra as dimensões biológicas e sociais em redes complexas. Baseado em teorias sistêmicas e da complexidade, o autor afirma que existe um padrão da vida que é o padrão de rede que, em sua compreensão, é uma teia de relações que conectam processos vitais os quais serão distintos em diferentes níveis e dimensões. Para o autor:

O padrão em rede (*network pattern*), especificamente, é um dos padrões de organização mais básicos de todos os sistemas vivos. Em todos os níveis de vida - desde as redes metabólicas das células até as teias alimentares dos ecossistemas -, os componentes e os processos dos sistemas vivos se interligam em forma de rede. A aplicação da compreensão sistêmica da vida ao domínio social, portanto, identifica-se à aplicação do nosso conhecimento dos padrões e princípios básicos de organização da vida - e, em específico, da nossa compreensão das redes vivas - à realidade social (Capra, 2002, p. 85).

Capra utiliza-se, dessa forma, de princípios básicos da organização em rede dos organismos vivos, para criar um elo entre as redes biológicas e ecológicas e as redes sociais. Destaca como distinção entre as duas redes a forma como estas se conectam.

Também a rede social é um padrão não linear de organização, de maneira que os conceitos desenvolvidos pela teoria da complexidade,

como os de realimentação (*feedback*) ou surgimento espontâneo (*emergence*), provavelmente encontrarão também aí a sua aplicação. Entretanto, os nós e os elos da cadeia não são simplesmente bioquímicos. As redes sociais são antes de mais nada redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais, as relações de poder e assim por diante (Capra, 2002, p. 85).

Assim, as redes sociais compreendem um conjunto finito de nós, sejam estes indivíduos, instituições ou comunidades, que estabelecem vínculos sociais ou conexões específicas (Burgos & Mertens, 2015; Tolkach, King & Pearlman, 2013). Essas conexões ocorrem por meio da comunicação que vão envolver múltiplos aspectos inerentes à condição humana (Capra, 2002; Castells, 2013). A rede social se regenera a cada comunicação feita, pois, à medida que a comunicação é estabelecida, são produzidos pensamentos e significados na mente das pessoas. Quando a comunicação é recorrente, é construído um processo de realimentação que cria um sistema comum de valores, crenças e visão de mundo, ou seja, “um contexto comum de significado” (Capra, 2002, p. 86). Esse “contexto comum de significado” faz com que cada indivíduo adquira sua identidade enquanto membro ou nó da rede, estabelecendo um limite para a mesma, baseado no sentimento de pertencimento e lealdade do indivíduo, e que será sempre renovado a partir de novas comunicações (Capra, 2002).

São as conexões, portanto, que dão significado à rede social, e essas conexões, nada mais são do que vias de comunicação estabelecidas entre os nós. É a comunicação entre eles que permitirá a consolidação dos valores e significados que irão nortear e coordenar a construção dos vínculos de interdependência entre as partes em sinergia e equilíbrio.

As relações estabelecidas através da comunicação ocorrem em um padrão de organização não-linear (Capra, 2002), ou seja, um nó da rede se conecta a mais de um nó, quando não, a todos os nós da rede, criando um complexo sistema de nós e conexões que dão forma à estrutura reticular. Os nós podem, também, se conectar a um ponto de fora que passará, então, a fazer parte da rede, criando um sistema aberto com grande poder de expansão. Quanto maior o número de nós conectados, maior será seu poder de multiplicação e seu campo relacional (Martinho, 2003).

Tendo em vista esta estrutura não-linear complexa de relações entre os diversos nós, a rede social cria uma organização horizontal e descentralizada, ou seja, os nós estão interligados sem que haja uma hierarquia, permitindo um processo de comunicação capaz de se propagar por toda a rede e de retornar através da realimentação. Logo, ocorre um processo de autorregulação e auto-organização, que emerge das relações construídas no processo de conexão feito através da comunicação (Capra, 1996).

Apesar dessa organização horizontal e descentralizada e da capacidade de auto-organização, as redes sociais não estão desprendidas de relações de poder, as quais estão na essência da sociedade. Para Hannah Arendt “o poder passa a existir entre os homens quando estes agem juntos” (Arendt, 2007, p. 212). Dessa forma, as relações humanas são o fator primordial para a geração de poder. Quando estas se desfazem ou quando um indivíduo se isola, o poder se dissipa. Ao se relacionarem, os indivíduos criam um processo recíproco no qual o poder se manifesta e se torna essencial para manter estes indivíduos unidos. Nas palavras da autora “o poder humano corresponde, antes de mais nada, à condição humana da pluralidade” (Arendt, 2007, p. 213).

Na sua concepção de apreensão do espaço social, Bourdieu (1996) afirma que este existe com base nas diferenças de relações entre os indivíduos enquanto ocupam posições relativas, providos de um dos diferentes tipos de capital. Existe, assim, uma luta simbólica de imposição da visão de mundo que vai de acordo com os interesses das diversas classes sociais e que está em jogo o comando do que ele chama de violência simbólica, ou seja, a dominação de uma classe por outra, do poder de impor instrumentos de conhecimento e de expressão da realidade social.

Na perspectiva de Bourdieu (1989), as relações de comunicação são sempre relações de poder que vão depender do capital material e simbólico de cada ator envolvido nesse processo e que podem permitir acumular o que o autor chama de “poder simbólico”. O poder simbólico se constitui em uma relação determinada entre os atores que exercem o poder e aqueles que lhe estão sujeitos. É um poder que se impõe sem ser percebido, por ser ignorado como arbitrário.

As relações estabelecidas entre os nós da rede estarão permeadas por uma luta simbólica de afirmação de uma visão de mundo na qual o poder se

materializará por meio da construção do contexto de significado comum e de sentimento de pertencimento estabelecido por meio da comunicação.

Para Castells (1999), com a revolução recente da informática e o processo de globalização, a sociedade mergulha em uma nova dinâmica baseada na estrutura em rede que serve como instrumento de um capitalismo ultra-avançado, baseado nos fluxos financeiros, de informação e poder.

Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para a sua expansão penetrante em toda a estrutura social (Castells, 1999, p. 497).

Essas redes são formadas por nós, que são locais de conexão dos fluxos de bens, de pessoas ou de informações. No entanto, da mesma forma que conecta os elementos, ela exclui pessoas, comunidades e territórios. Regiões se tornam insignificantes para o capital financeiro e são privadas de diversos fluxos e de infraestrutura tecnológica (Dias, 1995; Castells, 1999). A rede é, portanto, seletiva e funciona de acordo com os interesses dos detentores do poder; são eles quem comandam e quem produzem uma racionalidade às redes que compõe a sociedade contemporânea, como as redes viárias, de comunicação, e financeiras (Santos, 2005; 2006).

No entanto, apesar do avanço da tecnologia ter possibilitado o avanço do capitalismo e processos de exclusão e de desvalorização de grupos sociais e territórios, permitiu, também, uma maior comunicação e articulação da sociedade civil, o que levou ao estabelecimento de redes de intercâmbio e de empoderamento de diversas organizações e movimentos políticos populares (Martinho, 2003; Scherer-Warren, 2006; Capra, 2002). Estas redes são denominadas por Castells (2013) de redes de contrapoder¹, as quais são intencionalmente constituídas, visando à construção e ao fortalecimento de

¹ Para Castells, as relações de poder estão na essência da sociedade, a qual é constituída pelos detentores do poder, que dominam as instituições sociais de acordo com seus valores e interesses, e por um contrapoder, que questiona as instituições sociais e luta para que seus valores e interesses possam ser representados.

ações coletivas que confrontarão os interesses embutidos nas instituições sociais.

Scherer-Warren (2007) distingue dois conceitos que se referem a essa nova forma de articulação da sociedade civil, os coletivos em rede e as redes de movimentos sociais. Para a autora, coletivos em rede referem-se:

a conexões em uma primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjunta” (Scherer-Warren, 2007, p. 35).

Já as redes de movimento sociais são “redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico” (Scherer-Warren, 2007, p. 36).

Nas redes de movimentos sociais predominam as ações coletivas estabelecidas como resultado de vontades políticas bem definidas e comuns a todos os envolvidos. Elas são utilizadas, frequentemente, como mecanismos de estratégia dos movimentos sociais para a sua organização e ações através de relações mais horizontalizadas e democráticas (Scherer-Warren, 2007, p. 42). Tratando-se de organizações em rede, pressupõe-se que o poder seja diluído e distribuído entre os diferentes nós, os quais são investidos de confiança e poder para cumprir determinada função em prol da rede (Martinho, 2003). Entretanto, como visto anteriormente, a rede não é isenta de conflitos de interesses, mas busca trabalhar com mecanismos democráticos de resolução de conflitos, de construção coletiva de consensos e de decisão compartilhada que possam permitir um autocontrole das decisões e das ações da rede (Martinho, 2003).

Dentro das redes de contrapoder haverá pontos mais fortes que possuem uma maior influência na articulação e na proposição de ações e estratégia e que atuam como mediadores do processo organizativo. Este processo de mediação, muitas vezes, se configura como sendo bastante relevante para o empoderamento das redes de movimento social (Scherer-Warren, 2006). É essencial, no entanto, que a rede trabalhe no sentido de

construir um equilíbrio que possibilite a autonomia dos sujeitos envolvidos apesar da existência de pontos mediadores.

Para Rovere (1999), a constituição de redes permite uma organização mais flexível capaz de assumir as heterogeneidades dos diversos sujeitos constituintes da mesma.

[La red] Puede tener múltiples nodos, necesita tener múltiples nodos, no tiene una propulsión desde un lugar específico, sino que tiene lugares de articulación, tiene nodos de mayor densidad. Redes se parece al tránsito, hay calles principales, hay zonas congestionadas, hay zonas periféricas con menos densidad de tráfico, es más geográfica, atrapa mejor la heterogeneidad (Rovere, 1999, p. 22).

O autor aponta também a existência de cinco níveis na construção das redes, resumidos no quadro 1. A compreensão destes níveis permite o acompanhamento do grau de profundidade das redes.

QUADRO 1 - Níveis na construção das redes

NÍVEL	AÇÃO	VALOR
5. ASSOCIAR	COMPARTILHAR OBJETIVOS E PROJETOS	CONFIANÇA
4.COOPERAR	COMPARTILHAR ATIVIDADES E RECURSOS	SOLIDARIEDADE
3. COLABORAR	PRESTAR AJUDA ESPORÁDICA	RECIPROCIDADE
2. CONHECER	CONHECIMENTO DO QUE O OUTRO É OU FAZ	INTERESSE
1. RECONHECER	DESTINADO A RECONHECER QUE O OUTRO EXISTE	ACEITAÇÃO

Fonte: Rovere (1999, p. 25) tradução nossa

No primeiro nível, “reconhecer”, ocorre a percepção da existência do outro e a aceitação das diferenças e heterogeneidades. No segundo nível, “conhecer”, começa a necessidade de conhecer o outro e o interesse em entender sua percepção de mundo. No terceiro nível, “colaboração”, verificam-se vínculos de reciprocidade e mecanismos de colaboração e ajuda espontânea. No nível seguinte, pode-se observar um processo mais complexo e sistemático de ações de cooperação, visando a um objetivo comum. E no último nível, há um estreitamento nos acordos que permitem a partilha de recursos.

Teixeira (2002), em estudo sobre redes de políticas, ressalta que o trabalho em estruturas de rede impõe diversos desafios e destaca que algumas características das redes tanto podem ser vistas como vantajosas para o processo de gestão, como também limitadoras da sua eficácia gerando dificuldades na gestão e no alcance de seus objetivos. No caso das redes sociais, podem-se destacar alguns pontos apresentados pela autora, como o processo de negociação, bastante lento; a dificuldade no cumprimento dos objetivos, pois as responsabilidades são diluídas; a dinâmica flexível que pode levar ao afastamento ou à saída de alguns nós; e a falta de critérios de participação da rede bem definidos, que podem levar à marginalização de alguns nós (Teixeira, 2002, p. 12).

Contudo, as redes de contrapoder são espaços de construção coletiva que precisam de um forte trabalho de articulação e de comunicação para que haja a sinergia necessária e para que criem vínculos de reciprocidade e mecanismo de colaboração que venham a garantir a construção de significados e valores comuns, assim como um sentimento de pertencimento de cada nó, permitindo o fortalecimento da luta, das ideologias e dos objetivos.

2.6 A ABORDAGEM DE REDES NO TURISMO

O fenômeno do turismo tem como base o deslocamento de indivíduos de forma temporária, o que possibilita a conexão de pontos distantes do espaço global, caracterizado por polos emissores e receptores de turismo e as zonas de transição, na qual há um fluxo contínuo de pessoas, capital, cultura, costumes e ideologias. Essas conexões são sustentadas pela colaboração de diversos atores sociais de interesses e papéis distintos e que constituem uma rede de relacionamentos, que pode contribuir para o desenvolvimento da atividade turística.

Esses atores são ao mesmo tempo “ativos e passivos” (Fratucci, 2008) e vão influenciar diretamente na territorialização dos espaços para o turismo, que ocorrerá de formas distintas, dependendo da forma como as relações de poder entre esses agentes se configuram dentro da rede formada pelo turismo. O turista, o mercado, o poder público e a comunidade local se destacam como principais atores sociais envolvidos nesse caso.

O turista é o elemento principal do fenômeno turístico. É a partir do seu deslocamento que surge uma rede de interações complementares, concorrentes e antagônicas, que constitui a cadeia econômica construída para atender às suas necessidades (Fratucci, 2008). As suas escolhas (desde o destino turístico até os serviços utilizados) e o seu comportamento e atitude perante a população residente e o local visitado terá fortes influências no desenvolvimento da atividade e nos impactos gerados.

O mercado turístico tem como principal papel fornecer serviços de transporte, hospedagem, alimentação e entretenimento, permitindo que ocorra o fluxo turístico entre os polos emissores e receptores. É composto por diversas empresas da iniciativa privada como operadoras de turismo, agências de viagens, agências de receptivo e passeios, empresas do ramo hoteleiro, equipamentos de lazer, e recreação, além de restaurantes, para citar alguns exemplos. No entanto, esse setor vem ganhando diferentes e complexas proporções, ocupando por via das vezes o papel do Estado, por meio das concessões de transportes (companhias aéreas, de transporte rodoviário e marítimo), e de comunicação (emissora de televisão e rádio) (Fratucci, 2008).

Tem como foco principal o lucro obtido com o fornecimento dos serviços turísticos atendendo, portanto, a interesses puramente comerciais. Contudo, podem operar alicerçados em uma visão mais solidária, baseada na cooperação e no comércio justo, com respeito ao meio ambiente e à comunidade local, caso queiram trabalhar para desenvolver um turismo sustentável, responsável, solidário ou comunitário. Swarbrooke (2000) afirma que esse paradoxo entre a acumulação de capital e a sustentabilidade do turismo representa um ponto ainda distante de ser resolvido e ressalta a necessidade de uma maior pressão do poder público frente às atividades exercidas pelas iniciativas privadas e/ou uma maior exigência dos turistas no que se refere ao desenvolvimento de um turismo responsável.

O Estado ou setor público tem um dos papéis principais no desenvolvimento do turismo, pois cabe ao mesmo as funções de legislar e regulamentar a atividade turística local. Dessa forma, ele pode estimular ou barrar as viagens e entrada de turistas, pode assegurar ou não a conservação e preservação do meio ambiente, da cultura e das atividades econômicas locais, planejar o uso e ocupação do solo, o que permitirá um desenvolvimento

do turismo no espaço de forma ordenada. Cabe ao Estado, também, o financiamento de projetos e a promoção do controle da atividade por meio de incentivos fiscais ou por meio de tributação para determinadas atividades e/ou empreendimentos. Tem, ainda como função, fornecer a infraestrutura necessária para que a atividade turística possa ocorrer, como estradas, portos, aeroportos, saneamento básico, entre outras (Swarbrooke, 2000). Dessa forma, a função do Estado está vinculada ao estímulo e ao gerenciamento da sustentabilidade das redes de relacionamento que estruturam o turismo atual (Hall, 2004). Entretanto, o que se vê na prática é um pouco distinto, o Estado é pressionado para suprir com a infraestrutura necessária, financiamentos e incentivos fiscais para que a iniciativa privada possa se instalar sem prejuízos (Fratucci, 2008), deixando à margem do processo, questões ambientais e sociais.

A comunidade é composta por uma diversidade de grupos, interesses e posições relativas ao turismo, podendo incluir os proprietários de empresas de turismo; os empregados na indústria turística local; os empresários que não atuam no ramo do turismo; os que não estão empregados na indústria do turismo; e aqueles cuja vida sofre o efeito adverso do turismo (Swarbrooke, 2000). Ao mesmo tempo em que a comunidade sofre os impactos advindos com a atividade, ela pode atuar como agente do processo de desenvolvimento, sendo que a influência exercida pela mesma neste processo ocorre em vários graus conforme apresentado por Swarbrooke no quadro 2:

QUADRO 2 - Grau de influência da comunidade

As comunidades têm o controle total da política estratégica e das decisões táticas em relação ao turismo na área
As comunidades têm poder de veto contra todas as políticas e decisões sobre o turismo que estejam nas mãos de entidades do setor público
As comunidades estabelecem as prioridades e os parâmetros da política e/ou das decisões do setor público
As comunidades é permitido escolher uma política ou estratégia entre um pequeno número de opções, todas as quais foram geradas pelos que elaboram as políticas do setor público
As opiniões da comunidade são utilizadas para ajudar a justificar as decisões tomadas pelos órgãos do setor público
A comunidade é consultada, mas os seus pontos de vista não influenciam significativamente a política do setor público

Fonte: Swarbrooke (2000, p. 65)

O autor aponta que uma forte influência das comunidades locais nos processos de planejamento e desenvolvimento do turismo é essencial para um turismo sustentável e sugere uma “abordagem radical” para a maximização dos benefícios e para a minimização dos custos advindos com o turismo, de modo que a população possua uma atitude pró-ativa no mercado turístico, na qual o controle da atividade esteja em mãos de pessoas locais e os lucros sejam revestidos para um bem público. O autor não se refere ao termo turismo comunitário, mas os pontos abordados revelam os princípios básicos deste tipo de turismo como a participação efetiva da comunidade em todo o processo de planejamento e desenvolvimento do turismo, sendo a mesma a detentora do processo produtivo do turismo no local.

A população residente possui um papel determinante no desenvolvimento de um turismo alternativo. Ela “tem em suas mãos dois elementos vitais para a atividade turística sem, infelizmente, ter consciência do valor e da importância deles: a posse da terra e da força de trabalho” (Fratucci, 2008, p. 96). No entanto, sem uma conscientização e organização para que esta possa participar e tomar a frente do processo de desenvolvimento do turismo no local, o poder e a força existentes na população local acabam por enfraquecer, dando lugar à iniciativa privada.

A forma como esse diferentes atores exercem seus papéis dentro desta rede de relações e os vínculos estabelecidos entre eles são decisivos para determinar como o processo de desenvolvimento do turismo poderá ocorrer. A rede criada com o desenvolvimento do turismo convencional segue os interesses comerciais do mercado e dos que detém capital econômico e isso acaba por excluir parte da população local, priorizando a iniciativa privada que comanda e controla, com a força do capital, a apropriação dos espaços pelo turismo. O turismo convencional é, nesse sentido, seletivo no que se refere aos espaços a serem conectados dentro da rede. Ele exclui localidades que não possuem vantagens comparativas e competitivas necessárias, ou seja, não possuem um valor para o capital financeiro, ou que resistem ao processo de apropriação dos seus territórios. No caso, quando são inseridas na rede do turismo, grande parte das comunidades se submete às relações de poder ditadas por aqueles que têm

o controle da atividade, ou seja, o mercado e o Estado (muitas vezes guiados por políticas neoliberais). Os vínculos construídos entre os diversos atores são puramente comerciais e as relações baseadas no mercado.

A rede construída, fundamentada no turismo comunitário, compreende, por sua vez, uma nova configuração de interação dos seus nós. Como possui relações de poder distintas, os atores sociais exercem seus papéis de forma diferente, cujos vínculos devem ser construídos baseados em outros valores como cooperação, solidariedade, equidade e justiça. Na rede do turismo comunitário, a comunidade passa a ter um papel mais incisivo no planejamento e no desenvolvimento da atividade. A população local será a proprietária e gestora dos equipamentos turísticos e definirá os rumos para o desenvolvimento da atividade no local. O mercado, quando participa, exerce um papel de parceiro da comunidade, tendo como função a comercialização dos serviços oferecidos pela população local, fundado em valores baseados na economia solidária, na cooperação e na sustentabilidade. O poder público é, em alguns casos, principalmente no Brasil, omissivo no seu papel de estimular e gerenciar a sustentabilidade das redes de relacionamento que estruturam o turismo comunitário. O turista se relaciona de forma diferente com a comunidade participando do dia a dia local, em vivências que valorizam o intercâmbio de experiências e culturas.

O trabalho de Organizações Não Governamentais (ONG's), junto às comunidades no desenvolvimento de um turismo alternativo, revela um outro ator social na configuração da rede do turismo comunitário: o terceiro setor. A atuação deste setor como ator social do turismo vem crescendo nos últimos anos, acompanhando o processo de discussões acerca dos impactos causados pelo turismo convencional e da necessidade de novas formas de organização do turismo. Tem ainda como principal papel a sensibilização, a organização e a articulação das comunidades na elaboração de novas práticas de turismo, além de ter um papel bastante representativo na captação de recursos.

2.7 REDES DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Ao mesmo tempo em que esse novo modelo de organização turística imprime uma nova forma à rede do turismo, busca, também, como estratégia,

criar redes que procuram conectar as várias iniciativas que vêm surgindo no mundo todo a partir do século XX. As redes de turismo de base comunitária, mais do que estratégias de inserção das comunidades no mercado turístico, são estratégias de resistência ao modelo de turismo convencional (Barbosa, 2011) e de fortalecimento do turismo comunitário na luta pelo território e pela afirmação de suas identidades.

Como exemplo dessas redes, no Brasil, pode-se citar a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol), e a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum). Essas redes articulam um conjunto de comunidades, fortalecendo a prática turística comunitária, buscando superar as deficiências por meio do intercâmbio de experiências e de trabalhos coletivos.

A TURISOL surgiu, em 2003, a partir da articulação de sete iniciativas de turismo comunitário. A rede constitui-se de “diversas organizações no Brasil que desenvolvem projetos de turismo solidário e que buscam, através da união e da troca de experiências, fortalecer as iniciativas existentes e despertar outras comunidades para a construção de um turismo diferente” (TURISOL, 2010, p. 9). A Rede se consolidou em 2007, com sete iniciativas pioneiras. Em 2008, com a aprovação de projeto, no Edital do Ministério do Turismo, de apoio a iniciativas de turismo de base comunitária, o Projeto Bagagem (organização não governamental, que trabalha no apoio à iniciativas de turismo comunitário) começa a exercer o papel de secretaria executiva na gestão e na articulação da Rede. Com o término do projeto, a Rede ficou inativa entre os anos de 2011 e 2014, ano em que foram retomados novos diálogos e articulações que culminaram com o II Encontro da Rede Turisol, em Brasília, em agosto de 2015, no qual participaram comunidades de todo o país, ONGs, academia, agências e operadoras de turismo, entre outros atores (TURISOL, 2015); dando nova vida à Rede.

A Rede Tucum é “uma articulação de comunidades que se propõe a realizar o turismo comunitário no Ceará, integrado ao fortalecimento da relação entre sociedade, cultura e natureza” (Tucum, 2013, p. 7). Integra, atualmente, quinze comunidades que desenvolvem uma proposta de turismo comunitário. Essas comunidades localizam-se ao longo do litoral cearense e compreendem comunidades litorâneas, ribeirinhas, assentamentos rurais,

tribos indígenas e Reservas Extrativistas, cada qual com a sua especificidade e autenticidade, mas que são marcadas por elos em comum: a luta pela terra, a afirmação de suas identidades e a resistência à apropriação de seus territórios seja por grupos hoteleiros, por equipamentos turísticos ou por viveiros de camarão. E conta com a assessoria institucional de três ONG's.

A Rede Tucum trabalha promovendo ações que englobam a consolidação da infraestrutura, através da melhoria e/ou construção de equipamentos turísticos, sinalização turística, organização de trilhas; mobilização social em torno dos direitos das comunidades tradicionais; e formação dos sujeitos coletivos (Pereira & Sousa, 2010).

Assim, constituem-se essas Redes de Turismo Comunitário, de nós heterogêneos, de multiplicidades de culturas, costumes, saberes, vivências e lutas, mas conectados por elos em comum, por vínculos de reciprocidade que permitem a construção de mecanismo de colaboração entre os nós. Elas têm como núcleo central as comunidades que desenvolvem iniciativas de turismo comunitário, e como parceiros, ONGs, academia, agências, operadoras, entre outros atores que se identificam com o trabalho e com os valores propagados dentro da rede. Compreende, portanto, redes sociais de contrapoder que prioriza as ações coletivas, por meio de uma organização mais horizontal, e descentralizada.

Essa diversidade de experiências permite um processo de comunicação através do intercâmbio de conhecimentos, vivências e lutas, que dão vida à Rede, fortalecendo a organização comunitária e o desenvolvimento de um modelo de turismo alternativo dentro de cada comunidade. Com o fortalecimento de cada comunidade, cria-se um processo contínuo de realimentação, que fortalece a Rede e as comunidades, em um movimento cíclico. Da mesma forma, caso haja o enfraquecimento de algum nó ou da Rede, ocorre um processo de propagação negativa que pode levar ao enfraquecimento da estrutura reticular e das comunidades.

As redes de turismo comunitário podem envolver três níveis de colaboração (Tolkach, King & Pearlman, 2013). O primeiro nível ocorre dentro da comunidade. Os vários grupos que compõem uma determinada comunidade podem experimentar complexas relações de poder, o que variará de acordo

com as particularidades de cada comunidade no que se refere ao nível e à forma de organização, bem como às relações sociais nela empreendidas.

O segundo nível ocorre entre a comunidade e outro ator associado, que pode ser público, privado ou voluntário (ONGs). Os autores ressaltam que o turismo comunitário vive um conflito enquanto modelo de gestão e de planejamento da atividade, pois deve combinar tanto operações comerciais quanto o desenvolvimento comunitário, o que gera tensão e conflitos de interesse entre os objetivos da comunidade e dos outros atores (Tolkach, King & Pearlman, 2013).

O terceiro e último nível é a relação entre as várias iniciativas de TBC que compõem a rede. As várias comunidades que compõem essas redes apesar de possuírem elos em comum, que levam ao diálogo e à construção de vínculos, são em sua essência heterogêneas, e dessa forma, podem estar baseadas em diferentes modelos de organização e diferentes pontos de vista sobre o TBC (Tolkach, King & Pearlman, 2013).

Todos esses níveis de colaboração devem ser considerados, tanto na formação e organização, quanto na análise das redes de turismo comunitário, no sentido de que, em cada nível, a rede possa estabelecer um processo de comunicação e relações que permitam a criação, no interior da mesma, de um “contexto de significados comum”, baseado em valores da organização comunitária, na economia solidária, na cooperação, na equidade e na justiça. Deve permitir, ainda, que os diversos nós envolvidos construam um sentimento de identidade e de pertencimento, enquanto membros da rede, para que possam propagar esse significado comum e fortalecer a rede.

Tolkach, King & Pearlman (2013) propõe, também, um modelo de atributos chaves para classificar redes de TBC feito com base em informações da literatura acadêmica e de publicações e *websites* de redes de TBC existentes. Para os autores, este modelo pode ser trabalhado para “identificar fatores críticos de sucesso, estrutura organizacional e influência de contexto que determinam o sucesso do desenvolvimento de redes de TBC.” (Tolkach, King & Pearlman, 2013, p. 332, tradução nossa). O modelo divide os princípios e atributos em seis eixos principais: (1) princípios norteadores, (2) governança da rede, (3) gestão da rede, (4) função da rede, (5) relações externas e (6)

morfologia da rede. Para cada eixo principal, são listados os atributos chaves e para cada atributo, são identificadas algumas alternativas.

Conforme pode ser observado no quadro 3, os atributos que constituem o eixo dos *Princípios Norteadores* são a interdependência, a integração e a centralização. A interdependência se refere à força do vínculo entre os nós da rede. Esta pode ser analisada entre baixa, no qual as tomadas de decisões são realizadas de forma independente; e alta, no qual há estabelecimento de objetivos comuns, confiança e vontade de cooperar. A integração se refere à força de colaboração da estrutura da rede como um todo. Esta pode se caracterizar pela existência de ligações entre os atores, pelo trabalho de cooperação ou pode estar completamente integrada.

A centralização se refere à existência ou não de um órgão regulador dos membros da rede. Esta pode ser centralizada, quando existir uma hierarquia comandada por um órgão central, ou descentralizada, na ausência de um órgão regulador, na qual cada membro é independente. A descentralização caracterizaria uma rede plana pautada pela democracia e pelo empoderamento dos participantes. É difícil determinar, no entanto, o nível de interdependência, integração e centralização adequado para o bom andamento de uma rede de TBC. O tipo de estrutura apropriada vai depender do contexto local e das circunstâncias. Deve, também, ser baseada em experiências anteriores de colaboração, em práticas já existentes, em preferências culturais e no sistema legal vigente (Tolkach, King & Pearlman, 2013).

Quadro 03 - Guiding principles of CBT networks and their alternative approaches

Attributes	Alternative approaches	Source
1. Integration (strength of colaborattion)	a. Fully integrated b. Cooperation c. Linkage	Gilchrist, 2009; Keast et al., 2007; Leutz, 1999
2. Interdependence (dependence on other members of the network, including mutual trust)	a. High b. Low	Bonetti et al., 2006; Gilchrist, 2009; Kokkranikal and Morrison, 2011; owell,1990; Robertson et al., 2012; Taylor, 2011
3. Centralisation (existence of a central governing body)	a. Centralised, has a single central power. b. Decentralised, each member is independent	Bonetti et al., 2006; Bingham and O'Leary, 2006; Gilchrist, 2009; Ife,2001; Kokkranikal and Morrison, 2011; Murphy and Murphy, 2004; Todeva, 2006

Fonte: Tolkach, King & Pearlman (2013)

O segundo eixo proposto é o da *Governança da Rede de TBC*, no qual se encontram os seguintes atributos, conforme o Quadro 4: organização da rede, tipo de negócio relacionado ao turismo envolvido; conselho diretor e estrutura organizacional de gestão.

A organização da rede se refere à forma como a rede está estruturada para seu funcionamento que pode ser: a) Entidade única, que trabalha sob uma estrutura de gerenciamento centralizado na operação de serviços turísticos; b) Federação, no qual estratégias e objetivos estão alinhados formalmente, mas a estrutura da rede não intervém no cotidiano de gestão dos membros; a rede, nesse caso, trabalha para supervisionar a estratégia global, aconselhando os membros da rede em algumas ações, mas não tem poder de tomada de decisão em nome dos membros da rede; c) Fórum, o qual proporciona uma estrutura para o intercâmbio de experiências, fortalecendo o TBC através da organização de seminários e conferências, fornecendo conhecimento, informação e treinamento. Os papéis, nesse caso, são definidos e atribuídos aos participantes.

O tipo de operação turística envolvida, refere-se ao papel desenvolvido pela rede dentro do turismo. A estrutura de direção faz alusão à existência ou não de uma instância de direção, e quais os atores assumem a responsabilidade de direção (departamento do poder público, representantes das comunidades participantes, ONG, investidores privados ou uma combinação dessas alternativas). Enquanto o atributo Gestão da Rede é referente aos atores responsáveis pela gestão dos trabalhos realizados pela rede (ONG, profissionais de turismo, representantes das comunidades, ou o poder público). A governança da rede pode ser afetada pelas relações de poder entre os atores participantes. Uma rede de TBC fundada por atores externos às comunidades, os quais detêm o controle do processo de desenvolvimento, dificilmente produzirá um processo de transformação social que beneficie a comunidade como um todo. Enquanto, uma rede constituída pelas próprias comunidades com o posterior apoio técnico e financeiro de parceiros é mais propensa a alcançar bons resultados no desenvolvimento comunitário (Tolkach, King & Pearlman, 2013). Ainda, podem afetar as relações e os trabalhos dentro da própria comunidade, por isso a necessidade de uma

formação comunitária forte baseada em confiança, cooperação, solidariedade e valores comuns.

Quadro 04 - The governance attributes of CBT networks

Attributes	Alternative approaches	Source
1. Network organisation	a. Single entity tour operator, accommodation, food and beverage and other services provider b. Federation, which oversees the overall strategy and advises network members on certain actions; however, does not have decision-making power on behalf of individual members c. Forum, which strengthens the CBT by organising seminars and conferences. It provides knowledge, information and training for members	a. Asociación Costarricense de Turismo Rural Comunitario, 2011; Multilateral Investment Fund, 2006; b. Trejos and Chiang, 2009; REDTURS, 2011; c. Lao Sustainable Tourism Network, 2011
2. Type of tourism-related business involved (vertical/horizontal integration)	a. Tour operator b. Accommodation provider c. Events/attractions/tourism activities organiser d. Food and beverage provider e. Crafts and souvenirs supplier f. Farming g. All of the above h. Any type of organisation which can prove value for tourism i. Other combination of the above	Asociación Costarricense de Turismo Rural Comunitario. 2011; Multilateral Investment Fund, 2006; Trejos and Chiang, 2009; Todeva, 2006
3. Board of directors	a. No board of directors is needed b. Government department acts as a board of directors c. Representatives of the participating communities form board of directors d. An NGO takes on the role of director e. Private investors form board of directors f. A combination of the above	a. Beaumont and Dredge, 2010; Simpson, 2008 b. Sustainable Tourism Network, Nepal, 2011 c. Asociación Costarricense de Turismo Rural Comunitario, 2011; Bursztyn et al., 2003; JED, 2011; Mendonça, 2004; Shärer, 2003 d. Multilateral Investment Fund, 2006; Trejos and Chiang, 2009; Tucum, 2011
4. Organisational structure, central management	a. An NGO manages the network b. While the network is owned by participating communities, it is managed by a team of tourism professionals	a. Tucum, 2011 b. Asociación Costarricense de Turismo Rural Comunitario, 2011 c. Stronza, 2008 d. Sustainable Tourism

	c. Representatives of each community take on the managing role in turn for a specific period d. Network is managed by government officials	Network, Nepal, 2011
--	---	----------------------

Fonte: Tolkach, King & Pearlman (2013)

No *Quadro 5*, podem ser observados os atributos referentes à gestão das redes de TBC, cujos atributos chaves são: Treinamento e educação, Gestão de recursos, Marketing e promoção ou Fonte de financiamento ou de outro recurso específico da rede.

Quadro 05 - The management attributes of CBT networks

Attributes	Alternative approaches	Source
1. Training and education	a. Done on sight by managing body b. Outsourced to NGOs c. Outsourced to registered education providers	APEC Tourism Working Group and STCRC, 2010; Moscardo, 2008; Swanepoel and De Beer, 2006
2. Resource Management	a. All resources are pulled together b. Finances are kept separately and decided upon by individual members, financial assistance to one member can be provided by other members if necessary c. All resources are kept separately	Ansell and Gash, 2008; APEC Tourism Working Group and STCRC, 2010; Dredge, 2006; Gilchrist, 2009; Provan and Milward, 2001; Saxena, 2005
3. Marketing and promotion	a. All marketing research and promotion is undertaken through the network (e.g. sales forecasts, website, and publicity) b. The network has its own website with on about members and publishes brochures; however, other marketing and promotion activities have to be undertaken by members c. All marketing and promotion activities have to be undertaken by individual members	Novelliet al., 2006; Saxena, 2005; Asociacion Costarricense de Turismo Rural Comunitario, 2011; Trejos and Chiang, 2009; b. REDTURS, 2011 c. Sustainable Tourism Network, Nepal, 2011
4. Sources of funding and other network specific resources	a. External AID agency b. International NGO c. Government funding d. Network members (possibly loan) e. Local NGO f. Managing company	Butcher, 2010; Dale and Newman, 2010; Goodwin and Santilli, 2009; JED, 2011; Multilateral Investment Fund, 2006; Simpson, 2008; Tucum, 2011; Zapata et al., 2011

Fonte: Tolkach, King & Pearlman (2013)

As possíveis funções desempenhadas pela rede de TBC estão relacionadas no Quadro 06: Funções gerais, Função específica da indústria do turismo e Funções específicas de desenvolvimento da comunidade. As várias funções que a rede pode ter vai depender da disponibilidade de recursos. O objetivo da rede é que vai determinar qual a função principal da rede, se é o desenvolvimento do turismo ou o desenvolvimento da comunidade. Focar na atividade turística, inicialmente, pode ser bom para o desenvolvimento da comunidade a longo prazo. No entanto, antes de receber os visitantes, a comunidade deve pensar na capacitação e na melhoria de infraestruturas, ou seja, alguns benefícios no desenvolvimento da comunidade podem ser pensados em estágios mais avançados do desenvolvimento do turismo.

Quadro 06 - Possible functions of CBT networks

Attributes	Alternative approaches	Source
1. General Functions	a. Management of network members (similar to the headquarters – branch management relationship in a corporation) b. Providing strategic vision and goals c. Advising members for decisionmaking d. Imposing decision-making	APEC Tourism Working Group and STCRC, 2010; Asociacion Costarricense de Turismo Rural Comunitario, 2011; Bursztyn et al., 2003; COOPRENA Tours, 2011; Community-Based Tourism Institute, 2011; Gilchrist, 2009; JED, 2011; La Ruta Moskitia, 2011; Lao Sustainable Tourism Network, 2011; Mendonça, 2004; Multilateral Investment Fund, 2006; North Andaman Community Tourism Network, 2011; REDTURS, 2011; Shärer, 2003; Sustainable Tourism Network, Nepal, 2011; Trejos and Chiang, 2009; Tucum, 2011
2. Tourism industry specific Functions	a. Reservations and booking b. Sales c. Marketing, analysis of market trends d. Promotion e. Collection and dissemination of information on CBT initiatives f. Dissemination of information to tourists g. Capacity building and training for tourism h. Encouragement of links between individual members and other tourism businesses i. Playing a role of a major	

	stakeholder in the tourism industry j. Participating on behalf of CBT network in international CBT and ecotourism events k. Assisting in infrastructure development l. Lobbying government on interests of CBT m. Lobbying government on interests of network member communities	
3. Community development specific functions	a. Environmental education in communities b. Promotion of sanitation and health practices c. Other adult and informal education d. Encouragement of links between individual members and other development initiatives e. Playing a role of an important development organisation f. Monitoring fair distribution of profits g. Monitoring sustainable environmental practices in communities h. Monitoring achievement of Millennium Development Goals in communities i. Assisting in infrastructure development j. Lobbying government on interests of network member communities	

Fonte: Tolkach, King & Pearlman (2013)

O *Quadro 07* traz os atributos referentes à relação externa da rede, os quais foram divididos em dois: o primeiro se refere à *Relação com outras iniciativas comunitárias* e o segundo, à *Relação com outras empresas turísticas*.

Quadro 07 - External relation of the network

Attributes	Alternative approaches	Source
1. Relationship with other community development initiatives	a. Unrelated b. May participate in other initiatives on a local level c. The network aligns its work with national development goals and priorities	Blackstock, 2005; Murphy and Murphy, 2004
2. Relationship with other	a. Unrelated	Murphy and Murphy, 2004;

tourism businesses	b. Individual network members decide whether to establish links with other tourism businesses c. Only through government (e.g. Department of Tourism) d. Close ties with other tourism businesses	Multilateral Investment Fund, 2006; Trejos and Chiang, 2009; Van Der Duim and Caalders, 2008; Zapata et al., 2011
--------------------	---	---

Fonte: Tolkach, King & Pearlman (2013)

Por último, o eixo da *Morfologia* pode ser observado no Quadro 7. Os autores ressaltam que a morfologia da rede é afetada por sua evolução natural. É interessante determinar objetivos de curto, médio e longo prazo, tendo em vista que muitas comunidades ficam desesperançadas quando não vêem os resultados na melhoria da qualidade de vida a curto prazo.

Quadro 08 - Attributes that constitute network morphology

Attributes	Alternative approaches	Source
1. Timeframe	a. Temporary b. Permanent c. Permanent with temporary collaborative relations encouraged between several members to achieve specific goals, if necessary	Bingham and O'Leary, 2006; McGuire, 2006
2. Minimum membership for the establishment of the network (size)	a. 2 b. 3 c. 5 d. 10 e. Other	Todeva, 2006; Wellman and Berkowitz, 1988
3. Time to establish the network	a. 6 months b. 1 year c. 2 years d. Other	Multilateral Investment Fund, 2006; Van Der Duim and Caalders, 2008
4. Density (number and strength of dyadic ties)	a. High b. Medium c. Low	Bodin et al., 2006; John, 2011; Lynch and Morrison, 2007; Todeva, 2006
5. Reachability (ease of contacting/reaching one member of the network by another member)	a. High b. Medium c. Low	Bodin et al., 2006; Granovetter, 1973; Robertson et al., 2012; Todeva, 2006; Valente and Foreman, 1998
6. Geographical distribution	a. Local b. Regional c. National d. International	Ledwith, 2011; Lynch and Morrison, 2007

Fonte: Tolkach, King & Pearlman (2013)

Tolkach, King & Pearlman (2013) ressaltam, ainda, que as redes podem ser um forte instrumento para empoderar os oprimidos, para desafiar a ordem social e beneficiar os menos favorecidos. Esta deve se estabelecer a partir de

um processo natural baseado em confiança e não a partir de uma imposição de agentes externos. A comunidade deve ser o elemento-chave da rede e deve exercer o principal papel. Os agentes externos desempenham, entretanto, um papel fundamental na formação e na captação de recursos.

Contudo, o estudo das redes de turismo comunitário deve ter como base os processos, os vínculos e as relações estabelecidas entre os diversos nós, a identificação dos papéis desempenhados e as relações desenvolvidas entre os sujeitos integrantes das mesmas. É essencial que haja o entendimento dos princípios, valores, diretrizes e ações que vão promover a auto-organização da rede, além da percepção dos níveis de construção e graus de aprofundamento das mesmas. Dessa forma, será possível uma compreensão mais ampla das redes de turismo comunitário, sua dinâmica e interrelações, sendo esta a proposta desta análise.

3 METODOLOGIA

A pesquisa teve como objeto de estudo a Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede Tucum, que é o resultado da articulação e da conexão das iniciativas de desenvolvimento de turismo comunitário localizadas na região litorânea do Estado do Ceará. A Rede Tucum é composta, atualmente, por quinze iniciativas de turismo comunitário: Assentamento Coqueirinho – Fortim; Assentamento Maceió – Itapipoca; Batoque – Aquiraz; Caetanos de Cima – Amontada; Centro de Formação Capacitação e Pesquisa Frei Humberto do MST – Fortaleza; Conjunto Palmeiras - Fortaleza; Curral Velho - Acaraú; Jenipapo Kanindé – Aquiraz; Flecheiras – Trairi; Prainha do Canto Verde – Beberibe, Ponta Grossa – Icapuí; Tapeba – Caucaia, Tatajuba – Camocim; Tremembé – Icapuí; e Vila da Volta – Aracati.

A Tucum conta, ainda, com a assessoria institucional de três organizações não governamentais: Associação Caiçara de Promoção Humana, Instituto Terramar de Pesquisa e Assessoria à Pesca Artesanal e a Associação para o Desenvolvimento Local Co-produzido – Adelco.

As iniciativas da Vila da Volta e do Assentamento Maceió são as mais recentes a integrarem a Rede, tendo ingressado no ano de 2014. Uma visão geral da diversidade e heterogeneidade que compreende a Rede Tucum pode ser observada no Quadro 09, que apresenta um resumo descritivo de todas as iniciativas participantes da Tucum. A distribuição geográfica das iniciativas integrantes pode ser observada no mapa 01.

QUADRO 09 - Iniciativas integrantes da Rede Tucum

Comunidade	Localização	Descrição
Jenipapo-Kanindé	Município de Aquiraz (Litoral Leste)	Jenipapo-Kanindé é uma das nove etnias indígenas reconhecidas no Ceará. A comunidade vive às margens da Lagoa da Encantada, em meio a um grande campo de dunas. Sua renda básica é proveniente da agricultura familiar, da pesca na Lagoa e da produção de artesanato. O turismo comunitário vem ganhando importância econômica entre os indígenas, que já se encontram preparados para realizar trilhas na mata e oferecer refeições aos visitantes em uma palhoça de gestão coletiva – o Cantinho do Jenipapo.
Batoque	Município de Aquiraz (Litoral Leste)	Declarada Resex em 05 de junho de 2003, Batoque foi a primeira Reserva Extrativista do Ceará. A comunidade se caracteriza e se mantém pelas práticas ecológicas de uso e exploração que estabelece com a terra, a lagoa e o mar. No local, 320 famílias vivem na beira do mar, tendo a pesca como a principal fonte de renda. A história comunitária, a luta contra os especuladores imobiliários e a conquista do direito ao seu território é transmitida através das gerações.
Ponta Grossa	Município de Icapuí (Litoral Leste)	Em Ponta Grossa, aproximadamente 200 moradores ocupam uma área que se estende entre um corredor de falésias e o mar. O direito de permanecer na terra foi conquistado pelos moradores nos anos 90 e a venda de propriedade no local é terminantemente proibida. A maioria dos habitantes, descendentes de holandeses, faz parte da mesma família, de sobrenome Crispim.
Tremembé	Município de Icapuí (Litoral Leste)	Localizada no extremo leste do litoral cearense, Tremembé é um lugar de extensos coqueirais, praia de mar calmo e com ampla faixa de areias brancas. No local encontra-se a Pousada Tremembé, uma iniciativa da Associação Tremembé Onlus – Itália para apoiar projetos de desenvolvimento alternativo na região e fortalecer a organização da comunidade. A Pousada Tremembé é gerenciada pela Caiçara, uma Associação Local que, com os recursos gerados pela pousada, tem fomentado novos projetos sociais na região.
Curral Velho	Município de Acaraú (Litoral Oeste)	Comunidade de pescadores e marisqueiras que mantêm uma estreita relação com a natureza em seu entorno – um manguezal e a praia de Arpoeiras. A resistência da comunidade contra a carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) garantiu a preservação de uma grande área de mangue, último espaço deste ecossistema não ocupado pela carcinicultura na região. O Centro de Educação Ambiental e Turismo Comunitário Encante do mangue – representativo desta conquista – é o lugar de acolhida, boa comida e atividades culturais da comunidade.
Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto	Fortaleza	O Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto é um espaço idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Ceará (MST), para a formação política de sua militância e para acolher eventos realizados pelos movimentos sociais e organizações que partilhem os mesmos propósitos de liberdade e justiça social. Entre os serviços oferecidos pelo Centro estão: alimentação, hospedagem e aluguel de salas para reuniões, contando com auditório e estrutura para eventos de até 200 pessoas.
Associação Mulheres em Movimento	Fortaleza	Surgido na década de 1970, o Conjunto Palmeiras está localizado ao sul de Fortaleza e possui mais de 32 mil habitantes vivendo em uma área de aproximadamente 120 hectares. A organização popular de seus moradores, trouxe, além da visibilidade, a conquista de importantes direitos como água encanada, construção de escolas públicas, posto de saúde e, entre outros, um Centro de Cidadania. No local é possível conhecer experiência sabem sucedidas de economia solidária que visam o desenvolvimento humano da comunidade, entre elas o Banco Palmas e a cozinha Comunitária da Associação Mulheres em Movimento. Aqui, as mulheres, apoiadas por suas famílias, fazem a gestão do turismo comunitário no Conjunto palmeira, oferecendo hospedagem e alimentação.
Tapeba	Município de Caucaia (Litoral Oeste)	O povo Tapeba é originário da junção de povos indígenas como Potiguara, Tremembé, Cariri e Jucá. Estas etnias foram agrupadas na Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres em Caucaia, que deu origem ao município de mesmo nome. São 6.439 indígenas que vivem distribuídos em 17 comunidade. No local, os turistas poderão conhecer dois equipamentos culturais que reúnem a história desse povo: o Centro de Produção Cultural Tapeba – CPC e o Memorial Cacique Perna de Pau. No CPC os visitantes poderão conhecer mais sobre a história da resistência Tapeba, por meio de exposições permanentes.
Prainha do Canto Verde	Município de Beberibe (Litoral Leste)	A Prainha do Canto Verde é destaque internacional em matéria de luta pela terra e projetos de turismo comunitário no litoral cearense. O local é um exemplo de integração entre turismo e as atividades tradicionais, como a pesca, a agricultura e o artesanato, a maior parte produzido pelas mulheres e jovens.

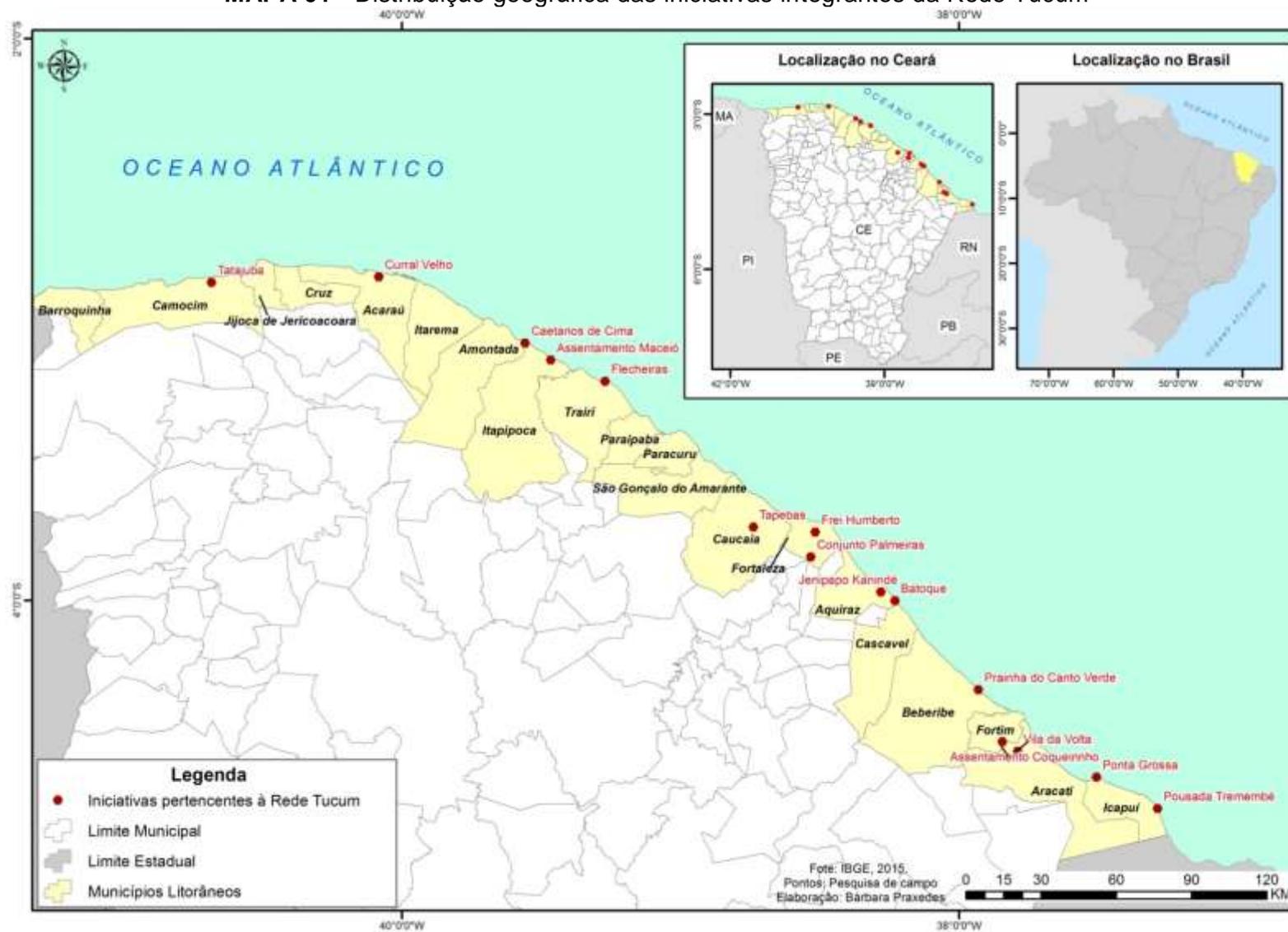
Flecheiras	Município de Trairi (Litoral Oeste)	Flecheiras é a praia mais conhecida e frequentada do município de Trairi. É uma comunidade litorânea onde o turismo convencional já se apresenta bem desenvolvido. A prática da pesca artesanal, da coleta de algas e o turismo são as principais atividades econômicas dessa comunidade que vive à beira-mar. No local se desenvolve uma das experiências mais bem sucedidas de cultivo de algas marinhas no país, estimulando a proteção do meio ambiente. As algas são beneficiadas para servir fonte de alimento, além de serem transformadas em produtos artesanais e cosméticos
Assentamento Coqueirinho	Município de Fortim (Litoral Leste)	Na década de 1990, os atuais moradores do Assentamento Coqueirinho conquistaram o direito de morar e produzir neste lugar. Hoje desenvolvem cultivo de hortas orgânicas, sistemas agroflorestais, apiário e banco de sementes, além de serem articuladores da Bodega – Nordeste Vivo e Solidário (rede de economia solidária de produtos rurais). Desde o início dos anos 2000, recebem turistas solidários de projetos em áreas vizinhas. Em 2004, são construídos os primeiros chalés e restaurante na comunidade.
Caetanos de Cima	Município de Amontada (Litoral Oeste)	Caetanos de Cima, comunidade localizada em um vasto campo de dunas e lagoas, é formada por 46 famílias que possuem como fonte de renda a agricultura familiar e a pesca artesanal. O grau de organização comunitária e conscientização política e ambiental faz deles um exemplo de desenvolvimento local sobre bases de sustentabilidade nas diferentes atividades que praticam. Sua histórica luta a favor do direito sobre o seu território resultou que esta área fosse decretada assentamento de reforma agrária ainda nos anos 80, o que infelizmente, não eliminou os conflitos de terra, que persistem até hoje, atualmente com novas ameaças para a implantação do turismo convencional. Desde 2005, funciona na comunidade o Ponto de Cultura Abrindo Velas Pescando Cultura, com o apoio do Ministério da Cultura e assessoria do Instituto Terramar. O projeto fortalece a tradição musical e outras expressões artísticas, a partir da integração com a educação escolar.
Tatajuba	Município de Camocim (Litoral Oeste)	Em meados do século, esta comunidade de pescadores e agricultores teve a sua vila soterrada em decorrência do avanço das dunas. Hoje, em busca de lugares mais seguros, ocupam diferentes espaço, configurando-se em quatro vilas: Nova Tatajuba, Vila São Francisco, Baixa da Tatajuba e Vila Nona. A comunidade possui uma histórica resistência contra a especulação imobiliária para o turismo de luxo, cuja pressão maior é resultado de sua beleza e proximidade de Jericoacoara. A ACOMOTA, Associação de Moradores tem atuado com diferentes projetos de desenvolvimento territorial e mais recente com o turismo comunitário.
Vila da Volta	Município de Aracati (Litoral Leste)	Integrada à Rede Tucum em 2014, a comunidade de Vila da Volta é uma comunidade rural localizada às margens do Rio Jaguaribe, cercada por manguezais. Com 1,200 habitantes, foi fundada 120 anos atrás por duas grandes famílias. Tem como principal fonte de renda, atualmente, as remessas, a pesca em pequena escala e o processamento de castanha de caju. Os moradores da comunidade sofrem hoje com a especulação imobiliária e com os impactos da instalação de parque eólicos, da carcinicultura e do uso extensivo de agrotóxicos as margens do Rio Jaguaribe. A comunidade conta hoje com um Empreendimento solidário cama e café. ²
Assentamento Maceió	Município de Itapipoca (Litoral Oeste)	Integrado à Rede Tucum, em 2014, o Assentamento Maceió foi constituído em 1980. É formado por zonas de praia e pós-praia, campos de dunas, lagoas, riachos e mata de tabuleiro. Possui aproximadamente 800 famílias morando, que se distribuem em 10 comunidades. Tem como principais fontes de renda a agricultura, a pecuária, a pesca e o artesanato, todos de base familiar, e o cultivo de algas, através do projeto CALMA. Mesmo com a garantia do assentamento, ainda hoje a comunidade sofre com as ameaças de empreendimentos turísticos e de entretenimento. ³

Fonte: Fabrino (2013) – Adaptado pela autora

² Informações disponíveis em: < <<https://viagensviladavolta.wordpress.com/historia/>>. Acesso em: 17 mai 2016.

³ Informações disponíveis em <<http://www.assentamentomaceio.org/>>. Acesso em: 17 mai 2016.

MAPA 01 - Distribuição geográfica das iniciativas integrantes da Rede Tucum

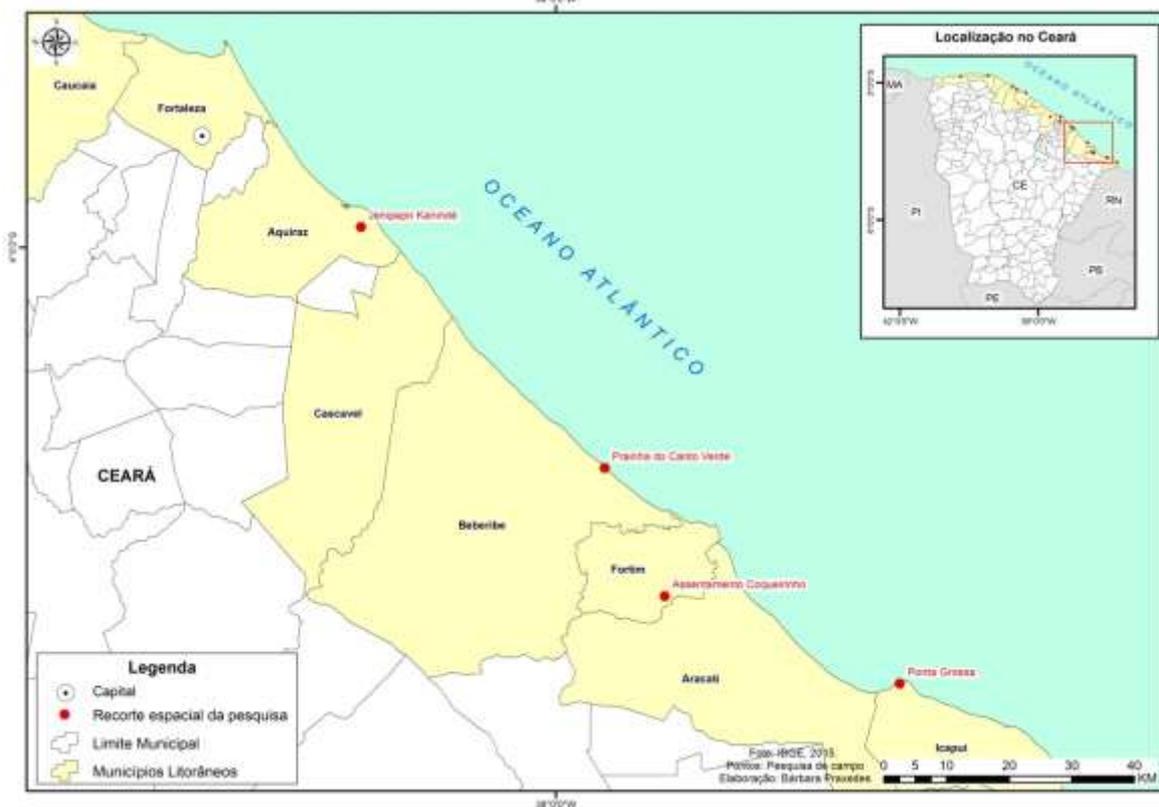


Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se no mapa 01 que as iniciativas participantes da Rede Tucum se localizam ao longo de todo o litoral cearense, abrangendo tanto o Litoral Leste quanto o Litoral Oeste do Estado, em uma vasta extensão territorial. As iniciativas compreendem doze dos vinte municípios litorâneos do Estado do Ceará.

Devido a algumas limitações da pesquisa, como o tempo para a coleta de dados (oito meses) e a distância entre as iniciativas participantes da Tucum, foi realizado um recorte espacial, no qual, apenas quatro comunidades foram pesquisadas. A seleção das comunidades baseou-se nas Macroregiões Turísticas do Estado do Ceará. A Macrorregião do Litoral Leste foi escolhida devido ao intenso fluxo turístico, a uma maior urbanização do litoral e por ser a região em que surgiram as primeiras iniciativas de turismo comunitário do Estado cearense. Ela compreende os municípios de Icapuí, Aracati, Fortim, Beberibe, Cascavel, Pindoretama e Aquiraz, e abrange seis comunidades da Rede (Jenipapo-Kanindé, Batoque, Prainha do Canto Verde, Assentamento Coqueirinho, Vila da Volta, e Ponta Grossa). Dessas seis comunidades foram escolhidas quatro, conforme pode ser observado no mapa 02:

Mapa 02 - Recorte espacial da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

As quatro comunidades escolhidas foram: Jenipapo Kanindé, localizada no município de Aquiraz, sendo caracterizada por ser uma aldeia indígena; Prainha do Canto Verde, localizada no município de Beberibe; Assentamento Coqueirinho, situado no município de Fortim, caracterizada por ser um assentamento rural; e Ponta Grossa, localizada no município de Icapuí, uma comunidade pesqueira, que possui um fluxo de turismo mais consolidado.

O estudo tem um caráter exploratório, pois busca uma maior compreensão acerca das relações desenvolvidas a partir da constituição da Rede Tucum. Entende-se que as pesquisas exploratórias “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil, 1994, p. 43). O estudo possui corte seccional com perspectiva longitudinal, tendo-se em conta que “o foco está no fenômeno e na forma como se caracteriza no momento da coleta” (Vieira & Zouain, 2006, p. 21). Os dados do passado são, pois, utilizados para explicar a configuração atual do fenômeno.

A pesquisa foi realizada em quatro etapas interdependentes: 1) pesquisa bibliográfica; 2) seleção das variáveis de análise e elaboração dos roteiros de entrevistas; 3) pesquisa de campo; 4) sistematização e análise das informações.

A primeira etapa constou de pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos científicos, dissertações, teses, e acesso a sites institucionais como do Ministério do Turismo, da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além dos sites da Rede Tucum, e de outras redes abordadas neste estudo. Esta etapa teve como finalidade consolidar a base teórica e subsidiar a definição das variáveis de análise que nortearam a pesquisa empírica. Essa etapa foi essencial, também, para a caracterização do objeto de estudo da pesquisa.

A segunda etapa do estudo consistiu na definição das variáveis de análise (Ver Quadro 10). O arcabouço teórico desenvolvido na primeira etapa da pesquisa foi a base para a definição dessas variáveis, sobre as quais, foram elaborados os roteiros de entrevistas.

Na terceira etapa foi realizada a coleta de dados por meio de pesquisa de campo a qual tem como objetivo “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações” (Marconi &

Lakatos, 2003, p. 186). Dessa forma, entende-se que a pesquisa de campo foi a mais adequada para responder ao problema dessa pesquisa, tendo em vista a complexidade do processo de desenvolvimento do turismo comunitário e a relação com os níveis de colaboração existentes e os atores sociais envolvidos.

A pesquisa leva em consideração os três níveis de colaboração envolvidos nas redes de turismo comunitário apresentados por Tolkach, King & Pearlman (2013):

- Primeiro nível - ocorre dentro da comunidade, envolvendo tanto a população participante diretamente da atividade de turismo, quanto a população não-participante;
- Segundo nível - ocorre entre a comunidade e outro ator associado, o qual nesta pesquisa ficou restrito ao poder público e as organizações não governamentais (ONGs).
- Terceiro nível - ocorre entre as várias iniciativas de TBC que compõem a rede.

O critério de escolha dos participantes da pesquisa teve como base uma amostra intencional, no qual um pequeno grupo de pessoas é escolhido não de modo aleatório, mas segundo o critério de representatividade social (Thiollent, 1997). Dessa forma, as entrevistas buscaram abranger representantes da população local (participantes dos Grupos de Turismo Comunitário Local e não participantes); das ONGs de apoio institucional e do Estado. A amostra referente à população local foi aleatória e por adesão.

A coleta de dados foi realizada durante o período de oito meses entre agosto de 2015 e março de 2016. Foram entrevistadas 62 pessoas de acordo com a Tabela 01.

Tabela 01 - Quantidade de entrevistados

ATORES	QUANTIDADE
ENTREVISTADOS - PODER PÚBLICO	
PODER PÚBLICO AQUIRAZ	2
PODER PÚBLICO BEBERIBE	1
PODER PÚBLICO FORTIM	1
PODER PÚBLICO ICAPUI	1
TOTAL DE ENTREVISTADOS – PODER PÚBLICO	5
ENTREVISTADOS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	
ONG ADELCO	1
ONG CAIÇARA	1
ONG TERRAMAR	1
TOTAL DE ENTREVISTADOS – ONGS	3
ENTREVISTADOS – COMUNIDADES	

JENIPAPO KANINDÉ	14
PRAINHA DO CANTO VERDE	11
ASSENTAMENTO COQUEIRINHO	15
PONTA GROSSA	14
TOTAL DE ENTREVISTADOS - COMUNIDADES	54
TOTAL GERAL	62

FONTE: Dados da pesquisa (2016)

A coleta foi realizada durante dois dias em cada comunidade. Fez parte ainda da coleta de dados da pesquisa, a participação no 3º Módulo da Escola Popular de Turismo Comunitário, desenvolvido pela Rede Tucum, que aconteceu na comunidade de Ponta Grossa, Icapuí, entre os dias 28 e 31 de agosto de 2015; e a participação na 9ª Assembleia Anual da Rede Tucum, ocorrida na comunidade de Jenipapo-Kanindé, Aquiraz, entre os dias 03 a 07 de novembro de 2015.

A pesquisa de campo utilizou as seguintes técnicas:

- **Pesquisa documental** – Entende-se por pesquisa documental “o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares” (Godoy, 1995, p. 21). Esses materiais podem ser escritos, estatísticos ou iconográficos. No caso desse estudo a pesquisa documental foi utilizada na análise dos relatórios das Assembleias e no Caderno de Normas e Procedimento Internos, assim como nos materiais de comunicação da Rede e das comunidades, como *folders*, fotos, e vídeos. A análise documental serviu como técnica complementar para o aprofundamento dos dados obtidos por meio das entrevistas e observações.
- **Entrevista semiestruturada** – Consiste na técnica em que o investigador obtém a informação através de contato direto com o pesquisado (Haymann, 1973). A entrevista foi escolhida para esse estudo pela flexibilidade na obtenção das informações dos indivíduos, por ser possível alcançar grande profundidade e estabelecer um vínculo muito maior com o entrevistado (Haymann, 1973). Dessa forma, essa técnica permitiu uma maior compreensão do fenômeno investigado, possibilitando apreender as relações existentes entre os diversos atores envolvidos na Rede de Turismo Comunitário nos três níveis de colaboração. Foram elaborados roteiros de entrevistas para cada grupo de atores analisados (ver Apêndices).

Na quarta etapa da pesquisa foi realizada a sistematização e a análise das informações obtidas em campo por meio dos diversos instrumentos de coleta. Nessa etapa, todas as entrevistas realizadas por meio de gravações foram transcritas. Os dados transcritos junto com os dados da pesquisa documental foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2004), através da codificação e da categorização dos dados analisados, para uma melhor compreensão, validade e fidedignidade dos resultados.

O método abordado na pesquisa é o qualitativo. Escolheu-se trabalhar com o método qualitativo, tendo em vista que se “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 70). No caso desta pesquisa, acredita-se que o método qualitativo possibilitou a compreensão das relações empreendidas entre os atores sociais envolvidos com o turismo comunitário amparados nas reflexões trazidas pelos próprios sujeitos da pesquisa.

A análise dos dados foi conduzida em duas etapas principais: análise de conteúdo da pesquisa documental (Godoy, 1995) e análise de conteúdo das entrevistas (Bardin, 2004). Essas duas etapas são complementares. De acordo com Bardin (2004), a análise de conteúdo em pesquisas documentais prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Na fase de pré-análise para a pesquisa documental foi realizado um levantamento de documentos relevantes e possíveis a serem acessados junto à Secretaria da Rede. Nesta fase foram selecionados os relatórios das assembleias de 2014 e 2015 e o Caderno de Normas da Rede Tucum. Na fase de exploração do material, os dados foram categorizados a partir das variáveis definidas. Nesta etapa trabalhou-se, principalmente com os atributos definidos por Tolkach, King & Pearlman (2013). Na última fase, de tratamento de dados, os dados brutos já organizados, classificados e categorizados foram analisados a fim de condensar os resultados “em busca de padrões, tendências ou relações implícitas” (Godoy, 1995, p. 24).

Na análise de conteúdo das entrevistas, a fase de pré-análise consistiu da transcrição das entrevistas na íntegra, leitura flutuante para aproximação com o material e separação das entrevistas entre os diversos atores entrevistados e/ou

temas abordados. Na etapa de exploração do material houve, também, a codificação deste. A codificação refere-se à transformação dos dados de acordo com regras pré-determinadas por recorte, agregação ou expressão suscetível que possibilitem alcançar uma representação do conteúdo (Bardin, 2004). Em seguida, foi realizada a categorização dos dados, na qual foram codificados e classificados em conjuntos de caracteres comuns. Na etapa de tratamento dos dados, os dados brutos foram “tratados de maneira a serem significativos e válidos” (Bardin, 2004, p. 95).

O Quadro 10 apresenta uma visão geral da metodologia que foi aplicada ao trabalho e um esboço das categorias de análise e autores que serviram de base para o trabalho.

Quadro 10 - Quadro geral de metodologia

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS \ VARIÁVEIS DE ANÁLISE	AUTOR/ ANO	TÉCNICAS DE COLETA	TÉCNICAS DE ANÁLISE
a) Analisar as características da Rede Tucum	1. Integração 2. Interdependência 3. Centralização 4. Organização 5. Atividades de turismo relacionadas 6. Estrutura organizacional 7. Treinamento e educação 8. Gestão de recursos 9. Marketing e promoção 10. Fontes de financiamento 11. Função da Rede 12. Relações externas 13. Morfologia da Rede	Tolkach, King, & Pearlman (2013) Capra (2002) Castells (1999) Martinho (2003) Scherer-Warren (2006) Scherer-Warren (2007)	Pesquisa bibliográfica; documental e entrevistas	Análise de conteúdo em pesquisa documental (Godoy, 1995) e entrevistas (Bardin, 2004)
b) Avaliar a relação da comunidade local no desenvolvimento do turismo de base comunitária;	14. Organização comunitária 15. Participação popular 16. Vontade coletiva 17. Comunicação 18. Organização do turismo	Bordenave (2007) Coriolano (2009) Gramsci (2002) Irving(2009) Maldonado(2009) Sampaio (2005) Swarbrooke (2000)	Observação direta participante e entrevistas	Análise de conteúdo em pesquisa documental (Godoy, 1995) e entrevistas (Bardin, 2004)
c) Compreender o papel das Organizações não-governamentais no desenvolvimento do turismo de base comunitária;	19. Características das organizações 20. Relação com a Rede Tucum 21. Formas de atuação 22. Ações desenvolvidas	Scherer-Warren (2006) Scherer-Warren (2007) Martinho (2003)	Observação direta participante e entrevistas	Análise de conteúdo em pesquisa documental (Godoy, 1995) e entrevistas (Bardin, 2004)
d) Compreender o papel do Poder Público no desenvolvimento do turismo de base comunitária.	38. Papel e participação do Estado 39. Participação nas melhorias 40. Políticas públicas de turismo	Fratucci (2008) Hall (2004) Swarbrooke (2000)	Entrevistas	Análise de conteúdo em entrevistas (Bardin, 2004)

	41. Relação com as comunidades 42. Relação com a Rede Tucum			
e) Averiguar a relação entre as comunidades participantes da Rede Tucum;	43. Comunicação 44. Processos de colaboração	Capra (2002) Tolkach, King, & Pearlman (2013)	Observação direta participante e entrevistas	Análise de conteúdo em pesquisa documental (Godoy, 1995) e entrevistas (Bardin, 2004)

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

A análise dos dados foi dividida em cinco categorias principais: Formação da Rede Tucum, Nível de colaboração dentro da comunidade, Relação com Assessorias Parceiras; Relação com o Poder Público; e Relação entre comunidades. Cada uma delas busca atender a um objetivo específico.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 FORMAÇÃO DA REDE TUCUM

A Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede Tucum – começa a ser desenhada em 2006 quando algumas iniciativas junto a entidades de assessoria começam a pensar estratégias para o acompanhamento das atividades de turismo e para o fortalecimento do TBC nas comunidades. No ano de 2008, a Rede tem seu início oficializado durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado no município de Fortaleza, durante o período de 12 a 15 de maio. Na época, contava com doze iniciativas (Assentamento Coqueirinho, Batoque, Caetanos de Cima, Centro de Formação Capacitação e Pesquisa Frei Humberto do MST, Conjunto Palmeiras, Curral Velho, Jenipapo Kanindé, Flecheiras, Prainha do Canto Verde, Ponta Grossa, Tatajuba e Pousada Tremembé), além de três entidades de Assessoria (Instituto Terramar, Associação Tremembé/Caiçara e Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde).

Em 2013, foram incorporadas mais três comunidades (Tapebas, Vila da Volta e Assentamento Maceió), contando, atualmente, com 15 comunidades e com três entidades de assessoria a saber: o Instituto Terramar, a Associação Caiçara e a Adelco. O nome Tucum é em homenagem a uma espécie de palmeira nativa da região Amazônica, matéria-prima usada para a confecção dos anéis de tucum e para as redes de tucum.

Ressalta-se, porém, que a Tucum é muita mais ampla que 15 comunidades e 3 assessorias. Ela é composta por todas as pessoas envolvidas no processo de organização comunitária do turismo dentro de cada comunidade, o que amplia significativamente o número de membros. Na discussão realizada durante a 9ª Assembleia da Rede Tucum, ocorrida no período de 03 a 06 de novembro de 2015, foi pedido para que os grupos de trabalho pensassem na questão “*Quem constrói a Rede Tucum?*”, cujas respostas apresentadas mostram a compreensão por parte dos integrantes da Rede, conforme pode ser visto no quadro 11:

Quadro 11 - Quem constrói a Rede Tucum?

GT 1	GT 2	GT 3	GT 4
Os GTLs organizados nas comunidades e parceiros	Somos todos nós comunidades quilombolas, artesãos, pescadores, jovens, indígenas, agricultores, comunidades de resistência que buscam o mesmo objetivo que é ter o direito ao seu espaço.	Comunidades que estão entrando em diálogo e quem estão colaborando de fato para a rede que a gente sabe que infelizmente hoje não são todas	Quem constrói a Rede somos nós

Fonte: Elaboração própria com base nas respostas na 9ª Assembleia da Rede Tucum

Cada indivíduo participante da construção coletiva do turismo dentro das comunidades integrantes é um nó da Rede Tucum. Estes nós são distintos e heterogêneos por essência na sua individualidade e na sua cultura, na sua história, na sua luta e na sua forma de organização e de resistência. Estes nós são representados dentro da Rede pelo Grupo de Turismo Local (GTL) de cada iniciativa, que é fruto da vontade coletiva, da participação popular e da organização comunitária dos indivíduos de cada comunidade. Os GTLs constituem os alicerces da Rede e, caso estes não estejam organizados e fortalecidos, a Rede enfraquece. Da mesma forma, ela só pode ser fortalecida se os GTLs estiverem bem estruturados.

Para que ela [a Rede] funcione, tem que estar todos os grupos reunidos e com força para que essa rede desponte (Assentamento Coqueirinho).

A Rede é as comunidades em si. Se as comunidades estão fortes, a Rede está forte; se as comunidades estão fracas, a rede está fraca (Ponta Grossa).

Se as comunidades não se organizarem em si, porque a organização vem da comunidade. Porque a rede somos nós. Mas a rede não vai estar todo dia nas comunidades (Jenipapo Kanindé).

A Rede Tucum devia ser as comunidades só que isso aí pode demorar muitos anos (Prainha do Canto Verde).

Como muitas comunidades ainda estão se estruturando no fortalecimento da organização comunitária para o turismo, a questão da autonomia das comunidades dentro da Rede fica comprometida. As comunidades por si só não

conseguem fazer a Rede andar e, por isso, necessitam da atuação forte das assessorias.

A Tucum é uma rede aberta, ou seja, é possível que os nós da Rede estabeleçam conexões com outros pontos formando um processo de comunicação que permitirá que este ponto, comece a fazer parte da Rede. Dessa forma, é possível tanto a inserção quanto à exclusão de novas comunidades. Como citado, desde o início, mais três iniciativas se juntaram à Rede e nenhuma foi excluída até agora. Quem define quem vai entrar e quem vai sair da rede são os próprios associados em assembleia. A decisão sobre a entrada de membros vai depender de que as iniciativas proponentes estejam de acordo com os princípios propagados pela Rede e se estas podem organizar localmente o turismo, pois não cabe à Rede formar um grupo de turismo nas comunidades e iniciar o processo de organização, mas sim, promover a troca de experiências para que comunidades já organizadas possam se fortalecer. Ressalta-se, porém, que sua abrangência geográfica se restringe ao Estado do Ceará. A Rede não aceita iniciativas de fora do Estado e, até o momento, as iniciativas integrantes se localizam na zona costeira do Estado.

Dentro dos princípios norteadores, a Tucum trabalha com a compreensão de que o turismo de base comunitária é:

(...) a capacidade dos grupos organizados possuírem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das infraestruturas e dos serviços turísticos. (Tucum, 2013, p.7)

Maldonado (2009) e Coriolano (2009) afirmam que o TBC requer uma autogestão sustentável dos recursos da atividade turística. A própria comunidade é a proprietária dos equipamentos turísticos e é ela quem fornece os serviços turísticos aos visitantes dentro de seu território. Na compreensão da Tucum, o TBC apresenta-se, portanto, como uma forma de desenvolver a atividade turística em que o elemento principal é o controle efetivo da população local sobre o seu planejamento e gestão.

A Rede definiu, ainda, alguns princípios e diretrizes que norteiam o trabalho de turismo comunitário desenvolvido por ela:

1. As atividades de Turismo Comunitário são desenvolvidas por grupos organizados e os projetos são coletivos;

2. O Turismo Comunitário se integra à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades tradicionais;
3. O planejamento e a gestão das atividades são de responsabilidade da organização comunitária local;
4. O Turismo Comunitário se baseia na ética e na solidariedade para estabelecer relações comerciais e de intercâmbio entre comunidades e visitantes;
5. O Turismo Comunitário busca promover geração e distribuição equitativa da renda na comunidade;
6. O Turismo Comunitário se fundamenta na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção, da cultura e das identidades locais.
7. O Turismo Comunitário promove o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre si;
8. O Turismo Comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque justiça ambiental. (Tucum, 2013, p.10)

Alicerçado nos princípios estabelecidos pela Rede percebe-se, também, a compreensão dos preceitos de participação popular apresentada por Bordenave (2007), quando associa os grupos organizados ao controle efetivo, sobre o seu desenvolvimento, sendo eles, portanto sujeitos ativos das transformações ocorridas em seus territórios. Este é um dos principais aspectos da concepção de desenvolvimento discutida por Martins (2002): colocar a comunidade em posição de protagonista do processo de desenvolvimento. Observa-se, também, uma concepção de desenvolvimento que abrange as dimensões da sustentabilidade apresentadas por Sachs (1993).

A visão de TBC segue, ainda, o preceito da organização comunitária, quando afirma a necessidade de as atividades de planejamento e de gestão serem desenvolvidas por grupos organizados em projetos coletivos. Ressalta-se, porém, que na maioria das comunidades, as iniciativas de turismo como pousadas, restaurantes e barracas são empreendimentos familiares, no entanto, o processo de desenvolvimento é coletivo, tendo em vista que a organização é efetuada dentro dos Grupos de Turismo Local. Busca-se, portanto, envolver diversos sujeitos na rede de turismo dentro da comunidade, através da diversificação dos produtos e dos serviços oferecidos.

O TBC, por ser uma forma alternativa de desenvolver a atividade turística, necessita de processos de conexões e colaboração entre as diversas iniciativas existentes para que possa ser fortalecido e assim permitir a criação do que Castells (2013) denomina de rede de contrapoder, que são redes constituídas para confrontar o poder existente nas instituições sociais. Como mostra Capra

(2002), cada vez que um nó da rede se conecta a um ponto de fora da rede, inicia-se um novo processo de comunicação, que permite a construção de mesmos valores e visão de mundo. Esse ponto passa, então, a fazer parte da rede, permitindo, assim, a expansão da rede de turismo comunitário em oposição à rede de turismo convencional.

Desde a criação da Rede, observa-se um trabalho cujo objetivo é que as comunidades construam uma orientação coletiva de desenvolvimento do turismo comunitário. Este trabalho culminou com um Caderno de Normas e Procedimentos Internos. Este documento contém os princípios e diretrizes do turismo comunitário desenvolvido pela Rede, a estrutura organizacional, as estratégias de gestão e a sustentabilidade financeira; além da organização dos serviços turísticos oferecidos, orientando assim as iniciativas nos caminhos a serem percorridos. Apesar de não ser um documento estático, mas possível de revisões e alterações, apoiadas nas decisões de todos os membros da Rede, funciona como “um conjunto de acordos e procedimentos coletivos baseados nos princípios políticos que orientam a prática do Turismo Comunitário” (Tucum, 2013 p.5). As normas constantes no caderno favorecem uma integração maior entre as comunidades uma vez que prescrevem um conjunto de acordos coletivos a serem seguidos. O que acontece, no entanto, é que muitos representantes das iniciativas que participaram da construção deste instrumento, não conseguiram propagá-lo dentro das comunidades. Como consequência, muitos integrantes da Rede desconhecem os acordos, o que enfraquece a integração.

A Rede Tucum afirma ser “descentralizada e pautada sobre os princípios da democracia direta” (Tucum, 2013, p.13). No entanto, como aponta Teixeira (2002), essas características muitas vezes limitam a eficácia do funcionamento da rede, pois torna o processo de tomada de decisões mais lento e prejudica o cumprimento dos objetivos da entidade. Por isso, há necessidade da criação de instâncias de governança para tentar dar mais agilidade e eficácia aos processos da mesma. A Tucum conta em sua estrutura organizacional com cinco instâncias formais constituídas como:

- Assembleia – instância máxima de decisão formada por todos os participantes da rede;

- Coordenação Colegiada – instância formada por 1 coordenador de cada comunidade e 1 representante de cada entidade, assegura a funcionalidade da Rede e do planejamento, monitoramento e avaliação;
- Coordenação Executiva – instância formada por 6 membros eleitos em Assembleia, faz representação institucional da Rede, acompanha as instâncias e trabalha a relação com os parceiros.
- Secretaria Executiva – instância submetida à coordenação executiva realiza a comunicação institucional, recebe e emite correspondência, além de fazer a gestão dos projetos.
- Grupos de Turismo Local - Gestor do turismo comunitário local organizado dentro das comunidades

Mesmo essa estrutura organizacional tendo sido criada para dar mais agilidade e flexibilidade à Rede, ela ainda é vista como um entrave para o trabalho da Tucum, inclusive alguns participantes sugerem a necessidade de que ela seja revista. Essa estrutura impossibilita de certa forma as conexões não lineares da Rede de que fala Capra (2002), ou seja, a conexão entre um nó com mais de um nó, ou com todos os nós; levando, assim, a centralização de algumas informações nas instâncias. Essa centralização de informações se torna um problema, dadas as dificuldades de comunicação que a Rede enfrenta. Muitas das comunidades não possuem uma rede de telefonia de qualidade, o que dificulta o contato via telefone, e/ou não possuem um acesso rápido à internet. Dessa forma, quando as informações chegam às instâncias, muitas vezes, não conseguem ser propagadas pelo restante da Rede. Capra (2002) aponta que são as conexões entre os nós que dão vida à Rede e que estas conexões são os processos de comunicação que se estabelecem entre os pontos e que permitem a construção de um “contexto comum de significado”. Isto faz com que os diferentes nós criem um sentimento de pertencimento e criem uma identidade com a Rede em que estão inseridos. Logo, a limitação nos processos de comunicação cria uma barreira na construção desse “sistema comum de significado” dentro da Tucum, desestruturando as conexões e fazendo desaparecer o sentimento de pertencimento dentro da Rede. Essa limitação interferirá, principalmente, no terceiro nível de colaboração da Rede apresentada por Tolkach, King & Pearlman (2013).

Se as iniciativas não conseguem se comunicar, o vínculo de interdependência entre elas enfraquece, as tomadas de decisões das iniciativas se tornam cada vez mais independentes e se torna mais difícil o estabelecimento de objetivos comuns e a implementação de ações conjuntas. Também, prejudica as relações do segundo nível de colaboração, pois com a rede enfraquecida, dificilmente ela conseguirá pressionar o poder público para que este atue junto às comunidades. Já as assessorias terão que despender mais tempo e mais recursos para tentar fortalecer esses vínculos dentro da Rede. E, por último, todo o processo de enfraquecimento da rede devido à barreira na comunicação pode levar a desestruturação dos Grupos de Turismo Local nas comunidades, principalmente, naquelas que ainda não tem o TBC completamente estruturado e possui a Rede como um suporte. Essa desestruturação pode inclusive gerar conflitos entre as pessoas que desenvolvem o turismo, quebrando todo o processo de construção coletiva da atividade turística na comunidade.

Apesar das dificuldades encontradas na estrutura organizacional da rede, percebe-se que as principais decisões são tomadas no âmbito da assembleia e todas as instâncias que fazem parte da estrutura da Rede tentam contemplar de forma democrática a maior parte de membros possíveis. Dessa forma, apesar de cada iniciativa ter sua própria dinâmica interna e sua autonomia, percebe-se a integração entre os membros, pois existe um conjunto de normas coletivas e as tomadas de decisões são realizadas em conjunto.

A Rede possui como principal função a troca de experiências entre as iniciativas participantes. No momento em que os nós da rede estabelecem as conexões entre si, constroem processos de comunicações que permitem o compartilhamento de vivências, conhecimentos e aprendizagens que possibilitam o fortalecimento das iniciativas de turismo comunitário.

É uma rede de comunidades que se ajudam mutuamente com o intercâmbio, com o apoio que uma pode dar, com trocas entre elas. O que alguém desenvolveu melhor em um lugar pode ser trabalhado em outra comunidade. E eu acho que a rede cumpre essa tarefa bem de estimular, de apoiar, de fazer a diversidade dos processos circularem, da visibilidade, da solidariedade entre eles. É muito bonito. (Assessora do Instituto Terramar)

Esse intercâmbio de experiências e vivências é realizado por meio da Assembleia anual, de encontros e de formações organizados pela Rede e da

participação de integrantes da Rede em encontros regionais, nacionais ou internacionais, que possibilitam uma troca de conhecimento e lutas com iniciativas e organizações dentro e fora das fronteiras do Estado do Ceará.

A Tucum também trabalha na promoção e no *marketing* através da elaboração de material promocional como *folders*, catálogos e inserções em sítios na internet. Trabalha, também, com um *website* e uma conta no *Facebook* em que agrupa todas as iniciativas, os roteiros integrados e pacotes montados para feriados e fins de semana, além de divulgar notícias referentes ao turismo comunitário.

Figura 01 - Página na *internet* da Rede Tucum



Fonte: www.tucum.org, 2016

No entanto, as comunidades também são estimuladas a criar seus próprios *sites*, *blogs* e contas em Redes Sociais, para fazer essa comunicação com a sociedade, divulgar seus trabalhos e estar em contato umas com as outras. A Rede utiliza, também, uma estratégia de participação em eventos da área e de outras redes, para divulgar e promover parcerias com outras iniciativas de turismo comunitário.

Uma comunidade sozinha não tem como fazer a promoção (...) ela [a Rede] serve muito para a promoção e marketing, até a função de

operador, em certo sentido, porque quem tem um grupo contacta a secretaria da Tucum, via site, e aí junto com as comunidades, organizam os roteiros (Prainha do Canto Verde).

Outra função da Rede, portanto, é a operação dos serviços turísticos, fazendo também o trabalho de interlocutor entre os visitantes e as iniciativas participantes. Esta parte é realizada pela secretaria da Rede, que concentra a comunicação via Rede entre os visitantes e as iniciativas participantes. No entanto, a Rede não é o único canal de comunicação das comunidades com os turistas. Estes também entram, muitas vezes, em contato direto com a comunidade, principalmente, naquelas que já possuem um fluxo mais consolidado.

A Rede opera, também, oferecendo formações às pessoas das comunidades através de seminários sobre turismo comunitário, economia solidária, gestão, hospitalidade, trilhas, entre outros temas. O projeto mais recente de formação é a Escola Popular de Turismo Comunitário que ocorreu no ano de 2015, visando à formação da juventude das comunidades integrantes da Rede. Foi realizado um primeiro seminário em março de 2015 com o tema “Rede Tucum, juventude, território e trabalho”, que reuniu 96 pessoas de várias comunidades inclusive comunidades convidadas que não fazem parte da Tucum, mas que se localizam na zona costeira e também tem um histórico de luta e resistência. Depois, foram organizados mais quatro módulos durante o restante do ano, sendo o projeto encerrado com o I Acampamento da Juventude da Zona Costeira do Ceará, realizado de 03 a 06 de dezembro de 2015, no Assentamento Maceió. O Acampamento contou com a participação de jovens não só da Rede Tucum, mas de Guaramiranga, Fortaleza, e de comunidades indígenas, tendo apresentado como foco os debates sobre comunicação e trabalho. Outro projeto, também, realizado em 2015/2016, foi o “Rede Tucum – Tecendo Comunicação Solidária”, que visa a formação de jovens na comunicação e na gestão do turismo comunitário. O Projeto é realizado em parceria com a Oi Futuro, através do Programa “Oi Novos Brasis”⁴.

Essas ações da Rede são essenciais para o processo de participação popular dentro do TBC. Para Bordenave (2007) um dos princípios da participação popular é que em grupos sociais que não estão acostumados à participação, esta

⁴ Informações retirada do site, <http://www.oifuturo.org.br/projetos/sustentabilidade/rede-tucum-tecendo-comunicacao-solidaria>, acesso em 25 mai 2016. E da coleta de dados por meio das entrevistas.

pode ser provocada e organizada. No caso da Rede Tucum, para algumas comunidades, a juventude está precisando ser induzida a esse processo de participação, para que seja evitada a saída dos jovens das comunidades e para que o processo de organização comunitária tenha continuidade.

A Rede possui uma proposta de financiamento próprio em que cada GTL recolhe 10% sobre as atividades turísticas realizadas. Do valor total arrecadado pelo GTL, 70%, de acordo com o Caderno de Normas, deve ser utilizado para investimentos na própria atividade turística, 20% para investimentos ou iniciativas comunitárias em consonância com a associação de moradores ou produtores; e 10% como Taxa Coletiva da Rede Tucum para apoiar suas atividades. Esse acordo, em relação à geração de recurso dos GTLs e da Rede, ainda se encontra em discussão e, em muitas comunidades, não está acontecendo, tanto pela falta de organização e pela dificuldade na gestão financeira (como preenchimento de livros de caixa e prestações de contas), quanto pelo enfraquecimento das iniciativas, que não estão recebendo um número significativo de turistas para que se possa fazer esse repasse.

Isso vem sendo um entrave para Rede, que ainda não consegue ser autossustentável e dispor de recursos necessários para realizar todas as ações que eles pretendem.

Só que a rede também deveria gerar recursos financeiros para se manter e isso, no momento, ainda não é o que acontece. O movimento é muito pequeno do dinheiro que volta para a rede. Nesse momento a rede tem dificuldade para sustentar eles mesmos (Praia do Canto Verde).

Tanto a Rede, quanto as iniciativas, contam, também, com o acesso a editais para conseguir recursos governamentais e/ou não governamentais, para projetos específicos como construção de *sites*, melhoria das pousadas, melhoria da infraestrutura de comunicação, realização de eventos, etc. Os recursos podem ser tanto coletivos, acessados pela Rede, quanto, acessados por cada comunidade. Um dos trabalhos realizados pela Rede foi uma oficina de projetos, para que as iniciativas pudessem exercitar essa elaboração de projetos para o acesso a recursos.

A Tucum busca realizar constantes parcerias com outras iniciativas de TBC e com outras instituições que compartilham dos mesmos valores e visão de mundo. Essas parcerias visam conectá-la com outros pontos de fora da Rede,

que não, necessariamente, passam a fazer parte da Rede Tucum, mas que permitem a Tucum a fazer parte de uma rede mais ampla do TBC. Elas criam vínculos solidários entre si, pois para Rovere (1999) a partir do momento que um ponto entre em rede ele cria um comportamento solidário com os outros membros, ou seja, surge um comportamento solidário entre a Tucum e seus parceiros, que possibilitam o fortalecimento das iniciativas de TBC a nível nacional e internacional, construindo assim novas redes de TBC.

No Ceará, a Rede Tucum possui parceria com a Fundação Casa Grande em Nova Olinda, que já participou de alguns momentos de formação fazendo essa troca de conhecimento com os integrantes da Rede Tucum. A Fundação Casa Grande é uma organização não-governamental, cultural e filantrópica criada em 1992, que tem como missão a formação de crianças e jovens protagonistas em gestão cultural por meio de programas como Memória, Comunicação, Artes e Turismo.

A Rede participa, também, de outras redes como a Turisol, em âmbito nacional. A Tucum foi uma das sete iniciativas que formaram a Turisol em 2007, fazendo parte, atualmente, do conselho consultivo. Existe, portanto, um processo de cooperação, que atende ao quarto nível de construção apresentado por Rovere.

A Rede Tucum trabalha em parceria com a Rede Bodega, que é uma articulação entre produtores, artesãos e prestadores de serviços para a divulgação e para comercialização solidária dos seus produtos, servindo de elo entre as cooperativas e as associações. É formada atualmente pela Bodega da Vila de Maranguape, Bodega Arcos em Sobral, Bodega do Povo em Viçosa, Bodega Nordeste Vivo e Solidário em Aracati, e Budegama em Fortaleza. Algumas comunidades já trabalham vendendo seus produtos na Bodega e a última assembleia teve a participação de representantes da Bodega na tentativa de ampliar essa parceria com outras comunidades. A Rede conta, também, com parceiros institucionais internacionais como a Icco Coperación (Holanda) e a Associação Tremembé (Itália).

No que se refere à relação com outros negócios turísticos, há uma busca em efetivar parcerias com agências e operadoras turísticas que possuam uma visão mais solidária do fenômeno do turismo. Atualmente, a Rede trabalha em parceria com a Estação Guabirabara, que faz a representação internacional da Tucum nos roteiros do Catálogo Latino-americano de Turismo Rural Comunitário lançado pela ONG Alba Sud, uma colaboração efetivada em parcerias com

iniciativas de turismo de base comunitária e com 16 operadoras turísticas da América Latina especializadas em turismo comunitário.

Vale ressaltar, que essas parcerias e conexões externas permitem, também, a divulgação do trabalho da Rede e das iniciativas, facilitando a comunicação promocional do turismo comunitário, desenvolvido por essas comunidades.

4.2 PRIMEIRO NÍVEL DE COLABORAÇÃO – RELAÇÕES DENTRO DA COMUNIDADE

Em relação à avaliação do primeiro nível de colaboração da Rede Tucum, que se refere às relações dentro da comunidade, o recorte da pesquisa se constitui de quatro iniciativas localizadas no litoral leste do Estado do Ceará: Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Assentamento Coqueirinho (Fortim) e Ponta Grossa (Icapuí).

4.2.1 Aldeia Indígena do Jenipapo-Kanindé⁵

A comunidade de Jenipapo-Kanindé localiza-se às margens da Lagoa da Encantada, no município de Aquiraz, a 50 quilômetros de Fortaleza. É uma das nove aldeias indígenas reconhecidas no Ceará, que luta há anos pela afirmação de sua cultura e pela preservação de seus ambientes naturais. A comunidade é constituída por, aproximadamente, 336 habitantes, em torno, de 106 famílias⁶. A comunidade é formada tanto por indígenas como por não-indígenas e eles vivem, basicamente, de agricultura familiar do milho (*Zea mays*), batata doce (*Ipomoea batatas*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e mandioca (*Manihot esculenta*), atividades pastoris e da pesca. A produção de artesanato e do turismo são rendas complementares.

Em 1984, a comunidade que vivia às margens da Lagoa Encantada constitui a sua primeira associação com o auxílio da pastoral e da academia para fortalecer a luta pelo direito ao território. Nessa época, a questão da etnia indígena foi essencial para que se construísse uma mobilização em torno de causas comuns como a especulação imobiliária. Durante esse período, a comunidade sofria com as ameaças de grileiros e posseiros e com a tentativa de construção de um

⁵ Os dados sobre a comunidade Jenipapo-Kanindé foram obtidos a parti das entrevistas realizadas na pesquisa de campo e a partir dos estudos de Antuner (2008) e Borges (2011)

⁶ Dado obtido no site da Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido – ADELCO.

empreendimento turístico pela empresa Moinho Dias Branco. Atualmente, seu principal conflito é com a empresa Pecém Agroindústria LTDA, do grupo produtor da cachaça Ypióca, que retira água da Lagoa da Encantada, sem interrupção, para a produção de cachaça, e vem contaminando as reservas de água dos indígenas⁷.

No ano de 1999, foi constituída a instância política da etnia, o Conselho Indígena Jenipapo-Kanindé, resultado da luta da comunidade pelo reconhecimento da etnia e pela declaração das terras indígenas. O Conselho foi a única organização comunitária até 2002, quando conflitos internos entre a Cacique Maria de Lourdes da Conceição Alves, mais conhecida como Cacique Pequena,⁸ e o Presidente do Conselho José Maria, levaram à criação da Associação de Mulheres Indígenas do Jenipapo-Kanindé. Essa associação tem como objetivo defender o direito de todos, mas com foco na defesa dos direitos das mulheres indígenas (Antunes, 2008). O processo de demarcação das terras indígenas foi iniciado em 1997 pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, e em 24 de fevereiro de 2011, foi declarada constituída formalmente com 1.731 hectares.

Assim, com suporte na compreensão de Tönnies (2004), percebe-se que os laços comunitários em Jenipapo-Kanindé se desenvolveram tanto pelos laços sanguíneos, como pela aproximação espacial e intelectual, que resultou na demarcação das terras e no reconhecimento da etnia indígena. Dessa forma, a comunidade possui uma organização comunitária fortalecida, mas imbuída de relações de poder. Na visão de Arendt (2007), as relações de poder sempre irão existir nas relações sociais, no entanto, estas não devem impossibilitar a organização de um determinado grupo social. No caso da comunidade de Jenipapo-Kanindé, os conflitos existentes ainda não prejudicaram a organização comunitária, principalmente, pela presença forte da liderança da cacique Pequena.

No que se refere à organização comunitária para o turismo, esta teve início alicerçado em um projeto realizado pela Universidade Federal do Estado do Ceará (UFC) denominado “Trilha do Índio”. O Projeto durou um ano e seis meses, entre 2005 e 2007, e consistia no mapeamento das trilhas e na capacitação de pessoal da própria localidade para serem condutores. Foram elaboradas cinco trilhas durante o projeto e, mesmo após seu término, foi continuado pela comunidade, que

⁷ Informação retirada de artigo on line: Krichanã, Marco. Empresa Ypióca retirando água em área indígena. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=96722>. Acesso em 31 mai 2016

⁸ Cacique Pequena é a primeira mulher Cacique do Brasil.

permaneceu recebendo, principalmente, grupos de escolas, estudantes universitários, professores e pesquisadores. No começo, a alimentação era realizada na casa dos indígenas que trabalhavam no projeto. Atualmente, a comunidade oferece aos seus visitantes cinco trilhas (Trilha da Lagoa da Encantada, Trilha da Sucurujuba, Trilha do Morro do Urubu, Trilha do Marisco, Trilha do Tapuio). Além de palestras, visita ao museu Indígena, visita à Escola Indígena e à Casa de Farinha, conta ainda com alimentação e hospedagem realizadas na Pousada Comunitária.

Figura 02 - Pousada e Restaurante Jenipapo-Kanindé



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 03 - Escola Indígena de Jenipapo-Kanindé



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 04: Casa de farinha comunitária de Jenipapo-Kanindé



Fonte: Acervo da autora (2016)

O Grupo de Turismo Local conta com aproximadamente 20 participantes, entre cozinheiras, condutores das trilhas, condutores do museu e as pessoas que trabalham na pousada. As 20 pessoas não estão diretamente trabalhando todos os dias, mas quando tem grupo grande ou algum evento trabalham em período integral.

A comunidade se integrou à Rede Tucum no ano de 2008. Muitos grupos entram em contato diretamente com a comunidade através da página do *Facebook*, e dos telefones para contato, outros vêm através do contato com a Rede. O fluxo de visitantes não é regular, precisa ser induzido para que possa ocorrer com mais frequência e assim beneficiar mais famílias. O GTL não realiza reuniões frequentes, com datas marcadas, ele se reúne somente quando vem algum grupo. Dessa forma, não existe ainda uma compreensão coletiva dos benefícios que o turismo pode trazer para a comunidade, até porque são poucas as pessoas da comunidade que participam diretamente da atividade. Aquelas que, de uma forma ou de outra são beneficiadas indiretamente, não possuem uma compreensão maior de como a atividade turística dentro da comunidade funciona e quais são os seus benefícios. Somente àqueles que estão diretamente em contato com a atividade tem essa percepção. Esse fator gera alguns conflitos entre os moradores.

O problema é mais esse, às vezes algumas pessoas que trabalham indiretamente são as que falam. (...) A gente não tem tudo concentrado na pousada, não tem tudo concentrado no pessoal do turismo. Então a gente costuma comprar na comunidade para dar renda para o pessoal da comunidade, mas algumas pessoas não reconhecem isso. (Representante do GTL Jenipapo-Kanindé)

Sim [traz benefício], mas não sei explicar porque quem fica mais por dentro disso aí é o pessoal da pequena (Moradora da comunidade).

Traz [benefício] né, quer queira quer não, traz. Para uns e para outros não. É porque para eles ai melhora né, mas para as pessoas que não participam...(Morador da comunidade)

Quando perguntados sobre os benefícios e conflitos que o TBC traz para a comunidade as respostas demonstram pontos positivos como o aumento e diversificação da renda, valorização da cultura e da comunidade, fortalecimento da luta pela terra e realização de projetos dentro da comunidade.

Quadro 12 - Benefícios do TBC percebidos pela comunidade de Jenipapo-Kanindé

BENEFÍCIOS	RESPOSTAS
Aumento da Renda/Diversificação da Fonte Renda	Depois que entrou o pessoal, melhorou alguma coisa da renda para nós. Foi muito importante para gente, porque a gente viu uma fonte de sobrevivência fora da agricultura, fora da pesca e dentro da comunidade indígena. Porque, antigamente, a gente só vivia da pesca e da agricultura. Melhorou muito porque vem gente de fora, movimentou mais. Dá um movimento mais até no comércio. Traz com certeza, deve trazer alguma renda. Com artesanato, também, já cheguei a vender alguma coisa aqui para eles.
Aumento dos projetos para a comunidade	Sim, nos últimos anos ele tem desenvolvido. Tem bastante ações dentro da comunidade.
Valorização da cultura	A gente apresenta um pouco da nossa comunidade, do nosso artesanato, da nossa cultura. Porque a comunidade ficou mais bem vista pelo povo, ficou mais reconhecida.
Fortalecimento das lutas	Com a ajuda da Rede Tucum a nossa luta pela terra ficou mais bem vista, também, pelos outros órgãos.

Fonte: Elaboração própria

No que se refere aos problemas advindos com o TBC, a comunidade não identificou nenhum. O maior desafio, na verdade, é conectar mais pessoas da comunidade para que uma maior parte da população seja beneficiada, e para que se construa um contexto comum de significado no que se refere ao turismo, de modo a

beneficiar um maior número de pessoas. A fragilidade do fluxo turístico na comunidade leva à existência de períodos em que a comunidade não recebe visitante, o que pode enfraquecer o GTL, e o impossibilita de mobilizar a participação de mais pessoas na atividade.

4.2.2 Prainha do Canto Verde⁹

A Prainha do Canto Verde (PCV), localiza-se no município de Beberibe a 120 km da capital. Possui, aproximadamente, 1.100 habitantes em uma área de 749 hectares.

Os conflitos referentes ao território iniciaram no ano de 1979, quando um grileiro vendeu parte das terras da comunidade para a imobiliária Henrique Jorge. No ano de 1989 foi constituída a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde - AMPCV, que tinha como principal foco a defesa do território e dos interesses dos moradores contra a especulação imobiliária. A AMPCV tinha o apoio do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, que fazia assessoria jurídica na questão da terra e no desenvolvimento da comunidade. Em 1995, a comunidade ganhou na justiça o processo contra a Imobiliária Henrique Jorge.

Figura 05 – Vista parcial da Prainha do Canto Verde



Fonte: Acervo da autora (2016)

⁹ Dados sobre a comunidade da Prainha do Canto Verde foram obtidos a partir das entrevistas realizadas na pesquisa de campo e a partir dos estudos de Borges (2011) e Fabrino (2013).

Em 1994, os moradores da PCV iniciaram discussões a respeito do futuro da comunidade, pois, na época, a única e, quase exclusiva alternativa de renda, era a pesca, seguida da agricultura de vazante para subsistência. Teve início, então, o questionamento de como a própria comunidade poderia desenvolver o turismo, tendo em vista que a atividade já havia chegado a praias próximas como Morro Branco, Praia das Fontes e Canoa Quebrada, o que poderia chegar em um curto espaço de tempo à PCV, a questão era como a comunidade seria sujeito desse processo. Foram, assim, efetuadas algumas pesquisas nessas comunidades e conversas entre os nativos, nas quais se percebeu que o turismo trazia benefícios, pois gerava renda e emprego, mas para a comunidade era muito incipiente, pois havia muita influência de estrangeiros e de pessoas de outras regiões, as quais tinham capital para investir, o que tirava das mãos da população local as decisões sobre a forma de desenvolvimento que ela almejava.

E a gente visitou Canoa e olhou: será que é igual Canoa, o turismo que a gente quer? E assim essa história que a gente foi vendo que tipo de turismo a gente quer para a nossa comunidade e chegou ao ponto que a gente queria esse turismo que não mexesse com a gente. Como é uma comunidade que só vive da pesca, então, assim a gente não queira mudar muito (Moradora da comunidade da PCV).

Porque o turismo a gente tem muito cuidado até para não ter invasão, por isso a gente resolveu fazer. Porque quando a gente não faz, o turismo ia acontecer de qualquer jeito e poderia ser por pessoas de fora e aí o negócio ia quebrar. A gente faz com cuidado e planejado (Morador da Prainha do Canto Verde).

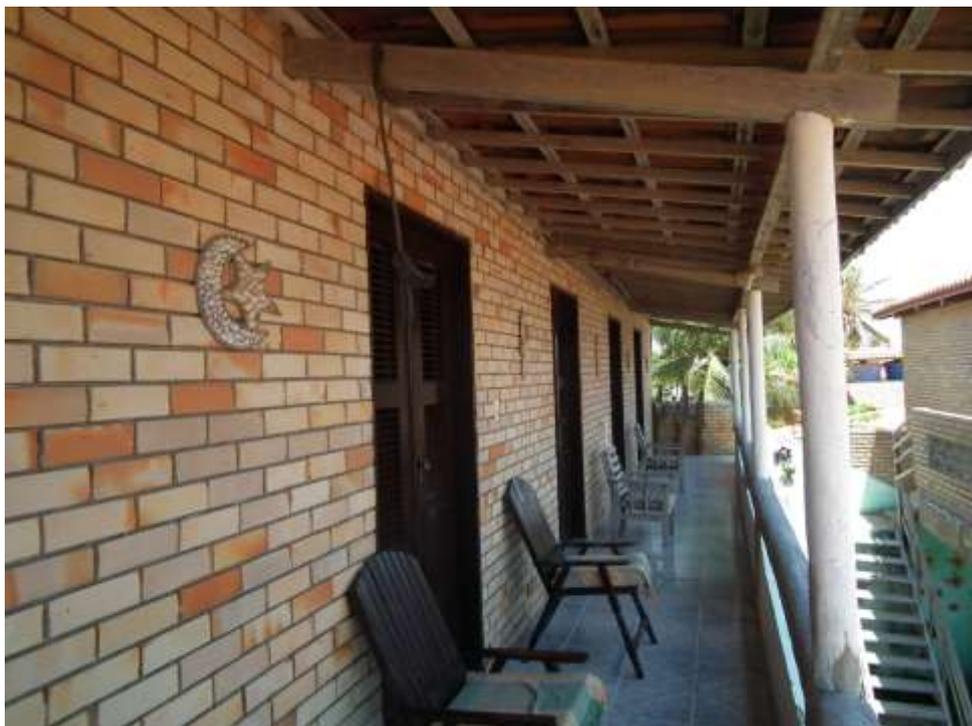
Assim se construiu um contexto comum de valores no que se refere ao turismo, no qual a comunidade seria sujeito do processo de desenvolvimento turístico, sendo gestora e proprietária dos empreendimentos. Nessa conjuntura, a população começa a receber ainda em suas casas a demanda inicial composta por pessoas de ONGs e universidades, que vinham fazer trabalhos na comunidade. Posteriormente, começaram a se organizar para estruturar as primeiras pousadas e chalés. Em 1998, foi criado o Conselho de Turismo Comunitário para cuidar dos assuntos referentes ao turismo da comunidade.

O Conselho é formado pelas pessoas da comunidade que participam da atividade turística e que possuem algum empreendimento como pousadas, chalés, casas para alugar, ou estão envolvidas na atividade de alguma forma. Os empreendimentos são familiares, mas quando chegam grupos de visitantes, o

Conselho de Turismo organiza a distribuição dos visitantes entre as pousadas, chalés e casas para alugar, assim como contata grupos de merendeira e cozinheiras para fornecer a alimentação. Além da hospedagem e alimentação, a comunidade passa a oferecer, aos visitantes, um local para eventos com equipamentos de informática, som e projeção que podem ser alugados, além de três trilhas (Córrego do Sal, Trilha História Natural I e Trilha História Natural II), passeio de catamarã, jangada e *buggy*.

A PCV ingressa na Rede Tucum em 2008, na época da sua criação. O GTL é vinculado ao Conselho de Turismo, ligado a AMPCV. Cada empreendimento que faz parte do GTL paga uma taxa de 10% em cima do seu ganho com o turismo. Esse dinheiro é revertido para pagar o coordenador e para promover ações do conselho. O conselho conta com o fundo rotativo de R\$ 800,00 dos cadastros que são realizados pelos empreendimentos. Esse dinheiro pode ser utilizado pelas pessoas cadastradas, como forma de empréstimos, para benfeitorias no que se refere ao turismo. Entre 1998 e 2009, o GTL conseguia engajar todas as pessoas envolvidas com a atividade turística e havia um entendimento coletivo sobre o tipo de turismo que se queria desenvolver na comunidade.

Figura 06 - Pousada Sol e Mar - Prainha do Canto Verde



Fonte: Acervo da autora (2016)

Observa-se no caso da PCV, o empoderamento da população local no que se refere ao desenvolvimento turístico em seu território. Cria-se um modelo autogestionário, conforme propõe Maldonado (2009) e Coriolano (2009), marcado por uma efetiva participação popular como apresenta Bordenave (2007), em que a comunidade se torna agente do seu próprio desenvolvimento. Atinge dessa forma o nível máximo de participação da comunidade local, como discute Swarbrooke (2000), ao afirmar que a população tem total controle das decisões políticas estratégicas no que se refere ao turismo.

Na visão dos integrantes do GTL, os benefícios advindos com o turismo se referem à geração de emprego e renda, à afirmação de sua identidade e à conscientização da preservação da comunidade e do meio em que esta se encontra inserida:

É uma circulação que o dinheiro fica dentro da prainha, é uma diferença grande de outros lugares, porque em outros cantos o dinheiro fica concentrado em um lugar para um dono e aqui não o dinheiro fica dividido desde a merendeira para o pescador, passa por muitas pessoas não tem uma concentração em uma pessoa só. Ai não tem ninguém maior, eu, o outro, todo mundo é a mesma coisa porque é dividido. (Morador da PCV)

Acho que até a autoestima da gente melhorou. (Moradora da PCV)

Com o turismo é a questão de divulgação do local, de manter a praia limpa de querer a preservação da praia. (Moradora da PCV)

A luta pelo território levou à criação da Reserva Extrativista¹⁰ - RESEX - da Prainha do Canto Verde em 2009. A RESEX tem como objetivo “proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis utilizados pela população”¹¹. A RESEX abrange uma área marítima e outra continental. Com a criação da Resex surge um novo conflito referente ao território na comunidade, quando um empresário afirmou ser dono de 50% da área e pediu a anulação na justiça da criação da reserva. A influência do empresário acarretou, também, uma divisão na AMPCV e a criação da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde – AIMPCV, que conta com 370 associados e é contra a RESEX da parte continental. Surge assim, um conflito

¹⁰ A Reserva Extrativista – RESEX é uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, estabelecida pela Lei 9.985/2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC). Disponível em <www.mma.gov.br/consulta-resex>. Acesso em 30 maio 2016.

¹¹ Decreto de 5 de junho de 2009 que dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Prainha do Canto.

dentro da comunidade com dois grupos, os que são a favor da RESEX na sua totalidade e os que são contra a RESEX continental. Atualmente a PCV conta, também, com o Conselho Deliberativo da RESEX, que contém representações das duas associações.

Até esse período, existia, portanto, uma vontade coletiva estabelecida na comunidade da PCV. A comunidade percebia o processo de desenvolvimento conforme uma perspectiva mais qualitativa voltada para sustentabilidade socioambiental e para o empoderamento da população. Com a criação da RESEX, observa-se a existência de dois grupos que divergem não só pela questão da Reserva Extrativista, mas sobre concepções de desenvolvimento, uma voltada para a sustentabilidade socioambiental da comunidade e outra pautada em aspectos mais econômicos. Isso vem interferindo em todo o processo de organização da comunidade e pode afetar futuramente a atividade turística de base comunitária.

Ressalta-se, de acordo com Boisier (1999) que essa concepção de desenvolvimento baseada no crescimento econômico é reducionista e vem sendo gradativamente substituída por concepções que têm como critério principal o atendimento às necessidades básicas da população.

Com o passar dos anos alguns empreendimentos que faziam parte do GTL saíram e começaram a operar individualmente. Atualmente, somente uma parte das pousadas e chalés faz parte do GTL e da Rede Tucum (Pousada Sol e Mar, Refúgio da Paz, Chalé Coqueiral e Chalé Porto Jangada). Os outros empreendimentos (Recanto da Mãezinha, Pousada da Lu e Recanto Verde), são de moradores da comunidade, mas não trabalha na concepção de turismo comunitário, operando individualmente, ligados ou não a AIMPCV.

Não foram identificados problemas advindos com o turismo. No entanto, é possível observar que existe uma certa disputa entre as pousadas que fazem parte da Rede e as pousadas independentes.

Não influencia o trabalho da Rede, porque o tipo de turismo que eles fazem não afeta nós. Até atrapalha porque eles mentem e não falam a verdade, então, tem muito cliente que vai para lá pensando que eles fazem turismo de base comunitária. O site deles é parecido demais, eles ficam tudo querendo fazer esse trabalho, mas não fazem. Parece, mas quando as pessoas chegam aqui é que descobrem. (Morador da PCV)

O turismo hoje na comunidade apesar de ser uma opção é uma das opções de qualquer comunidade. Mas o turismo, hoje, na comunidade é um turismo individual cada um trabalha em si próprio em benefício próprio. A ideia da

Rede Tucum era essa: um trabalho para todos, trabalho social direcionado para o turismo sustentável. Até começou bem, mas não foi essa a continuidade do trabalho ficou pelo caminho e aí a comunidade começou a ver que o turismo comunitário é um turismo bonito, importante, interessante, mas tem que ter financiamento para acontecer isso, e a comunidade não tinha o dinheiro para fazer isso. E quando você faz com o dinheiro próprio você faz da forma que você acha que é correta, trabalha da forma que você acha correta. (Morador da PCV)

A existência de pensamentos distintos no que se refere à concepção de desenvolvimento turístico local pode afetar negativamente a construção da vontade coletiva da comunidade no que tange o turismo que, como consequência, pode enfraquecer o GTL e toda a construção comunitária realizada anteriormente.

4.2.3 Assentamento Coqueirinho¹²

O assentamento Coqueirinho foi constituído em 23 de agosto de 1995, no município de Fortim, distante 135 Km de Fortaleza. Ocupa uma área de 1.473 hectares, que foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Inicialmente, a área recebeu 14 famílias provenientes do município de Fortim e dos municípios próximos. Atualmente são 60 famílias assentadas, em torno de 400 habitantes no total¹³.

Em 1996, foi criada a Associação Cooperativista do Projeto Assentamento Coqueirinho (ACOO PAC). Por divergências internas houve uma separação, sendo fundada a Associação dos Parceiros Individuais do Assentamento Coqueirinho (APIAC). E, posteriormente, por divergências sobre a questão do desmatamento houve uma segunda divisão sendo formada a Associação dos Parceiros Autônomos do Assentamento Coqueirinho (APAAC). A APIAC, por sua vez também sofreu uma separação quando foi fundada uma quarta associação. Atualmente, existem quatro associações atuando no assentamento.

A comunidade vive basicamente da agricultura familiar, da criação de animais, de programas sociais, de aposentadorias, e de trabalho fora do assentamento, atuando em empresas privadas, na prefeitura ou como professor. O sistema produtivo é frágil, com solo pouco produtivo e dependente dos períodos de chuvas.

¹² Os dados sobre o Assentamento Coqueirinho foram obtidos a partir das entrevistas realizadas na pesquisa de campo e a partir dos estudos de Borges (2011) e Fabrino (2013)

¹³ Dado fornecido pela representante do GTL em Coqueirinho.

Logo, a escassez de períodos chuvosos nos últimos anos, vêm dificultando, ainda mais, a produção agrícola.

Em 2004, a Associação Tremembé Onlus, da Itália, junto com a Cáritas e a Associação Caiçara, discutiram junto com a comunidade maneiras de como essas famílias poderiam continuar a tirar o seu sustento do assentamento de forma sustentável. Na ocasião o turismo comunitário foi pensado como proposta. Assim, a comunidade conseguiu alguns projetos como a horta comunitária e a construção de quatro chalés para receber os visitantes, financiados pela Tremembé Onlus. O assentamento começou a receber grupos de turistas italianos, grupos de estudantes, associações, ONGs e movimentos sociais. Com o tempo foram construídos mais dois chalés, dois restaurantes e surgiram vários projetos dentro da comunidade, como o de produção de cosméticos¹⁴, o Núcleo Áudio Visual do Coqueirinho (NUAC)¹⁵, o grupo de teatro, entre outros.

Figura 07 - Chalés - Assentamento Coqueirinho



Fonte: <https://coqueirinho.wordpress.com> (2016)

O Grupo de Turismo Local, atualmente, está associado à ACOOPAC e conta com, aproximadamente 12 famílias. A ACOOPAC se reúne mensalmente, mas o

¹⁴ O projeto utilizava o ninho indiano para produzir pesticidas e o mel para fabricar cosméticos, como shampoo, condicionador e loção antiacne.

¹⁵ Tem como objetivo promover a capacitação para realização de filmagens e pequenos documentários, sendo um espaço de debate e ação da juventude (Borges, 2011).

GTL se reúne somente quando recebe grupos de turistas. A comunidade oferece hospedagem nos seis chalés comunitários e alimentação em dois restaurantes: Sabor da Terra e Margarida Café. Como atrativos, possui uma trilha ecológica de duração de 1 hora, os quintais produtivos e as rodas de conversa sobre o assentamento. Cada empreendimento beneficia uma família diferente. O Assentamento Coqueirinho integrou a Rede Tucum na sua criação, em 2008.

Figura 08 - Margarida Café – Assentamento Coqueirinho



Fonte: Acervo da autora (2016)

Figura 09 - Trilha do Assentamento



Fonte: Acervo da autora (2016)

Atualmente, alguns projetos comunitários estão parados, como a horta, o NUAC, a produção de cosméticos, o teatro e as noites culturais. Um dos fatores que levaram à baixa nos projetos foi a diminuição do fluxo de turistas, especialmente, a quantidade de turistas estrangeiros. Atualmente, o principal fluxo é representado por grupos de estudantes. Como a comunidade tem apresentado dificuldade em captar esses grupos, houve uma diminuição muito grande na quantidade de turistas que o assentamento recebe. Sem fluxo de turismo constante, houve um enfraquecimento do GTL e a saída de algumas pessoas do grupo.

Para falar a verdade nós estamos realmente muito desestimulados mesmo. Aqui o turismo já esteve em alta, hoje a gente pouco vai para os encontros, até mesmo da Rede Tucum, nem da assembleia nós participamos da assembleia este ano. Aí está difícil assim para a gente. Muito difícil (Participante do GTL Coqueirinho).

Outro fator observado foi o fato de a comunidade não conseguir fazer com que os jovens permaneçam no assentamento devido à falta de oportunidades de emprego e de renda.

Os jovens foram procurando o mundo deles, foram saindo do assentamento e dificultou isso. Temos poucos jovens hoje (Participante do GTL Coqueirinho).

Como você vai fazer um trabalho para os jovens se os próprios jovens da comunidade não querem, querem sair da comunidade, (...) o pessoal não quer mais fazer teatro, não quer mais fazer dança, não quer fazer nada. O pessoal quer trabalhar para ter dinheiro para comprar uma moto e um celular. E a agricultura não dá mais isso, a agricultura dá subsistência, viver uma vida tranquila, mas se você quer ter uma vida de menino de cidade no interior(...)infelizmente, a cidade está dentro do interior hoje (Participante do GTL Coqueirinho).

Para Harvey (2013), o capital é um processo que reproduz uma vida social em todas as pessoas, criando novos desejos e necessidades, transformando os espaços e os estilos de vida. Nesse sentido, o capital vem entrando na vida das comunidades, criando novos desejos nos jovens, que vão em busca de liberdade, o que acaba dissociando-os dos laços comunitários em que estavam imbuídos. Para Bauman (1999), a globalização ao mesmo tempo em que conecta as pessoas, consegue promover divisões, que é o que vem acontecendo no Assentamento Coqueirinho. Os laços comunitários que existem, baseados, principalmente, nos laços sanguíneos, são dissolvidos à medida que a busca por liberdade ultrapassa o sentimento de segurança da comunidade.

A saída dos jovens da comunidade prejudica a construção do turismo comunitário sendo causa e consequência do enfraquecimento dos GTL. Sem os jovens, algumas atividades ficam paradas, diminuindo os atrativos a serem oferecidos aos turistas. Se o turismo não consegue despontar como uma fonte de renda complementar, não se criam as oportunidades de emprego e renda esperadas pela a comunidade o que acarreta a saída dos jovens. Sem a juventude, o GTL não tem como ter continuidade, nem consegue desenvolver alguns projetos, o que constitui um entrave para o desenvolvimento do TBC na comunidade.

Outro fator que atrapalha o desenvolvimento do turismo local e vem enfraquecendo o GTL é o conflito existente entre as associações na construção de valores e significados. O pensamento referente aos modos de vida da comunidade e a preservação do meio ambiente em que vivem as pessoas da comunidade são diferentes, o que impossibilita a construção de uma vontade coletiva no local essencial para a construção do TBC:

As famílias do Assentamento que não eram envolvidas atrapalharam muito esse ano no turismo. Em todas as comunidades tem os seus prós e contras. Nem todos são engajados, nem todos querem o desenvolvimento. Alguns querem o desenvolvimento e outros querem derrubar (...) Os próprios da comunidade é que fazem isso. Aí chega uma hora que a gente esmorece (Moradora do Assentamento Coqueirinho)

Por exemplo, a trilha ecológica, aquele espaço com a trilha ecológica nós resolvemos deixar protegido, documentado, catalogado que aquela área é uma área que não se pode ter degradação ambiental e algumas pessoas acham que aquilo é bobagem, acham que aquela área ali, por ter uma grande vastidão de mata, é para fazer estaca, tem muitos animais lá, elas acham que deveriam fazer isso. E a gente não, a gente prefere preservar. Aí a gente acaba tendo esse embate. (Morador do Assentamento Coqueirinho)

Bom, o turismo ele beneficia toda a comunidade. No entanto, alguns como vieram de vários lugares, várias localidades ainda não tem este pensamento da cooperatividade e sim do individualismo e quando surgiu o turismo muitas pessoas acharam que o retorno fosse como uma empresa que no final do mês tinha aquele dinheiro para receber e aí houve esse conflito, porque muitos desistiram por conta disso, achando que o turismo ia ter o retorno imediato. (Moradora do Assentamento Coqueirinho).

Percebe-se nos depoimentos que a comunidade não conseguiu construir um contexto comum de significado, ou seja, um conjunto de valores e de visão de mundo semelhantes entre os moradores do assentamento. As concepções de desenvolvimento divergem dentro da comunidade, uma parte da comunidade percebe o desenvolvimento pautado na sustentabilidade por meio da preservação do meio ambiente em que estão inseridos e no empoderamento da população local,

enquanto outra parte da comunidade percebe o desenvolvimento apenas pelo lado imediato de benefícios econômicos. Apesar dos conflitos encontrados, o TBC ainda é visto positivamente pelos integrantes do GTL, os quais tem a percepção da necessidade de que o turismo precisa ser estimulado para que possa mobilizar e agregar mais pessoas da comunidade nesta proposta, fortalecendo o GTL.

A gente quer expandir para outras famílias, para que possa outras famílias participar. Que a gente possa estar contribuindo para que outras famílias se sintam apoiadas dentro do grupo e essa renda que entra, também, possa incidir para outras famílias. Quanto mais famílias participarem mais essa questão financeira melhora para as famílias e mais forte fica o grupo. É diferente do turismo individual que você faz só para si, a gente quer é compartilhar, participar mais gente, que possa estar melhorando a situação financeira e até a questão alimentar de uma alimentação saudável. (Moradora do Assentamento Coqueirinho)

Com o GTL enfraquecido a comunidade não consegue contribuir para o fortalecimento da Tucum. Ela acaba se distanciando da Rede, deixando de participar das formações, encontros e assembleia, o que dificulta ainda mais a possibilidade de tentar fortalecer o TBC na comunidade.

4.2.4 Comunidade de Ponta Grossa¹⁶

A comunidade de Ponta Grossa localiza-se no município de Icapuí, litoral Leste do Estado do Ceará, distante cerca de 210 quilômetros da capital, Fortaleza. Compreende uma média de 64 famílias, com uma população total de 250 habitantes, aproximadamente.¹⁷ A maioria da população faz parte de uma mesma família, a família Crispim. É uma comunidade litorânea, tradicionalmente pesqueira, cuja paisagem se caracteriza por praias, falésias de areia colorida e dunas fixas e móveis.

¹⁶ Os dados sobre a comunidade de Ponta Grossa foram obtidos com base nas entrevistas realizadas em campo e dos estudos de Borges (2011) e Fabrino (2013).

¹⁷ Dado fornecido pela agente de saúde da comunidade.

Figura 10 - Faixa de praia - Ponta Grossa

Fonte: Acervo da autora (2016)

Ponta Grossa, assim como outras comunidades do litoral cearense, sofreu com conflitos referente à posse de suas terras, que culminou na necessidade de organização comunitária em defesa de seu território. Em 1993, foi criada a Associação de Moradores de Ponta Grossa (AMPG), que atua na reivindicação dos direitos dos moradores, especialmente em questões referentes ao direito à posse de terra. Como estratégia para acabar com a especulação imobiliária, o desmatamento da mata ciliar e o fluxo de veículos nas dunas móveis, a comunidade propôs a criação de uma unidade de conservação. Assim, foi instituída, em 1998, a Área de Proteção Ambiental - APA Ponta Grossa, cujos moradores são integrantes do comitê de gestão da entidade.

Vale ressaltar que Ponta Grossa possui fortes laços comunitários, que se dão pelas três instâncias apresentadas por Tönnies (2004): por laços sanguíneos, pois a maioria da população faz parte de uma única família; pela proximidade espacial, que se torna mais consistente a partir da luta e da conquista de seu território; e pela proximidade intelectual, visto que esta é uma comunidade, essencialmente, evangélica, partilhando, dessa forma, as mesmas crenças e valores.

A comunidade foi inserida no turismo com a chegada dos turistas em passeios de *buggy* provenientes da praia de Canoa Quebrada, localizada a poucos quilômetros da comunidade. Com o crescimento da demanda, a construção de estradas de acesso e a especulação imobiliária no local, os moradores começaram a se mobilizar para pensar em meios de desenvolver o turismo, segundo princípios da

população local, de modo a atender às necessidades de toda a comunidade. Nesse sentido, foi criada em 1998, a Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa (ASTUMAC), que constitui o grupo de turismo local (GTL). A ASTUMAC é formada, atualmente por, aproximadamente, 35 sócios ativos, que inclui donos de barracas, de pousadas, de lanchonetes e guias turísticos. Tem como objetivo a articulação para decisões referente à instalação de novos empreendimentos e melhorias de infraestrutura e serviços oferecidos. As reuniões da ASTUMAC ocorrem, atualmente, de três em três meses, buscando sempre fazer a articulação para a participação da população.

A comunidade conta com quatro barracas de praia, duas lanchonetes, três pousadas e cinco chalés, com uma média de 80 leitos. As barracas de praia abrem diariamente para o almoço, mas para o jantar, somente quando vêm grupos. As lanchonetes e pousadas oferecem café da manhã e jantar. Todos os empreendimentos voltados para o turismo são propriedades familiares da comunidade.

Figura 11 - Pousada Canaã - Ponta Grossa



Fonte: Acervo da autora (2016)

A ASTUMAC busca incentivar a ampliação de oportunidades de ganhos com o turismo para além da construção de pousada e barracas, como criação da trilha ecológica, capacitação de guias, passeios de barco, pontos de venda na praia e produção de artesanato, esta, ainda incipiente. Não se verifica em Ponta Grossa, como ocorre em outros destinos do Ceará, a existência de equipamentos turísticos

de pessoas de fora das comunidades. A posse da terra é coletiva e cada família tem seu espaço definido dentro da comunidade onde pode construir. Existe, também, um espaço definido para a construção de equipamentos turísticos.

Ponta Grossa apresenta um fluxo de visitantes consolidado, que se constitui tanto de excursionistas, que vêm em passeios de *buggy* que partem, normalmente, da praia de Canoa Quebrada, quanto de pessoas que passam o dia, em carro próprio, para almoçar nas barracas. Conta, também, com turistas, principalmente de Fortaleza (CE) e Mossoró (RN), que se hospedam para passar o final de semana. Os visitantes podem entrar em contato direto com pousada ou chalé de determinada família, ou ainda, entrar em contato com o GTL. Caso o contato seja com o GTL, este busca dividir os visitantes entre as diversas pousadas e barracas existentes para que todos possam ganhar e participar dos benefícios financeiros.

Figura 12 - Barracas de praia – Ponta Grossa



Fonte: Acervo da autora (2016)

A organização comunitária no local encontra-se fortalecida, visto que existe um esforço coletivo da população local em manter a praia com os seu modo de vida tradicional, preservando a cultura e meio ambiente, caracterizando uma atividade turística desenvolvida com o controle efetivo da comunidade. É ela quem decide, até o momento, os rumos que a atividade irá tomar. Isso se deve, na visão do representante do GTL, pelo sentimento de pertencimento que foi construído nos

moradores, o que permite essa união e vontade coletiva de preservar o que eles já conquistaram.

A gente tem o sentimento de pertencimento, cada morador aqui tem. E tem orgulho de morar aqui e fazer o que faz e deixar do jeito que é com o protagonismo local das pessoas daqui, então com essa oportunidade, com esse pertencimento ai gera o cuidado. Ou você cuida ou você cai, ou a gente mantém o nosso meio ambiente equilibrado para ser um diferencial ou nós vamos ser piso e azulejo igual a todo canto que tem. Acho que isso eles tem internalizado muito bem e por isso que eu digo que a gente tem esse fortalecimento. (Representante do GTL de Ponta Grossa)

De acordo com o representante do GTL não existe também um interesse dos jovens de quererem sair da comunidade, eles crescem, estudam, mas querem ficar na comunidade. No entanto, ressalta que, para que eles possam ficar, é necessário haver oportunidade e, com o enfraquecimento da pesca, o turismo surge como uma alternativa. No que se refere aos benefícios observados pela comunidade são citados pela população a melhoria na qualidade de vida, a criação de uma fonte de renda alternativa à pesca, a geração de emprego e o intercâmbio de experiências e conhecimentos como demonstrado no quadro 13.

Quadro 13 - Benefícios do TBC percebidos na comunidade de Ponta Grossa

BENEFÍCIOS	RESPOSTAS
Melhoria da qualidade de vida,	Primeiro porque você percebe a melhoria da qualidade de vida das pessoas de imediato (Ponta Grossa)
Fonte de renda	<p>Então vê uma comunidade que dependia de uma fonte de renda e tendo outra para complementar é uma comunidade feliz. A gente não precisa de muito dinheiro, a gente só precisa trabalhar e ter o sustento (Ponta Grossa)</p> <p>Melhorou demais a vida da comunidade porque antes só dependia da pesca, e prefeitura e hoje não, tem muito trabalho para as pessoas. (Ponta Grossa)</p> <p>Antes a comunidade era a pesca e o funcionalismo público, agora, há dez anos, a gente vem desenvolvendo o turismo que é mais uma atividade para complementar a pesca que tem ajudado muito a comunidade (Ponta Grossa)</p>

Geração de emprego	Acho que o benefício é esse é dar autonomia às pessoas dar trabalho e dar melhor qualidade de vida (Ponta Grossa)
Intercâmbio de experiências e conhecimentos	Muito aprendizado. Você aprende muita coisa, pois convive com pessoas diferentes, para mim que sou guia é bom, você conhece muita gente, conhece outras culturas, troca experiências. (Ponta Grossa) A experiência e a aprendizagem com a atividade. (Ponta Grossa)

Fonte: Elaboração própria

Em entrevistas com os moradores, percebeu-se que há uma efetiva participação da comunidade nas reuniões da associação de turismo (GTL), com alguns membros muito assíduos, enquanto outros se recusam a participar por não trabalharem diretamente com o turismo. A participação ocorre, principalmente, pelo fato de os moradores perceberem as reuniões como um espaço disponível para discutir e buscar soluções para seus problemas.

A comunidade não identificou a presença de problemas advindos com o turismo. Na visão deles isso acontece porque o turismo é planejado, pelo fato da comunidade não vender terra para pessoas de fora da localidade e, ainda, pela comunidade estar fortalecida pela união de seus habitantes.

Para Tönnies (2004), a comunidade é construída da condição natural de uma união das vontades humanas, é a vida natural e orgânica em conjunto. Percebe-se, nesse sentido, que a comunidade de Ponta Grossa tem ainda essa relação comunitária muito bem definida, com fortes laços comuns, o que possibilita uma organização comunitária para o turismo.

4.3 SEGUNDO NÍVEL DE COLABORAÇÃO - RELAÇÃO COM ASSESSORIAS

A Tucum desde sua criação trabalha com entidades que fazem assessoria institucional. Atualmente são três assessorias: O Instituto Terramar de Assessoria à Pesca, a Associação Caiçara de Promoção Humana e a Associação de Desenvolvimento Local Co-Produzido – Adelco.

O Instituto Terramar é uma Organização Não-Governamental sem fins lucrativos, localizada em Fortaleza, criada em 1993. Tem como objetivo social contribuir para a justiça ambiental na Zona Costeira do Ceará. Tem como principais ações a afirmação dos territórios, a cultura e os modos de vida; a educação

ambiental contextualizada; o fortalecimento institucional das organizações comunitárias e a mobilização comunitária para garantia dos direitos coletivos dos povos da zona costeira.¹⁸ O Terramar já fazia assessoria às doze comunidades que iniciaram a Rede. Assessora, atualmente, dentro da Rede, as comunidades do litoral Oeste.

A Associação Caiçara é uma entidade do município de Icapuí que atua, principalmente, em projetos de turismo comunitário. Fundada no ano 2000, teve como um de seus primeiros projetos a construção de uma pousada na comunidade de Tremembé, Icapuí, em parceria com a instituição Italiana Tremembé. Parte dos lucros da pousada é revertido para a Caiçara, a fim de que ela possa investir em outros projetos. Atualmente, as iniciativas não se restringem ao município de Icapuí, mas ocorrem também em outros municípios como Aracati e Fortaleza. Ressalta-se que a comunidade de Tremembé não conseguiu formar um Grupo de Turismo Local e que somente a pousada Tremembé é que integra a Tucum. A Caiçara faz a assessoria, dentro da Rede, das comunidades do litoral Leste.

A ADELCO é uma entidade sem fins lucrativos, localizada em Fortaleza. Fundada em 2001, atua nas áreas de economia popular e solidária; participação e organização política; segurança alimentar e nutricional; desenvolvimento institucional; meio ambiente, agroecologia e habitabilidade.¹⁹ Trabalha, principalmente, com as etnias indígenas do Ceará e assessora na Rede as aldeias indígenas integrantes da Tucum: Tapebas e Jenipapo-Kanindé.

O trabalho de ONGs junto às comunidades no desenvolvimento de um turismo alternativo, revela um outro ator social na configuração da rede de turismo comunitário: o terceiro setor. A atuação deste setor como ator social do turismo vem crescendo nos últimos anos, acompanhando o processo de discussões acerca dos impactos causados pelo turismo convencional, bem como a necessidade de novas formas de organização do turismo. Tem como principais funções a sensibilização, a organização e a articulação das comunidades na elaboração de novas práticas de turismo, na formação da população local e na captação de recursos para projetos realizados na comunidade.

¹⁸ Informações retiradas do site <terramar.org.br>. Acesso em: 26 mai 2016.

¹⁹ Informações retiradas do site <adelco.org.br>. Acesso em 26 mai 2016.

Quadro 14 - Papel das assessorias na Rede Tucum

ORGANIZAÇÃO	RESPOSTAS
ADELCO	“Hoje a ADELCO trabalha mais no fortalecimento das comunidades do que da própria rede então a gente trabalha muito nas comunidades indígenas fortalecendo essa vertente do turismo.”
ASSOCIAÇÃO CAIÇARA	“Mais assessoria, tipo na formação de condutor de trilhas, parte de gestão, orientando quando tem pessoas novas no grupo que precisam de formação e também quando eles identificam uma necessidade no que a gente é possível ajudar, se a gente não pode fazer, busca parceiros. A gente tem ajudado dessa forma”.
TERRAMAR	“A gente tem uns acordos, então, como nós somos parceiro da comunidade a gente visita a comunidade para uma pauta mais ampla e foca também no GT de turismo, acompanha um pouco. Nós fizemos alguns aportes de recurso para a estruturação de Tatajuba e Caetanos de Cima, fizemos um edital que favoreceu nove comunidades. Fizemos uma oficina de elaboração de projetos, construímos um edital e nove comunidades acessaram, executaram o recurso direitinho (...) isso foi para que eles exercitassem um pouco a possibilidade deles desenvolverem projetos e de captação também.”

Fonte: Elaboração própria

O objetivo dessas assessorias é criar um ambiente no qual as comunidades possam ser autônomas no processo de desenvolvimento local e na organização comunitária, no entanto esse parece ser um objetivo a longo prazo. Muitas comunidades dependem, ainda, de um forte acompanhamento para que os GTL funcionem ou para que eles possam se fortalecer.

Algumas comunidades elas já conseguem se sobressair, caminhar sozinhas, outras não, ainda tem uma certa dependência, elas precisam de uma assessoria, elas precisam de uma entidade, precisam ter um projeto concreto para poder se manter (...) algumas ainda tem essa dependência. Infelizmente, a gente é uma rede que ainda não consegue caminhar com as próprias pernas (Assessora da Associação Caiçara).

A autonomia das comunidades na visão das assessorias é essencial para que a Rede possa continuar com o trabalho independente das assessorias. Os GTLs tem que estar organizados, construindo o processo do turismo comunitário dentro das comunidades para, a partir daí, propagar para o restante da Rede.

A autonomia é uma questão forte para nós, porque se não tiver autonomia localmente o turismo comunitário não vai funcionar, como não vão funcionar outras coisas. Acho que é muito importante o debate da autonomia, da liberdade criativa dos grupos, agora tem alguns acordos que eles estão criados que não é nem para limitar a criatividade das

comunidades e a autonomia, mas é para tentar fazer que a gente não fuja muito daquilo que é o propósito da rede (Assessora do Terramar).

Essa dependência de algumas comunidades quanto ao acompanhamento da assessoria se constitui em um entrave, tanto porque limita a autonomia das mesmas, quanto porque as assessorias sofrem com algumas dificuldades como a falta de recurso financeiro e pessoal para dar uma assistência mais próxima, principalmente, devido à extensão da rede. A ausência de um acompanhamento mais incisivo, no que se refere a Rede, acaba prejudicando as comunidades mais dependentes, o que impossibilita a organização comunitária e o fortalecimento das mesmas.

Além da falta de recursos e de pessoal, outro problema encontrado pelas assessorias, que prejudica os GTLs, é a falta de continuidade dos moradores nos grupos. Algumas pessoas que participaram das primeiras formações no início da Rede, já não fazem mais parte. Alguns GTLs se esvaziaram e, em outros, entraram membros novatos que necessitam de novas formações. Uma das estratégias pensadas para superar esse entrave foi a criação da Escola Popular de Turismo Comunitário. Percebeu-se que os GTLs eram formados, principalmente, por adultos, sem muita participação dos jovens e que esses, muitas vezes, por questões pessoais (trabalho, família e estudo), precisavam sair do Grupo de Turismo. A Escola foi pensada, justamente, para agregar a juventude nas discussões sobre território, trabalho e turismo comunitário, além de estimular a participação deles nos grupos, buscando, assim, sempre mobilizar mais pessoas a participar, dando vida aos GTLs.

4.4 SEGUNDO NÍVEL DE COLABORAÇÃO - RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

Um dos grandes desafios para o desenvolvimento do turismo comunitário é a política pública dos municípios, Estados e Governo Federal, que ainda não incidem diretamente nesse modelo de turismo. O Governo Federal, mesmo com o surgimento de número significativo de iniciativas de TBC em todo o país, não possui uma política específica para o desenvolvimento das mesmas, fazendo apenas ações pontuais como, por exemplo, o lançamento do Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur Nº 001/2008 de apoio financeiro ao turismo de base comunitária. A Tucum acessou esse edital, que foi usado para realizar o projeto

“Historiando”, em quatro comunidades, para a formação em gestão, consultoria e para a construção do *site*. O edital foi resultado de pressões por parte de ONGs e de comunidades junto ao Poder Público Federal. Algumas iniciativas influenciaram na elaboração do documento, cujo resultado, no entanto, de acordo com a visão da assessora do Instituto Terramar, não foi o esperado, tendo em vista que o processo de execução e prestação de contas foi muito burocrático, o que impossibilitou várias outras iniciativas de executá-lo.

O desenvolvimento do TBC nas comunidades pesquisadas se desenvolveu sem o suporte do governo do Estado e ocorreu devido ao trabalho, à luta das próprias comunidades e à assessoria de organizações não-governamentais. Mesmo com o reconhecimento em âmbito nacional e mundial da Rede e com a capacidade de atração de turistas de outros estados e países, ainda não surgiram efetivas colaborações por parte do Governo do Estado do Ceará.

Além da ausência de políticas públicas e projetos voltados especificamente para o turismo comunitário no Estado, existe uma necessidade muito grande de ações do Poder Público Estadual e Municipal, junto a outras áreas dentro das comunidades, que auxiliariam bastante no desenvolvimento da comunidade e do turismo. Áreas como comunicação, infraestrutura, educação e saúde ainda são precárias na maioria das comunidades pesquisadas. Políticas públicas voltadas para essas áreas resultariam tanto na melhoria da qualidade de vida para a população como auxiliaria no desenvolvimento do turismo.

Em conversa com as administrações municipais das comunidades pesquisadas foram identificados quatro eixos de ações voltadas ao turismo no município: Infraestrutura, Promoção, Capacitação e Eventos como apresentado no quadro 15:

Quadro 15 - Ações da administração municipal voltadas ao turismo

EIXOS MUNICÍPIOS	INFRAESTRUTURA	PROMOÇÃO	CAPACITAÇÃO	EVENTOS
AQUIRAZ			A gente parte de um programa de turismo sustentável local, aonde toda a mão de obra seja qualificada e preparada para poder atender o	

			anseio da demanda das construções dos empreendimentos turísticos.	
BEBERIBE	Foram feitas algumas melhorias: nos acessos, na parte de iluminação, nos estabelecimentos de alimentação. No que cabe ao poder público foi feito para melhorar a infraestrutura.	Foi trabalhado um projeto de <i>marketing</i> que envolvesse todo o litoral. Criamos o projeto “Praia de Beberibe: um paraíso de cores”, um projeto que contempla todo o litoral (...) Esse projeto vai desde redes sociais, sites, outdoors e material com folders para poder divulgar todo o nosso litoral.	Fizemos parcerias com o SEBRAE e SENAC. E nós, hoje, levamos capacitação para todos os distritos do município, inclusive todo o litoral, foi uma média de 1500 pessoas capacitadas.	A prefeitura dá um apoio, também, no setor de eventos,
FORTIM	A gente veio com um projeto de melhorar o acesso. Lógico que ainda tem muito a ser feito. Mas alguns espaços estão sendo restaurados.	A gente está agora em um processo de divulgação muito forte do município de Fortim. A gente faz parte, hoje, de uma rota, a “Rota das Emoções”, que é uma rota nacional, e a gente faz parte da “Rota das Falésias”.	Começou uma série de capacitações, (...) a gente começou em parceria com o SEBRAE e fez três capacitações na área gerencial e tecnológica.	Começou a fomentar mais os eventos, começou a trazer mais qualidade aos eventos, trazer mais estrutura para os eventos e os eventos foram se tornando cada vez mais convocantes.
ICAPUÍ	O acesso às praias é um grande problema que nós temos, o investimento nos acessos as praias e a infraestrutura das praias. A estrada é horrível (...) A gente está vendo algumas ações com o governo do Estado (...) do ponto de vista de infraestrutura.	Foi definido ano passado uma política de divulgação da nossa cidade (...) Tem melhorado muito as inserções nas mídia, na rede, nas redes sociais (...) tem saído muitas inserções na mídia estadual sobre Ponta Grossa, Requenguela, Peroba, algumas das principais praias da cidade.		

Fonte: Elaboração própria

O que se observa, no entanto, é que na questão da infraestrutura as ações para as comunidades pesquisadas são ainda incipientes, como acesso, iluminação, e, principalmente, comunicação. Como afirma Swarbrooke (2000), é função do poder público fornecer a infraestrutura necessária para que a atividade turística possa ocorrer, no entanto o que se verifica nesses municípios é que a infraestrutura, quando é efetivada, prioriza a iniciativa privada, que possui um poder maior para pressionar o Estado como afirma Fratucci (2008), deixando muitas vezes as iniciativas de TBC à margem do processo e em uma constante luta para que o Estado cumpra a sua função.

No que se refere à promoção, ocorre um movimento de reconhecimento, por parte dos poderes públicos municipais, da capacidade de atração de visitantes com base na organização dessas comunidades no que se refere à atividade turística. As iniciativas são postas como uma diversificação do produto turístico desses municípios, o que possibilita a vinda de uma demanda diferenciada, tendo em vista que nesses municípios predomina o desenvolvimento de um turismo convencional focado no produto sol e mar, como uma continuação de uma política pública iniciada, ainda, na década de 1990. Como apontam Araújo & Moura (2007) e Vasconcelos (2005), esta política que prioriza a entrada de capital privado externo para a construção de empreendimentos de grande porte, deixa, dessa forma, à margem do processo de desenvolvimento, comunidades que resistem à apropriação de seus territórios por esse capital.

Em relação à capacitação da população, estas são realizadas, principalmente, em parceria com o SEBRAE, podendo ou não, dependendo do município, beneficiar as comunidades integrantes da Rede. No entanto, o turismo comunitário requer capacitações e formações diferenciadas e um dos pontos levantados acerca da atuação da Rede é que ela possa ter acesso aos recursos do governo para formação, de modo que a própria possa trabalhar nesse sentido, garantindo que seus princípios e diretrizes sejam assegurados.

No eixo dos eventos, existe um apoio por parte das prefeituras na realização de atos culturais dentro das iniciativas de TBC, como as regatas, no caso da Prainha, a Festa do Marco Vivo na comunidade de Jenipapo Kanindé, e os festejos juninos no Assentamento Coqueirinho.

A relação entre a administração municipal e as comunidades ocorre de formas distintas, dependendo de como o turismo convencional se desenvolveu no município. No caso do município de Icapuí, que não possui, ainda, nem um destino de turismo convencional consolidado, Ponta Grossa representa um dos principais destinos do município. Essa comunidade já possui um fluxo de turismo estável devido, em parte, ao turista que vem da Praia de Canoa Quebrada. Pessoas da comunidade integram o Grupo de Turismo e participam das decisões do município referente ao turismo. A ausência de política pública do município se refere não só a comunidade de Ponta Grossa, pelo fato dela desenvolver um turismo comunitário, mas pelo fato de que os projetos e ações para esse setor no município ainda serem bastante escassos, e o turismo enquanto política pública não estar estruturado.

Na visão da Secretaria, o turismo comunitário, embora seja uma possibilidade de melhoria para o município, sua efetividade depende muito da concepção de cada comunidade.

Acho que [o turismo comunitário] deveria ser a saída, mas não é fácil porque quando você tenta trazer o modelo de Ponta Grossa para uma praia como Tremembé, que tem uma cultura totalmente diferente que estão preocupados com grandes eventos que todo ano é solicitado que seja feito carnaval lá. Então é um estilo diferente de ver as coisas. Deu certo lá para Ponta Grossa, mas se levar para Tremembé talvez não dê certo lá, devido a concepção da comunidade com certeza para Ponta Grossa ter essa visão também foi feito um trabalho dirigido para lá, mas eu certamente acredito que seria a melhor coisa a ser feita para preservar o nosso produto que são a nossas belezas naturais (Secretário de Turismo de Icapuí)

Observa-se no discurso acima que existe uma falta de compreensão mais ampla sobre o TBC, o secretário confunde o turismo de base comunitária como um segmento de turismo e, na verdade, o TBC, como afirma Castro e Pinto (2013), é uma forma de desenvolver a atividade turística, a qual pode estar relacionada com diversos segmentos de turismo como o ecoturismo, o turismo de aventura, o turismo cultural, dependendo do que a comunidade tem para oferecer ao visitante. O modelo de gestão do processo de desenvolvimento da atividade turística é que vai diferenciar se o turismo naquela comunidade é de base comunitária ou convencional.

Na fala do secretário, no entanto, é possível perceber uma compreensão da necessidade da construção de uma disposição coletiva da população que

permitirá a organização comunitária e a participação popular necessárias para que o TBC possa se desenvolver. Para o secretário, o entrave maior do turismo comunitário em Ponta Grossa é a questão da infraestrutura que envolve a estrada de acesso, o processo urbanístico que deve ser cauteloso para não descaracterizar a comunidade, a iluminação, entre outros. Ele entende que esse é o papel da Prefeitura, e que há muito a se fazer para atender as necessidades da comunidade que, no caso, vão além do turismo.

O município de Fortim também apresenta um processo inicial de desenvolvimento do turismo. Não conta com atrativos consolidados, mas já vive a realidade de grandes empreendimentos hoteleiros internacionais. Um plano de divulgação mais intenso vem sendo recentemente trabalhado e, por isso, o município vem ganhando um pouco mais de visibilidade. O turismo comunitário desenvolvido lá é visto como uma forma de diversificar o produto oferecido ao turista. A comunidade mantém uma relação forte com o poder público, inclusive há uma pessoa da comunidade que trabalha na Secretaria de Turismo e Cultura. No entanto, não se observam muitas ações por parte do poder público no tocante ao fortalecimento do turismo comunitário no assentamento. Um dos entraves apontados pelo secretário é a necessidade de uma maior abertura da comunidade para o diálogo, pois a mesma, pelo fato de sentir certo receio de que determinadas ações propostas pela Prefeitura venham a descaracterizar o turismo comunitário, não se abre a uma parceria mais amistosa.

Porque a parceria se faz mais receptiva quando os dois conversam e as opiniões de ambos são incluídas ali, mas quando a opinião só de um entra ali e a gente precisa acatar, porque é comunidade então não existe talvez tanta parceria existe uma aceitação porque gestão pública é gestão do povo para o povo. (Secretário de turismo de Fortim)

Para os representantes do GTLs de Coqueirinho, no entanto, as ações da Prefeitura não conseguiram, ainda, beneficiar o turismo desenvolvido pela comunidade.

No município de Beberibe se localizam dois dos principais destinos turísticos do Estado do Ceará: a praia de Morro Branco e a Praia das Fontes. Essas duas praias tem uma história de ocupação por veranistas e empreendimentos hoteleiros de grande porte. A Prainha do Canto Verde, por sua história de luta e reconhecimento nacional e internacional como uma das

principais iniciativas de turismo comunitário do Ceará e do Brasil, ganhou seu espaço no turismo do município.

Para o município é um diferencial porque o nosso turismo é de praia e sol, (...) lá é outra proposta é outro tipo de público que quer um turismo mais calmo, conhecer a realidade do dia a dia na comunidade de pescador de estar dentro da casa da pessoa e vê como é que é o ambiente de quem mora perto da praia. Eu vejo como positivo por que é mais um atrativo para quem vem para Beberibe. (representante da Secretaria de Turismo de Beberibe)

Para o representante da secretaria de turismo um dos obstáculos encontrados no diálogo entre a Prainha e a administração pública é a questão política existente entre a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde e a Associação Independente.

Entrave que, às vezes, eu vejo é questão política. Muitas vezes a gente quer levar um projeto, quer levar alguma ação, mas existe algumas pessoas que não, não é meu lado político não quero que você se envolva na minha comunidade. O entrave que às vezes acontece é esse. É mais de uma população ser a favor da Resex e outra ser contra. (Coordenador administrativo da Secretaria de Turismo de Beberibe)

Por fim, o município de Aquiraz é um destino consolidado, principalmente pela praia do Porto das Dunas, que já foi bastante modificada e urbanizada. Lá se localiza o complexo turístico *Beach Park*, uma das principais atrações do Ceará, e diversos *resorts* e hotéis de grande porte.

O representante da Secretaria de Turismo e Cultura mostrou um certo conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pela aldeia indígena do Jenipapo-Kanindé no que se refere ao turismo comunitário. Na visão do poder público, o turismo comunitário é importante para as comunidades litorâneas, que ficam muito fragilizadas com a pressão imposta pelo turismo convencional. O TBC pode ser um mecanismo para barrar os impactos negativos desse processo.

Acho que o turismo comunitário é uma grande oportunidade porque os empresários estão dentro do local (...) As comunidades litorâneas ficam expostas, vem os investidores, aí traz a prostituição e a droga, traz as diferenças sociais, traz o trabalho infantil...Se você vê lá [na comunidade do Jenipapo-Kanindé] não tem nada disso. (...)

No entanto, a secretaria não possui ações diretas para o desenvolvimento do turismo, no que se refere a infraestrutura, promoção e capacitação da

comunidade. O único apoio por parte do poder público é durante a Festa do Marco Vivo e a cessão do local onde está instalada a pousada comunitária e o Museu Indígena, que era uma antiga escola da rede municipal.

A questão das restrições apresentadas pela comunidade, por suas próprias características, por ser uma aldeia indígena, foram colocadas como entraves para o desenvolvimento do turismo comunitário.

Como é uma comunidade tradicional indígena aí acontece que sempre fica as suas restrições. Aqui você pode, aqui você não pode. Estou até achando interessante como a Rede Tucum está tendo tanto sucesso. (Gerente de desenvolvimento turístico de Aquiraz)

Ressalta-se que o desenvolvimento do turismo comunitário na localidade de Jenipapo se deve, portanto, principalmente, ao trabalho da própria comunidade, da participação dos mesmos em eventos e no relacionamento deles como instituições de ensino, pesquisa e entidades não governamentais.

A relação com o Estado é vista como um desafio por parte da Rede devido às poucas ações desenvolvidas pelo poder público e pela inexistência de políticas públicas que venham realmente a influenciar favoravelmente o processo de desenvolvimento do turismo comunitário.

Ressalta-se que as políticas públicas necessárias para as comunidades vão além das voltadas especificamente para o turismo e que, por isso, há um debate travado dentro das iniciativas e da própria Rede, dada a necessidade de continuar a luta por políticas públicas que contribuam com benefícios para as comunidades e para o fortalecimento do turismo comunitário no Brasil. Na visão da Rede, o turismo comunitário no país deve se tornar uma política pública e o Estado tem como papel central financiá-lo assim como financia o turismo convencional, seja nas formações, seja em infraestrutura, seja em promoção, ou em projetos mais específicos.

4.5 TERCEIRO NÍVEL DE COLABORAÇÃO - RELAÇÃO ENTRE COMUNIDADES

Levando em consideração o terceiro nível de colaboração, que se refere às relações entre as comunidades, o principal ponto a ser analisado e identificado é como ocorre o processo de conexão entre essas comunidades. Para Burgos & Mertens (2015) e Tolkach, King & Pearlman (2013), as redes sociais vão compreender um conjunto de nós que estabelecem conexões específicas. Dessa

forma, pode-se identificar que as conexões dentro da Tucum foram realizadas como resultado das lutas em defesa do território e da afirmação de sua identidade. É amparado na história de luta pela terra e do enfrentamento e resistência à apropriação dos seus territórios (seja por empresas do turismo convencional, da especulação imobiliária ou de outros empreendimentos como fazenda de camarões e parques eólicos), que estas comunidades entram em conexão. A percepção da importância da garantia do território e a necessidade da efetiva participação da população local na construção da sociedade que almejam, assim como a garantia da preservação do meio ambiente em que vivem, com suas atividades econômicas tradicionais e sua cultura foram pontos iniciais para a construção de processos de comunicação entre as comunidades.

Esse processo de comunicação possibilitou o intercâmbio e a troca de experiências e de conhecimentos. Isso fez com que se construísse um contexto comum de significado no que se refere ao desenvolvimento da comunidade e no que se refere ao fenômeno do turismo. Cada vez mais se sentia a necessidade de debates sobre o turismo convencional, sobre o processo de desenvolvimento que ele acarreta, e sobre as possibilidades de as próprias comunidades protagonizarem o processo de desenvolvimento turístico local. As comunidades já possuíam um contato, ainda que inicial, com o turismo e perceberam nessa atividade uma estratégia de defesa do território e de afirmação da identidade cultural, como complementação da renda, incluindo uma outra atividade produtiva em sua comunidade. No entanto, entendiam que, se não fossem sujeitos ativos nesse processo não teriam o controle das transformações socioespaciais do local onde vivem.

O turismo comunitário afirma culturalmente, afirma direito ao território, ele apoia muito. É uma estratégia de resistência importante para a comunidade perceber a potencialidade que tem no território com as suas atividades tradicionais. (Assessora do Instituto Terramar)

Essas conexões foram possibilitadas e potencializadas pelas assessorias de organizações não-governamentais que trabalhavam na zona costeira e que construíram esse elo de comunicação, de intercâmbio e de troca entre essas comunidades.

Um dos critérios que foi usado para convidar essas comunidades, inicialmente, foi esse contato, foi o debate e o embate que se travou contra o turismo convencional nessas comunidades. A gente percebia a potencialidade e a energia que circulava nessas comunidades de construir roteiros, de receber visitantes, quase todas já recebiam visitantes, faziam eventos (...) (Assessora do Instituto Terramar)

Assim, construíram-se vínculos de interdependência para a formação da Rede Tucum, tendo como objetivo um processo de fortalecimento das comunidades, mesmo com as diferenças e peculiaridades entre as iniciativas. Essas diferenças são essenciais para que haja o processo de troca de experiências, no entanto, podem ocasionar barreiras na construção do contexto comum de valores e significados do fenômeno do turismo dentro da Rede. Enquanto algumas comunidades já têm o turismo estruturado, com fluxo constante de turistas, como a Prainha do Canto Verde e Ponta Grossa; outras dependem de estímulos para que os turistas cheguem a elas, como o Assentamento Coqueirinho e o Jenipapo-Kanindé. Com isso algumas comunidades acabam esperando somente da Tucum um trabalho capaz de organizar e estimular os Grupo de Turismo Local e a vinda de turistas, mesmo elas tendo a compreensão de que a Rede é o trabalho das próprias comunidades. Esquecem, ainda, que os GTs são a base da Rede e que estes precisam estar fortalecidos para que a Rede possa atuar.

Acho que o papel fundamental dos GTs para a rede é fortalecer (...) Acho que a gente tem que estar sempre fortalecendo, unificando para que ela nunca deixe de existir, porque se não for nós (...) se a gente não der força, se não tiver aquela questão da responsabilidade para manter a rede, eu acho que não vai para frente (Jenipapo-Kanindé).

Atualmente, existem algumas comunidades que não estão participando ativamente da Rede e outras em que a proposta de turismo comunitário enfraqueceu bastante.

Para falar a verdade nós estamos realmente muito desestimulados mesmo. Aqui o turismo já esteve em alta. [Atualmente] a gente pouco vai para os encontros da Rede Tucum, nem da Assembleia nós participamos este ano. Está difícil assim para a gente. Muito difícil. (Assentamento Coqueirinho)

Nesse sentido, o processo de cooperação entre as comunidades se encontra enfraquecido. Enquanto algumas iniciativas vão perdendo forças nas relações internas nas comunidades, aquelas que estão fortalecidas não conseguem auxiliá-las.

[A Rede] está enfraquecida, porque a própria rede não auxilia, não ajuda a buscar uma estratégia. Porque se é uma rede, o problema de um, é [problema] de todos. A gente está sentido esta falta mesmo, de trazer turista, de buscar esta estratégia. Está enfraquecida mesmo na minha opinião. (Assentamento Coqueirinho)

Ela [a Rede] deve se fortalecer mais. As comunidades podem chegar mais perto da [coordenação] executiva, a [coordenação] executiva mais perto da secretaria, e ver como é que isso se encaixa, para a gente sentir mais a rede agir. Falta um pouquinho mais de energia nesse negócio. Acho que a rede é uma proposta bonita, que dá para acontecer. A gente já fez vários modelos de pacotes que dá para acontecer, mas precisa ser mais balanceada. (Ponta Grossa)

Alguns fatores são apontados como causas dessa dificuldade no processo de cooperação: a comunicação precária e a falta de recursos. O problema da comunicação é um dos principais problemas enfrentados pela Rede, pois esta ganha vida a partir das conexões entre os diversos nós. As conexões não são nada mais que processos de comunicação entre esses pontos que permitem a construção de um contexto comum de valores, que criam vínculos de interdependência na rede. Se estes nós não conseguem se comunicar, todo o processo de construção da Rede entra em colapso, enfraquecendo as conexões e levando ao seu fim. Todavia, a questão da comunicação vai além da Rede, pois se dá, principalmente, pela falta de infraestrutura dentro das comunidades, como por exemplo, a manutenção do sinal de telefonia celular e nas redes de internet, o que é papel do Poder Público.

Desse modo, verifica-se outro entrave, pois, sabendo-se que as ações para a infraestrutura do Poder Público voltadas para essas comunidades são bastante incipientes, fica então para a comunidade a resolução desse problema por meio da organização comunitária e de suas lutas. A Rede vem tentando superar essa dificuldade através de projetos que focam na comunicação comunitária e em projetos com equipamentos capazes de atender a essa necessidade.

Outra dificuldade é a falta de recursos para que a Rede possa atuar junto ao GTLs. O Sistema de financiamento da Rede não está funcionando, muitos GTLs não conseguem arrecadar uma quantia necessária para repassar à Tucum.

E outras iniciativas que conseguem, às vezes, não fazem o repasse. Dessa forma, a Rede não possui um caixa para custear questões como: divulgação, funcionamento da Secretaria (que serve apenas como operadora turística e ponte entre as coordenações e as comunidades) e o funcionamento das próprias coordenações, para que possam fazer um trabalho mais próximo dos Grupos de Turismo nas comunidades. Muitas vezes esse trabalho acaba sendo realizado pelas assessorias, que também sofrem com a falta de recursos.

Infere-se daí que a integração da Rede encontra-se enfraquecida, o que impossibilita um processo de ajuda a algumas comunidades cujos GTL também estão enfraquecidos. Observa-se, no entanto, um trabalho da Rede no intuito de superar esses entraves com alguns projetos como a Escola Popular de Turismo, o Projeto Tucum – Tecendo Comunicação Solidária, e os trabalhos e formações realizados em encontros e assembleias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno do turismo pode ser entendido como uma complexa rede de relações na qual fazem parte diversos atores sociais, que têm como elemento de conectividade o deslocamento de pessoas em seu momento de lazer. A maneira pela qual estes atores interagem vai influenciar diretamente na forma como esta atividade se desenvolverá nas comunidades receptoras. Nesse caso, o turismo convencional e o turismo alternativo vão se diferenciar pelo modo como estes atores se relacionam entre si, observando as relações de poder existentes e o papel que cada um exerce no planejamento e no desenvolvimento da atividade turística.

Dentro dessa complexa rede de relações que envolvem o turismo alternativo, iniciativas de turismo comunitário, que vêm emergindo nas últimas duas décadas, buscam como mecanismo de fortalecimento das experiências a construção de redes de turismo comunitário. Estas constituem redes sociais de contrapoder que se assemelham as redes de movimentos sociais por constituírem uma organização coletiva para o fortalecimento de comunidades na busca por um outro modelo de atividade turística.

A pesquisa mostrou que as relações entre os diversos atores sociais de turismo dentro dessas redes se dá pela existência de conexões, as quais de acordo com Capra (2002) e Castells (2013) são processos de comunicação que, ao se tornarem constantes, provocam um processo de retroalimentação que permite a construção de um contexto comum de valores, crenças, concepção de mundo e de desenvolvimento do turismo que faz emergir um sentimento de pertencimento e identidade dentro da Rede. Os atores integrantes da rede são heterogêneos e autônomos, mas se conectam por elos em comum tais como: a luta pela terra, a afirmação de suas identidades e o desenvolvimento do turismo de base comunitária. Criam-se, então, os vínculos solidários de que fala Rovere (1999), ou seja, comportamentos entre os atores baseados na solidariedade e na cooperação. Surgem vínculos de interdependência como afirma Tolkach, King & Pearlman (2013), que permitem o intercâmbio de conhecimentos e de experiências como estratégia para o fortalecimento de lutas e iniciativas de TBC.

Observou-se, também, a partir da concepção de Tolkach, King & Pearlman, (2013) que as relações de colaboração acontecem em três níveis diferentes. A forma como estas relações de colaboração está efetivamente, ocorrendo em cada um destes níveis pode influenciar de forma positiva ou negativa toda a Rede.

Analisando o primeiro nível de colaboração, pode-se perceber que o turismo de base comunitária necessita, essencialmente, de que os laços comunitários estejam fortemente estabelecidos e que seja construída uma vontade coletiva de valores, crenças e concepções de desenvolvimento que possibilitem a organização comunitária e a efetiva participação popular dentro da comunidade. Essa participação e organização devem ir além da atividade turística e, por isso, são fortemente influenciadas por diversos fatores. como por exemplo: a questão do território, as relações sociais, a formação política, a infraestrutura básica, questões culturais, oportunidades de emprego e renda.

No segundo nível ocorrem as relações entre as comunidades e os parceiros, que são as assessorias institucionais, o poder público, a academia e as operadoras turísticas. Ressalta-se que, dependendo da estrutura reticular formada, esses parceiros podem ou não ser integrantes da rede. Essas parcerias são essenciais para suprir as necessidades enfrentadas pelas comunidades como a falta de infraestrutura básica, a promoção e comercialização de produtos, o fornecimento de dados sobre a atividade turística de base comunitária, a assessoria técnica e, em alguns casos, os recursos financeiros.

No terceiro nível, no qual se estabelecem os vínculos solidários entre as comunidades, criam-se as conexões que permitem a integração à rede. É necessário, dessa forma, que se criem processos de comunicação que sejam constantemente retroalimentados para que se construa um sentimento de colaboração entre as iniciativas, e assim, possibilite a ajuda mútua entre os nós.

Dentro do que foi exposto, a Rede Tucum se destaca nesse cenário por ser uma rede de turismo de base comunitária, localizada no litoral cearense, que une 15 iniciativas de TBC, e vem trabalhando na tentativa de promover o intercâmbio e a troca de vivências e experiências. Desde a sua criação tem vivenciando experiências positivas, assim como desafios na construção de um trabalho coletivo para o fortalecimento do turismo de base comunitária na região.

Percebeu-se que os Grupos de Turismo Local são a base da Rede Tucum. Eles são a representação de todas as pessoas integrantes da atividade turística e, por isso, precisam estar organizados e fortalecidos para que o TBC possa acontecer. Identificou-se, também, que as comunidades pesquisadas vêm enfrentando diferentes etapas do processo de construção do turismo. A comunidade de Ponta Grossa possui um fluxo turístico constante, com laços

comunitários bem definidos e um Grupo de Turismo Local fortalecido. A Prainha do Canto Verde enfrenta um processo de desarticulação da organização comunitária que já influenciou o GTL de forma negativa com a saída de alguns integrantes, o que pode vir a prejudicar cada vez mais, caso não haja ações de mobilização e de reconstrução de uma vontade coletiva para o turismo. O Assentamento Coqueirinho, por sua vez, sofreu uma baixa significativa no turismo que, aliada a um processo de saída dos jovens da localidade, vem refletindo na desarticulação do Grupo de Turismo Local. Já a Aldeia Indígena Jenipapo-Kanindé apesar de ter um grupo de turismo atuante, não tem conseguindo mobilizar novos participantes na rede de turismo o que dificulta a construção de uma vontade coletiva para o TBC, na aldeia, e pode prejudicar processo de organização e a continuidade do GTL.

Ficou claro que, na Rede Tucum, o trabalho das ONGs como atores sociais é essencial no processo de fortalecimento e na articulação da construção do turismo comunitário. Elas atuam como pontos mediadores que estimulam as conexões entre as iniciativas de TBC e dão apoio na formação política e na organização comunitária dentro dos GTLs.

Observou-se, também, que a conexão do poder público com a Rede é muito frágil. As iniciativas apesar de começarem a ter o seu reconhecimento pelas administrações municipais, ainda não conseguem pressionar efetivamente O Poder Público por ações necessárias para o desenvolvimento da atividade turística, tais como as questões de infraestrutura básica e de comunicação.

No terceiro nível de colaboração, ficou evidente que as conexões entre as comunidades foram estabelecidas por meio de elos em comum: a luta pelo território, a afirmação de suas identidades e o desenvolvimento do turismo comunitário. Esses elementos de similaridade entre as comunidades permitiram a construção dos vínculos solidários e de interdependência que levou à formação da Rede Tucum. No entanto, o processo de colaboração entre os integrantes da Rede encontram-se enfraquecido, principalmente, devido às barreiras no processo de comunicação e à falta de recursos enfrentado pela Rede e pelas comunidades. As comunidades que possuem seus GTLs mais fortalecidos não conseguem auxiliar as comunidades que se encontram enfraquecidas, o que gera conflitos dentro da Rede, causando a desarticulação das conexões.

Nessas circunstâncias, sugerem-se algumas ações a serem efetivadas em cada nível de colaboração da Rede Tucum, conforme apresentado no quadro 16.

Quadro 16 – Sugestões de ações a serem efetivada por nível de colaboração

NÍVEL DE COLABORAÇÃO	AÇÕES
Primeiro nível de colaboração (Relações dentro da comunidade)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecer os Grupos de Turismo Local por meio de formações. 2. Garantir o financiamento interno dos Grupos de Turismo Local 3. Promover ações de mobilização e formação com jovens. 4. Inserir as crianças no processo de organização comunitária por meio de atividades lúdicas e de aprendizagem.
Segundo nível de colaboração (Relações entre comunidades e parceiros)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer um diálogo constante com as administrações municipais e estaduais. 2. Pressionar o poder público para a garantia da infraestrutura básica. 3. Criar parcerias para a comercialização das iniciativas.
Terceiro nível de colaboração (Relações entre comunidades)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Garantir o financiamento interno da Rede. 2. Garantir o processo de comunicação constante entre as comunidades. 3. Possibilitar uma maior autonomia das comunidades

Fonte: Elaboração própria

Vale ressaltar, contudo, que não se esgotam neste trabalho as discussões acerca das redes de turismo comunitário, tendo em vista que o papel de cada nó que compõe a rede, os processos que os conectam e o significado construído dentro delas, considerando os diferentes níveis de colaboração, é um tema que necessita ser aprofundado. Além disso, entende-se, com fundamento nesta pesquisa que as realidades, as potencialidades, o cotidiano e os conflitos de cada comunidade são distintos e específicos. Portanto, há a necessidade de pesquisas que contemplem outras comunidades da Rede Tucum, outras redes de turismo comunitário, e outros questionamentos que possam vir a surgir a partir dos resultados apresentados, contribuindo cada vez mais para o fortalecimento dessas iniciativas.

REFERÊNCIAS

- Antunes, T. d. (2008). *Construção étnica e políticas públicas: mobilização, política e cultura dos índios Jenipapo-Kanindé*. Fortaleza: (Dissertação de Mestrado) MAPPS – UECE.
- Aramberri, J. (2001). The host should get lost: paradigms in the Tourism Theory. *Annals of Tourism Research*. Vol. 28, N. 3., pp. pp. 738-761.
- Araújo, L. M., & Moura, F. B. (2007). A expansão do turismo na zona costeira nordestina: crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural. In: L. N. Coriolano, & F. P. Vasconcelos, *O turismo e a relação sociedade-natureza: realidade, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE.
- Araújo, M. (2011). O início do pensamento em torno do turismo de base comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. *Turismo em Análise*, v.22, n.2, pp. 238-276.
- Arendt, H. (2007). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Barbosa, L. M. (2011). *Redes de territórios solidários do turismo comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará*. 160f. (Dissertação de Mestrado) - *Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. (M. Penchel, Trad.) Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Boisier, S. (1999). *Desarrollo (local): ¿De qué estamos hablando?* Santiago de Chile: Documento comisionado por la Cámara de Comercio de Manizales, Colombia.
- Bordenave, J. E. (2007). *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense.
- Borges, C. I. (2011) *O turismo comunitário em comunidades tradicionais na zona costeira do ceará: em foco a experiência da Rede Tucum*. Fortaleza: (Dissertação de Mestrado) PPG-UFC.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. (M. Corrêa, Trad.) Campinas, SP: Papyrus.
- Boyer, M. (2003). *História do turismo de massa*. (V. Ribeiro, Trad.) Bauru: EDUSC.

- Brasil, M. d. (2008). *Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur/nº001/2008 - Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Burgos, A., & Mertens, F. (abr de 2015). A perspectiva relacional na gestão de base comunitária: o caso da Prainha do Canto Verde. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 15 n.1, pp. 81-98.
- Capra, F. (1996). *A teia da vida*. (N. R. Eicheberg, Trad.) São Paulo: Cultrix.
- Capra, F. (2002). *As conexões ocultas*. (M. B. Cipolla, Trad.) São Paulo: Cultrix.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Castro, L. L., & Pinto, R. (ago de 2013). Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teóricos-conceituais. *Caderno Virtual de Turismo*. v.13. n.2, pp. p.213-226.
- Corbin, A. (1989). *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Coriolano, L. M. (2009). O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: D. G. Roberto Bartholo, *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileira* (pp. 277-288). Brasília: Letra e Imagem.
- Coriolano, L. N., & Sampaio, C. A. (2008). Repensando o turismo comunitário e solidário. In: *Anais do X Seminário Internacional de Turismo* (pp. p. 01-21). Curitiba : UNICENP.
- Cruz, R. d. (2006). Planejamento governamental do turismo: convergência e contradições na produção do espaço. In: *América Latina: cidade, campo e turismo* (pp. 337-350). São Paulo : Clacso .
- Dantas, S. C. (2003). *Turismo, produção e apropriação do espaço e percepção ambiental: o caso de Canoa Quebrada, Aracati, Ceará*. Fortaleza: (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Ceará.
- Dias, L. C. (1995). Redes: emergência e organização. In: I. E. Castro, P. C. Gomes, & R. L. Corrêa, *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Figueiredo, S. J., & Ruschmann, D. V. (2004). Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. *Novos Cadernos NAEA*. v.7., pp. p. 171-203.
- Fonseca, M. A. (2005). *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal: EdUFRN.

- Fratucci, A. C. (2008). *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. 308f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Furtado, C. (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Nacional.
- Gil, A. C. (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas* v.35, n. 2, pp. p. 57-63.
- Gramsci, A. (2002). *Cartas do cárcere, v.1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hall, C. M. (2004). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.
- Harvey, D. (2008). *O neoliberalismo: histórias e implicações*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2013). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Haymann, J. L. (1973). *Investigacion y educacion*. Paidós.
- Irving, M. d. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: R. Bartholo, & D. G. (org.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem.
- Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn, *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 25-44). Brasília : Letra e Imagem.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia* (5. ed ed.). São Paulo: Atlas.
- Martinho, C. (2003). *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF-Brasil.
- Martins, S. R. (2002). Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. v.3, n.5, pp. p.51-59.
- Marx, K. (2008). *O Capital*. 3ª ed. Bauru, SP: EDIPRO.
- Matos, C. d., Araújo, M. L., & Teixeira, M. d. (2013). Interesses, políticas públicas e desenvolvimento do turismo de base comunitária no Ceará. *Turismo, Visão e Ação*, v.15, n3, pp. 419-433.

- Moreira, S. B., & Crespo, N. (2012). Economia do desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia*. v. 36 (2), pp. p.25-50.
- Pereira, R. M., & Sousa, V. F. (2010). *Rede Cearense de Turismo Comunitário: turismo e resistência na zona costeira cearense*. São Paulo: Série Turisol de metodologias de turismo comunitário.
- Pires, P. d. (2002). *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: SENAC.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale.
- Rovere, M. R. (1999). *Redes en Salud; un nuevo paradigma para el abordaje de las organizaciones y la comunidad*. Rosario: Ed. Secretaría de Salud Pública/AMR, Instituto Lazarte.
- Ruschmann, D. v. (1997). *Turismo e Planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus.
- Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel.
- Sampaio, C. A. (2005). *Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Santos, M. (2005). *O Retorno do Território. Ano VI No 16 (jun - 2005)*. Buenos Aires: CLACSO.
- Santos, M. (2006). *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (2010). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Scherer-Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e estado*. v.21. n. 1. p.109-130.
- Scherer-Warren, I. (2007). Redes Sociais: trajetórias e fronteiras. In: L. C. Silveira, & L. L. Silveira, *Redes, sociedades e territórios* (pp. p.29-50). Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Campanha das Letras.

- Swarbrooke, J. (2000). *Turismo sustentável: meio ambiente e economia*. vol. 2. (E. E. Horovitz, Trad.) São Paulo: Aleph.
- Teixeira, S. M. (2002). O desafio da gestão das redes de políticas. In: *VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administracion Publica*. Lisboa, Portugal: CLAD.
- Thiollent, M. (1997). *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas.
- Tolkach, D., King, B., & Pearlman, M. (2013). An Attribute-Based Approach to Classifying Community-Based Tourism Networks. *Tourism Planning & Development*, Vol. 10, No. 3, 319–337.
- Tönnies, F. (2004). *Community and Society*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Tucum. (2013). *Caderno de Normas da Rede Tucum - Rede Cearense de Turismo Comunitário*. Rosa Martins (Org.). Fortaleza: Instituto Terramar.
- Turismo, C. d. (2004). *De Mumbai a Porto Alegre - Quem realmente se beneficia com o turismo*. Mumbai: 4º Fórum Social Mundial.
- Turismo, C. d. (2005). *Declaração de Porto Alegre 2005 - Um outro turismo é possível*. Porto Alegre: 5º Fórum Social Mundial.
- TURISOL. (2010). *Encontro da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário*.
- TURISOL. (2015). *II Encontro da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário*. Brasília.
- Vasconcelos, F. P. (2005). *Gestão Integrada da Zona Costeira: Ocupação antrópica desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral*. Fortaleza: Premius.
- Vieira, M. M., & Zouain, D. M. (2006). Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: M. M. Vieira, & D. M. Zouain, *Pesquisa qualitativa em administração*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Zuñiga, C. H., Habert, G. P., & Sampaio, C. A. (2012). Arranjos socioprodutivos para o turismo de interesses especiais no território Patagônia Verde (Chile): uma alternativa para um desenvolvimento territorial sustentável. *Turismo Visão e Ação*, v.14, n.3, pp. 292-303.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA
REPRESENTANTE DO GRUPO DE TURISMO COMUNITÁRIO LOCAL (GTCL)

ROTEIRO DE ENTREVISTA REPRESENTANTE DO GRUPO DE TURISMO COMUNITÁRIO LOCAL (GTCL) COMUNIDADE: _____
<p>1. NOME: _____</p> <p>2. TEMPO DE ATUAÇÃO NO GTCL: _____</p> <p>3. FUNÇÃO NO GTCL: _____</p> <p>4. HISTÓRICO/ATUAÇÃO:</p> <p>5. QUANDO E COMO SURTIU A VONTADE DE CONSTRUIR UM TURISMO ALTERNATIVO?</p> <p>6. COMO ESTÁ ORGANIZADO O GTCL (CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO)?</p> <p>7. TEMPO DE EXISTÊNCIA DO GTCL: _____</p> <p>8. Nº DE PARTICIPANTES: _____</p> <p>9. FREQUÊNCIA DOS ENCONTROS: _____</p> <p>10. QUAIS AS AÇÕES E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA GTCL (HISTÓRICO DE PROJETOS)?</p> <p>11. QUAL O PAPEL DO GTCL NA REDE?</p> <p>12. COMO O GTCL SE ARTICULA COM A REDE?</p> <p>13. A POPULAÇÃO LOCAL PARTICIPA DOS ENCONTROS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA REDE?</p> <p>14. QUAIS AS ESTRATÉGIAS DO GTCL PARA ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE?</p> <p>15. QUAL SUA COMPREENSÃO SOBRE O TURISMO COMUNITÁRIO?</p> <p>16. QUAL A RELEVÂNCIA DO TURISMO COMUNITÁRIO PARA A COMUNIDADE?</p> <p>17. COMO FUNCIONA O TURISMO COMUNITÁRIO LOCAL?</p> <p>18. COMO SÃO DISTRIBUIDOS OS BENEFÍCIOS ADVINDOS COM O TURISMO?</p> <p>19. QUAIS OS BENEFÍCIOS E MELHORIAS EFETIVADAS A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO?</p> <p>20. QUAIS OS ENTRAVES ENCONTRADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO LOCAL?</p> <p>21. QUAIS AS ESTRATÉGIAS PENSADAS PARA SUPERAR ESSES ENTRAVES?</p> <hr style="border: 1px solid black;"/>

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA
POPULAÇÃO RESIDENTE**

ROTEIRO DE ENTREVISTA POPULAÇÃO RESIDENTE COMUNIDADE: _____
<p>1. NOME: _____</p> <p>2. SEXO: _____</p> <p>3. IDADE: _____</p> <p>4. OCUPAÇÃO: _____</p> <p>5. PARTICIPA DE ALGUMA ASSOCIAÇÃO NA COMUNIDADE? QUAL?</p> <p>6. CONHECE A REDE TUCUM? ___ SIM ___ NÃO</p> <p>7. CONHECE AS OUTRAS COMUNIDADES PARTICIPANTES DA REDE?</p> <p>8. COMO VÊ O TURISMO NA COMUNIDADE?</p> <p>9. SABE O QUE É O GRUPO DE TURISMO COMUNITÁRIO LOCAL (GTCL)? ___ SIM ___ NÃO</p> <p>10. PARTICIPA DAS REUNIÕES DO GTCL? ___ SIM ___ NÃO SE NÃO, POR QUÊ?</p> <p>11. A PRÁTICA DO TURISMO TROUXE ALGUM BENEFÍCIO PARA A COMUNIDADE:</p> <p>12. A PRÁTICA DO TURISMO TROUXE ALGUM PROBLEMA PARA A COMUNIDADE:</p> <p>13. POSSUI ALGUMA RELAÇÃO COM OS TURISTAS QUE CHEGAM A COMUNIDADE? ___ SIM ___ NÃO SE NÃO POR QUÊ?</p>

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA
REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO**

ROTEIRO DE ENTREVISTA REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO ÓRGÃO: _____	
1. NOME:	_____
2. CARGO/FUNÇÃO:	_____
3. TEMPO DE TRABALHO NESSE CARGO:	_____
4. QUAIS AS PRINCIPAIS POLÍTICAS, PROGRAMAS OU PROJETOS PARA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO/MUNICÍPIO?	
5. EXISTE ALGUMA POLÍTICA, PROGRAMA OU PROJETO PARA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO/MUNICÍPIO?	
6. CONHECE O A REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO?	
7. EXISTE ALGUMA POLÍTICA, PROGRAMA OU PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REDE?	
8. CONHECE O PROJETO DE TURISMO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE _____?	
9. EXISTE ALGUMA POLÍTICA, PROGRAMA OU PROJETO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA COMUNIDADE _____?	
10. EXISTE ALGUMA PERSPECTIVA DE AÇÕES OU PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO NO ESTADO/MUNICÍPIO?	
11. QUAIS OS ENTRAVES ENCONTRADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO LOCAL?	
12. QUAIS AS ESTRATÉGIAS PENSADAS PARA SUPERAR ESSES ENTRAVES?	

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA
REPRESENTANTE DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

REPRESENTANTE DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

ONG: _____

1. NOME: _____

2. CARGO/FUNÇÃO NA ONG: _____

4. TEMPO DE ATUAÇÃO NESSE CARGO: _____

3. HISTÓRICO E ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO NAS COMUNIDADES PARTICIPANTES DA REDE?

4. QUAL O PAPEL DA ONG NA REDE TUCUM?

5. QUAIS AS AÇÕES JÁ DESENVOLVIDAS PELA ONG PARA O DESENVOLVIMENTO DA REDE?

QUAIS OS PROBLEMAS E DIFICULDADES ENCONTRADOS NA CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA REDE?

6. QUAIS AS AÇÕES PENSADAS PARA SUPERAR ESTES ENTRAVES?

7. QUAL A SUA PERCEPÇÃO SOBRE A AUTONOMIA DAS COMUNIDADES NA GESTÃO DA REDE?